



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO E DOUTORADO



FERNANDO VERONEZZI

**RESISTÊNCIA, EMPODERAMENTO E EMANCIPAÇÃO: AS MILITANTES
DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS E QUILOMBOLAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO (OMAUESP)**

Maringá - Paraná
2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO E DOUTORADO



FERNANDO VERONEZZI

**RESISTÊNCIA, EMPODERAMENTO E EMANCIPAÇÃO: AS MILITANTES
DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS E QUILOMBOLAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO (OMAUESP)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

V549r Veronezzi, Fernando
Resistência, empoderamento e emancipação: as
militantes da organização de mulheres assentadas e
quilombolas do Estado de São Paulo (OMAQUESP) /
Fernando Veronezzi. -- Maringá, 2018.
171 f. : il. color., figs., tabs., mapas e
quadros

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação
em Geografia, 2018.

1. Assentamento rural - Araras (SP). 2.
Assentamento rural - Jaboticabal (SP). 3. Movimento
Social - (OMAQUESP). 4. Assentamento rural -
Mulheres. I. Serra, Elpídio, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed. 303.484

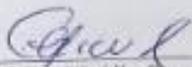
Mariza Nogami - CRB 9/1569

RESISTÊNCIA, EMPODERAMENTO E EMANCIPAÇÃO: AS MILITANTES DA
ORGANIZAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS E QUILOMBOLAS DO ESTADO DE
SÃO PAULO (OMAESP)

Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Geografia, área de concentração: Análise
Regional e Ambiental, linha de pesquisa: Produção do
Espaço e Dinâmicas Territoriais.

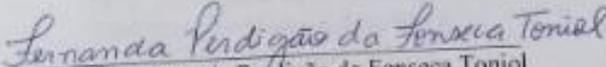
Aprovada em 19 de março de 2018.

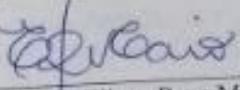
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Elpídio Serra
Orientador - UEM


Prof. Dr. Ruth Youko Tsukamoto
Membro convidado - UEL


Prof. Dr. Roseli Alves dos Santos
Membro convidado - UNIOESTE


Prof. Dr. Fernanda Perdigão da Fonseca Toniol
Membro convidado - UNESPAR


Prof. Dr. Eliane Rose Maio
Membro convidado - UEM

AGRADECIMENTOS

Escrevo esta seção do trabalho lembrando das tantas ocasiões e pessoas que estiveram comigo, durante o processo. Nos quatro anos de realização desta pesquisa, tive momentos de alegria e tristeza, medos, sonhos, desesperos, frustrações e satisfações, nos quais o incentivo de alguns motivou-me a seguir em frente.

As mulheres da OMAQUESP merecem um agradecimento particular. São elas que, enquanto sujeitos de pesquisa, desde o período do Mestrado possibilitaram o (re)conhecimento de seus protagonismos, enquanto agentes de transformação de suas comunidades e em outras escalas de ação. A elas sou imensamente grato, pelo carinho dedicado a mim e às minhas pesquisas.

Ao técnico do ITESP, José Amarante, sempre prestativo no que se refere ao compartilhamento de suas experiências profissionais nos assentamentos onde desenvolve seu trabalho.

Ao professor Doutor Elpídio Serra, que em novembro de 2010, data do nosso primeiro contato, aceitou ser o orientador de um recém-formado em Geografia, que ele desconhecia, acreditou nas minhas potencialidades e desde então, essa parceria firmada resultou em fortuitas atividades.

Aos estimados amigos, Tatiane Leal Bastos, Felipe Alexandre da Silva e Karoline Bueno, que desde os primeiros meses da graduação, em 2007, mostraram-se muito mais que colegas de turma. São pessoas que têm participado efetivamente da minha vida pessoal, acadêmica e profissional, os quais souberam lidar com minhas crises, acalentaram-me, suportaram os meus choros e lamentos e estiveram presentes nos meus melhores momentos, e alguns dos piores também, mas que graças a todo o apoio por eles dedicado, hoje chego a esta etapa, reconhecendo a importância que esses amados têm na pessoa em que me tornei. À Teresa Cristina Carvalho, que de maneira inesperada tornou-se uma grande amiga: a você sou imensamente grato.

À minha família que, mesmo com tantas brigas e desentendimentos, empregou incontáveis esforços para que eu chegasse a esta etapa da vida. Avó Cida, avô Waldemar e mãe Ana: muito obrigado por tudo que fazem por mim. Amo vocês.

À queridíssima Miriam de Carlo, Secretária do PGE, pelos vários diálogos, risadas, auxílios nos momentos de apuro, e foram alguns, que partilhamos nesses sete anos de convívio, por tudo isso, ela tem um espaço especial nestes agradecimentos.

Sendo assim, para findar esta seção é importante mencionar o apoio financeiro prestado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação Araucária que, por meio de parceria com as Agências de Fomento Federal e Estadual, possibilitaram a partir da disponibilização de bolsa de estudos, o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos vocês, os meus sinceros agradecimentos.

Nesses meses, me perguntaram inúmeras vezes por que eu não renunciava, para encurtar este capítulo tão difícil de minha vida. Jamais o faria porque tenho compromisso inarredável com o Estado Democrático de Direito. Jamais o faria porque nunca renuncio à luta. Confesso a Vossas Excelências, no entanto, que a traição, as agressões verbais e a violência do preconceito me assombraram e, em alguns momentos, até me magoaram. Mas foram sempre superados, em muito, pela solidariedade, pelo apoio e pela disposição de luta de milhões de brasileiras e brasileiros pelo país afora. Por meio de manifestações de rua, reuniões, seminários, livros, shows, mobilizações na internet, nosso povo esbanjou criatividade e disposição para a luta contra o golpe. As mulheres brasileiras têm sido, neste período, um esteio fundamental para minha resistência. Me cobriram de flores e me protegeram com sua solidariedade. Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher Presidenta do Brasil”.

(Dilma Rousseff, 29 de agosto de 2016 – Discurso no Senado Federal).

RESUMO

Considerando as especificidades das mulheres rurais, no quadro mais amplo das desigualdades de gênero, este trabalho, organizado em quatro seções, discute como elas constroem seu protagonismo e como ele afeta as condições de vida delas e das comunidades onde vivem. As inquietações e insatisfações das assentadas, do interior de São Paulo, as motivou a organizarem-se em busca de lutas específicas, desejando a superação de problemas que persistem em suas realidades. Por meio de encontros e discussões, que aconteciam desde a década de 1980, originou-se, no ano de 2002, a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP), estruturada legalmente como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com estatuto próprio e com várias frentes de atuação. Para a compreensão desta realidade, foram utilizados como recortes espaciais, os assentamentos rurais dos municípios de Araras e Jaboticabal, ambos localizados no Estado de São Paulo, e os resultados apresentados, obtidos por meio de levantamento bibliográfico, da realização de trabalhos de campo, de histórias orais e da seleção de imagens nas redes sociais das mulheres entrevistadas. Constatou-se que a participação das assentadas paulistas na OMAUESP fez com que elas refletissem e reconhecessem suas especificidades e (re)criassem estratégias que pudessem, a partir dos seus empreendimentos coletivos, produzir novos enfrentamentos visando a superação da invisibilidade feminina no espaço rural, uma vez que, tais ações contribuem com o crescimento econômico, o desenvolvimento social, ambiental, cultural e político dos assentamentos.

Palavras-Chave: Assentamento Rural; Movimento Social; OMAUESP; Assentadas; Mulheres Rurais.

ABSTRACT

Considering the specificities of rural women, in the framework broader of gender inequalities, this work, organized in four sections, discuss how them build the protagonism, and how it affect living conditions and the communities where them live. The anxieties and dissatisfactions of the settlers from the inner of São Paulo motivated them to organize themselves to search of specific struggles, wishing to overcome problems that persist in their reality. Through meetings and discussions, which occur since the 1980s, it originated in 2002 the State Organization of Settlers and Quilombola Women of the State of São Paulo (OMAUESP), legally structured as a non-profit civil society, with its own statute and with several fronts of action. To understand this reality were used as space cutouts the rural settlements of municipalities of Araras and Jaboticabal, both located in the state of São Paulo, and the presented results, obtained by a bibliographic survey, was of fieldwork, oral histories and the selection of images in the social network of the interviewed women. It was verified that the participation of the settlers of São Paulo in OMAUESP made them reflect and recognize their particularities and (re)create strategies that could, starting of their collective ventures, to produce new actions, aiming at overcoming of female invisibility in rural areas, since such actions contribute to the economic growth, social, environmental, cultural and political development of the settlements.

Keywords: Rural Settlements; Social Movement; OMAUESP; Settlers; Rural Women.

RESUMEN

Considerando las especificidades de las mujeres rurales, en el marco más amplio de las desigualdades de género, este trabajo, organizado en cuatro secciones, explica cómo ellas construyen su protagonismo y cómo este afecta sus condiciones de vida y de las comunidades donde viven. Las inquietudes e insatisfacciones de las asentadas, del interior de São Paulo, las motivó a organizarse en busca de luchas específicas, deseando la superación de problemas que persisten en sus realidades. Por medio de encuentros y discusiones, que ocurrían desde los años 1980, se originó, en 2002, la Organización de Mujeres Asentadas y Quilombolas del Estado de São Paulo (OMAUESP), estructurada legalmente como una sociedad civil, sin fines de lucro, con estatuto propio y con varios frentes de actuación. Para la comprensión de esta realidad, se utilizaron como recortes espaciales, los asentamientos rurales de los municipios de Araras y Jaboticabal, ambos ubicados en el Estado de São Paulo, y los resultados presentados, obtenidos por medio de investigación bibliográfica, de la realización de trabajos de campo, de las historias orales y de la selección de imágenes en las redes sociales de las mujeres entrevistadas. Se constató que la participación de las asentadas paulistas en la OMAUESP les hizo reflexionar y reconocer sus especificidades y crear estrategias que pudieran, a partir de sus emprendimientos colectivos, producir nuevos enfrentamientos que fomenten la superación de la invisibilidad femenina en el espacio rural, ya que tales acciones contribuyen con el crecimiento económico, el desarrollo social, ambiental, cultural y político de los asentamientos.

Palabras-Clave: Asentamientos Rurales; Movimiento Social; OMAUESP; Asentadas; Mujeres Rurales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Convite para o 2º Fale com Elas - Assentamento de Jaboticabal... ..62	62
Figura 2- Folder publicitário de evento realizado pelas mulheres da OMAQUESP de Araras: Políticas públicas para mulheres (2013) 63	63
Figura 3- Espaço de diálogo entre as assentadas da OMAQUESP e o pesquisador – Jaboticabal (2016) 74	74
Figura 4- Símbolo da OMAQUESP 80	80
Figura 5- Mulheres discursam em comemoração aos dez anos da OMAQUESP e buscam crédito habitacional na sede regional do INCRA, em São Paulo-SP (2012)..... 87	87
Figura 6- Bolo em comemoração aos dez anos da organização (2012) 88	88
Figura 7- Reunião de uma assentada militante da OMAQUESP com o poder público municipal de Jaboticabal..... 93	93
Figura 8- Militante da OMAQUESP, assentada de Jaboticabal, comercializando seus produtos em uma feira livre no município de Guariba..... 94	94
Figura 9- Parte interna da sede da OMAQUESP (2016)..... 103	103
Figura 10- Parte interna da sede da OMAQUESP – outro ângulo (2016) 103	103
Figura 11- Símbolo exposto em frente a uma das casas do assentamento Araras III..... 104	104
Figura 12- Militante da OMAQUESP realizando atividades inerentes ao espaço rural 107	107
Figura 13- Curso associativismo rural – Assentamento de Jaboticabal (2012) 114	114
Figura 14- Mulheres da OMAQUESP em reunião, pleiteando crédito habitação (2008)..... 124	124
Figura 15- Encontro das assentadas da OMAQUESP com Lula, em Araras (2004)..... 133	133
Figura 16- Cozinha Comunitária conquistada pelo grupo de mulheres da OMAQUESP no Assentamento de Jaboticabal..... 135	135
Figura 17- Assembleia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura Familiar – Regional de Barrinha (2015)..... 137	137
Figura 18- Mulheres da OMAQUESP na formatura do curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia - PRONERA (2016)..... 140	140

Figura 19- Militantes da OMAQUESP, do Assentamento rural de Jaboticabal, estabelecendo convênio com a Secretaria Municipal de Agricultura de Araraquara 142

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização dos municípios de Araras e Jaboticabal, no Estado de São Paulo.....	23
Mapa 2- Distribuição geográfica de municípios onde têm militantes da OMAQUESP.....	81
Mapa 3- Localização geográfica dos municípios do SINTRAF-Barrinha.....	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Caminhos metodológicos para a compreensão da temática em questão.....	27
Quadro 2- Mulheres Ministras no período da redemocratização do Brasil.....	54
Quadro 3- Diferenças de espaços de vivência destinados ao universo masculino e feminino.....	67
Quadro 4- Organograma das atribuições conferidas às assentadas da OMAQUESP.....	73
Quadro 5- Principais produtos dos assentamentos estudados.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Municípios onde aconteceram os primeiros encontros de mulheres rurais de São Paulo.....	78
Tabela 2- Caracterização dos assentamentos rurais de Araras e Jaboticabal.....	115

LISTA DE SIGLAS

BDTD - Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CFEMEA - Centro Feminino de Estudos e Assessoria
CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CODETER - Colegiado de Desenvolvimento do Território
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP - Declaração de Aptidão
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação
FAF - Federação de Agricultura Familiar do Estado de São Paulo
FCAV - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Unesp
FEAGRI - Faculdade de Engenharia Agrícola
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FERAESP - Federação dos Agricultores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE - Frente Parlamentar Evangélica
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSP - Instituto Federal de São Paulo
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
NEA - Núcleo de Estudos em Agroecologia
OMAP - Organização de Mulheres do Pontal do Paranapanema

OMAUESP - Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PEAPO - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

PGE - Programa de Pós-Graduação em Geografia

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE - Programa Nacional de Aquisição Escolar

PPAIS - Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social

PP - Partido Progressista

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

SAAMA- Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

SAP – Secretaria de Administração Penitenciária

SD - Solidariedade

SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

SOF - SempreViva Organização Feminista

SPM - Secretaria de Políticas para Mulheres

TLC - Termo de Livre Consentimento

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba

UNIRP - Centro Universitário de Rio Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 - CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DAS ASSENTADAS DA OMAQUESP	21
1.1 - Geografia, feminismos e gênero: princípios fundamentais que norteiam a pesquisa.....	34
1.2 - Definindo feminismos e gênero sob uma perspectiva histórico-geográfica	37
1.3 - A desigualdade da participação feminina nos espaços institucionais de decisão e poder.....	51
2 - ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE MULHERES RURAIS: A OMAQUESP EM QUESTÃO.....	65
2.1- Empoderamento das mulheres rurais: da origem da OMAQUESP aos dias atuais (2001-2017)	76
3 - RESISTÊNCIA E REINVENÇÃO: SUPERAÇÃO DAS ADVERSIDADES .	90
3.1- O descaso do poder público para com o movimento e com os assentamentos de Reforma Agrária no Estado.....	90
3.2- Violência de gênero contra as mulheres rurais	95
3.3- Considerações acerca dos motivos que afastam algumas militantes da OMAQUESP	102
4 – O PROTAGONISMO DAS MILITANTES DA OMAQUESP NOS ASSENTAMENTOS RURAIS	113
4.1– Os Programas Governamentais de agricultura familiar nos assentamentos em questão	121
4.1.2 O PRONAF Mulher	125
4.1.3 O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	127
4.1.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	129
4.1.5 O Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social - PPAIS.....	130
4.2- Eventos que marcam as lutas das militantes da OMAQUESP	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS.....	149
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

A investigação de Doutorado, aqui apresentada, é resultado dos desdobramentos da pesquisa de Mestrado do autor, denominada “Os trabalhadores rurais e a luta pela terra na região de Jaboticabal (SP): a Conquista do Assentamento rural de Córrego Rico” (VERONEZZI, 2013), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) pela Universidade Estadual de Maringá, no ano de 2013.

Na defesa daquele trabalho, uma questão fora levantada pelos membros da banca, a respeito da maior participação das mulheres do Assentamento rural de Jaboticabal em um curso de associativismo, realizado na sede da Associação A Terra Rica, localizada naquela comunidade (situação representada por meio de uma imagem presente neste texto – Figura 13). Tal fato mereceu destaque nas discussões daquele momento, e motivou a busca por mais informações para compreender aquele protagonismo.

Dessa maneira, organizou-se um projeto de pesquisa de Doutorado, desenvolvido entre os anos de 2014 e 2018 (da organização inicial à defesa do trabalho), com a tese de que as mulheres possuem papéis importantes no que se refere à elaboração e execução de projetos de cunho social, econômico, cultural, político e ambiental, bem como em relação à busca pela equidade de gênero, nas relações de poder estabelecidas em assentamentos rurais do Estado de São Paulo, sendo que, as ações desempenhadas por elas, em movimentos sociais e nas práticas familiares, engendram condições que permitem o crescimento da produção agropecuária, o desenvolvimento social das suas comunidades e reforçam o engajamento político.

Analisou-se que, as mulheres organizadas em grupos, movimentos, organizações e associações, mesmo com as especificidades de cada militante, logram resultados positivos, quando se considera o conjunto de suas lutas. É por meio da coletividade e do enfrentamento, que as mulheres rurais buscam a superação de problemas que persistem em suas realidades.

Os resultados da pesquisa - “Resistência, Empoderamento e Emancipação: As militantes da Organização de Mulheres Assentadas e

Quilombolas do Estado de São Paulo” - estão organizados em quatro seções¹, às quais foram construídas com o objetivo de compreender temáticas que representam o cotidiano das assentadas da OMAQUESP.

Os procedimentos metodológicos, utilizados para a elaboração dessa pesquisa, são explicados na primeira seção do texto. Decidiu-se pela apresentação dessa maneira, por compreender a necessidade da exploração mais detalhada desta etapa da pesquisa, em trabalhos acadêmicos da área de Ciências Humanas.

A seção 1-, “Caminhos teóricos e metodológicos para a compreensão das assentadas da OMAQUESP”, apresenta os procedimentos e teorias utilizadas para o desenvolvimento da investigação, abarcando discussões sobre feminismos e gênero, bem como a desigualdade em termos de participação feminina nos espaços de decisão e poder, trazendo a partir da perspectiva qualitativa, estratégias e definições que contribuam para o entendimento das militantes da OMAQUESP.

Já na seção 2, buscou-se interpretar, a partir das especificidades que envolvem as mulheres rurais, a formação do movimento, traçando um panorama que demonstra insatisfações, às quais fomentaram a organização das mulheres rurais paulistas, perpassando pelas maneiras como elas constroem o movimento e se constroem nele, sendo a seção denominada - “A Organização coletiva de mulheres rurais: a OMAQUESP em questão”.

“Resistência e reinvenção: superação das adversidades” é o título da seção 3, na qual discussões acerca de alguns dos problemas vivenciados pelas assentadas da OMAQUESP, são os enfoques deste segmento do texto, entre eles: a falta de investimento público para o desenvolvimento e aprimoramento de Programas e Projetos, a violência de gênero contra as mulheres e questões ligadas à religião.

Completando o estudo, a seção 4 – “O Protagonismo das militantes da OMAQUESP nos assentamentos rurais” examina ações das militantes da OMAQUESP, a partir de acontecimentos marcantes na história da Organização, bem como as práticas cotidianas empenhadas por elas na agroecologia, soberania e segurança alimentar, demonstrando como são

¹ Optou-se pelo termo seção atendendo à sugestão da banca de qualificação.

desenvolvidos alguns Programas governamentais nos assentamentos rurais de Araras e Jaboticabal.

As experiências vivenciadas a partir das relações estabelecidas entre o pesquisador e as assentadas da OMAQUESP, permitiram compreender, nestes anos de estudos, os contextos que envolvem suas lutas e resistências. Espera-se que, os resultados desta investigação sirvam de inspiração para novas conquistas das militantes e para tantas outras mulheres, que enfrentam as desigualdades de gênero, classe e etnia, a continuarem resistindo, buscando o empoderamento, a equidade e a emancipação.

Este trabalho de compreender o universo das mulheres rurais, por meio das assentadas da OMAQUESP, fora desenvolvido por um pesquisador do gênero masculino por reconhecer a existência das desigualdades, acreditar e compactuar com os ideais discutidos pelos/nos movimentos sociais de gênero, classe social e etnia, e destacar as lutas das mesmas como estratégias de enfrentamento às disparidades, além de buscar estimular o desenvolvimento de pesquisas como esta, até então pouco realizadas na Geografia.

Que a evidência dada ao tema possa contribuir para a construção de novos conhecimentos e relacionamentos. Que as questões abordadas neste texto recebam a devida atenção e tornem-se referência para que a sociedade passe a valorizar e legitimar as ações desenvolvidas pelas mulheres assentadas, a fim de promover equidade e justiça social.

1 - CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DAS ASSENTADAS DA OMAQUESP

Realizar uma pesquisa de Doutorado é uma atividade árdua, que demanda tempo, paciência, concentração, organização, sistematização e criatividade, para que os resultados sejam apresentados de forma que os leitores possam explorar a riqueza que envolve a problemática em questão, além de instigá-los à realização de novos estudos.

Apresenta-se o discurso de defesa, da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT/ 2011-2016), no Senado Federal, em agosto de 2016, como epígrafe deste trabalho, pois, como são as mulheres, as protagonistas desta pesquisa, os embates e as histórias que caracterizam a vida dessa líder política, podem ser associados às dinâmicas que envolvem as assentadas da Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAQUESP), e da maioria das brasileiras que são batalhadoras, guerreiras, que lutam por uma sociedade justa, na qual elas conquistem a equidade nos mais variados espaços.

O golpe de Estado² que destituiu a presidenta, também envolveu a questão de gênero³. Muitas das condenações que se ouviam país afora, não tratavam da sua atuação política, mas sim, estavam ligadas à intolerância de gênero. Concorde-se com o que indica Pinto (2001, p. 103) ao dizer que

a posição da mulher em situação de liderança é sempre uma posição marcada, isto é, sempre o fato de ser mulher vai contar contra ou a favor no julgamento de sua atuação, o que dificilmente acontece com os homens: nunca se coloca entre as críticas a um ministro de Estado o fato de ser homem, o que facilmente acontece no caso de o ministro ser uma mulher.

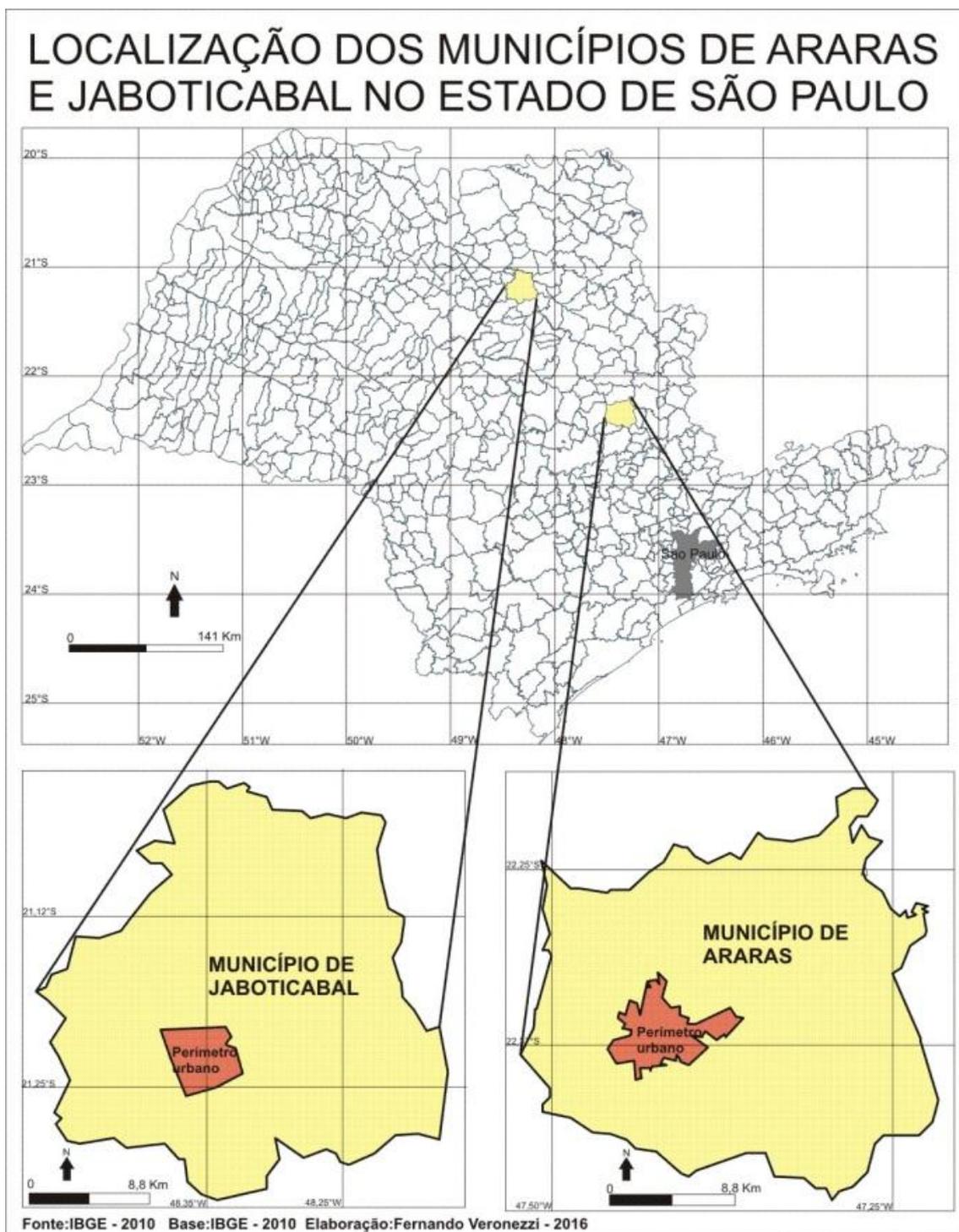
² Concorde-se com o pensamento de Löwy (2016 a e b) e Souza (2016), que em suas obras apresentam detalhadamente os elementos que levaram à destituição da presidenta Dilma, em 2016. Löwy (2016) explica: "*Llamemos las cosas por su nombre. Lo que acaba de suceder en Brasil, con la destitución de la presidenta elegida en las urnas, Dilma Rousseff, es un golpe de Estado. Un golpe de Estado pseudo-legal, 'constitucional', 'institucional', parlamentario, todo lo que quieran, pero ni más ni menos que un golpe de Estado*" (LÖWY, 2016b, p.95).

³ Em março de 2016, a Coordenadora Nacional da ONU Mulheres no Brasil, publicou uma nota dizendo que: "A ONU Mulheres condena todas as formas de violência contra as Mulheres, inclusive a violência política, de ordem sexista contra a Presidenta da República, Dilma Rousseff. Nenhuma discordância apolítica ou protesto pode abrir margem e/ou justificar a banalização da violência de gênero – prática patriarcal e misógina que invalida a dignidade humana" (ONU MULHERES, 2016, s.p).

Sendo assim, a escolha de um trecho da defesa da primeira mulher Chefe de Estado no Brasil, contra a efetivação do golpe de Estado, em 2016, usado para compor este trabalho, é legítima, pois representa a natureza desta pesquisa, bem como se assemelha às histórias de vida das mulheres aqui estudadas: o gênero sendo usado para definir competências, habilidades e capacidades.

Considerando as especificidades das mulheres rurais, no quadro mais amplo das desigualdades de gênero, pretende-se compreender de que maneira elas constroem seus protagonismos, em suas comunidades rurais e como esses protagonismos afetam as condições de vida nos assentamentos. Para a compreensão desta realidade, foram executados procedimentos metodológicos nos assentamentos de Araras e Jaboticabal, municípios localizados no interior do Estado de São Paulo, distantes um do outro cerca de 190 km.

Mapa 1 - Localização dos municípios de Araras e Jaboticabal, no Estado de São Paulo



Fonte: IBGE, 2010.

Jaboticabal foi selecionado por conta da realização de trabalhos anteriores no assentamento rural do município (VERONEZZI, 2013) e por conta dos protagonismos das assentadas daquela comunidade, enquanto que Araras

foi determinado a partir das indicações das militantes de Jaboticabal e por ser sede da OMAQUESP.

A sistematização desse item, que descreve os procedimentos metodológicos, demonstrando os passos trilhados para se chegar às comprovações, apresentadas no decorrer do texto, é fundamental, já que, muitas vezes, nas pesquisas na área das Ciências Humanas, essa etapa fica limitada a poucos parágrafos.

Com a finalidade de (re)conhecer a produção acadêmica sobre a temática, realizou-se uma busca de dissertações e teses que contemplassem o termo “OMAQUESP”, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no banco de dados da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (BDTD, 2017).

Foram poucos os resultados encontrados. No repositório da CAPES, foram três dissertações e uma tese. Cada estudo teve seu resumo lido, com a finalidade de compreender, de maneira sintetizada, os objetivos de cada um dos trabalhos e suas possíveis contribuições para esta pesquisa. Apenas o trabalho de Valenciano (2006) foi lido na íntegra por conta de seus objetivos e das abordagens que a autora utilizou em sua dissertação.

Valenciano (2006), em sua pesquisa de Mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Presidente Prudente, buscou compreender duas formas de organização de mulheres sem-terra do Pontal do Paranapanema-SP: o Coletivo de Gênero do MST e a OMAQUESP, identificando as bases que deram sustentação à implementação dessas organizações, suas estratégias, principais diferenças e entraves, obstáculos e avanços em suas lutas, resultando no trabalho denominado “A participação da mulher na luta pela terra: uma questão de classe e gênero”.

Já Amaral (2010), na dissertação intitulada “Pedagogia da terra: olhar dos/as educandos/as em relação à primeira turma do Estado de São Paulo”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), realizou um estudo sobre a percepção das alunas e alunos do curso de Pedagogia da terra, da UFSCAR, participantes de quatro diferentes movimentos sociais do campo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Agricultores Rurais Assalariados do

Estado de São Paulo (FERAESP), Federação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FAF) e OMAQUESP.

Cruz (2013) desenvolveu, no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), uma dissertação de Mestrado que resultou no texto “Histórias de luta dos assentados de Sumaré: da conquista da terra ao desafio da educação do campo”, cujo objetivo foi o de compreender os elementos que compõem a luta pelo direito à educação do campo, considerando os assentamentos I e II de Sumaré – SP, organizando uma análise histórica da acessibilidade e da permanência dos alunos, a partir de projetos estabelecidos entre a UNIMEP, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a OMAQUESP.

Gonçalves (2014) realizou uma pesquisa de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, da UFSCAR, denominada “Alunos com deficiência na educação de jovens e adultos em assentamentos paulistas: experiências do PRONERA”, na qual seu objetivo foi o de analisar a situação educacional dos jovens e adultos com deficiência, no campo, a partir da parceria estabelecida entre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a UNIMEP e a OMAQUESP.

Quando da realização da busca na BDTD, um único trabalho foi encontrado, sendo este, a dissertação de Mestrado de Valenciano (2006), a mesma disponível no banco de teses da CAPES.

A partir desses resultados, a pesquisa aqui apresentada se justifica, pois com base nas informações disponibilizadas pelos dois repositórios de trabalhos acadêmicos, poucas foram as investigações realizadas com o objetivo de compreender o movimento de mulheres em questão.

O estudo apresentado foi desenvolvido por meio da pesquisa qualitativa, que, de acordo com o cientista italiano, Umberto Eco (2012) é aquela em que o pesquisador “[...] preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (ECO, 2012, p. 32).

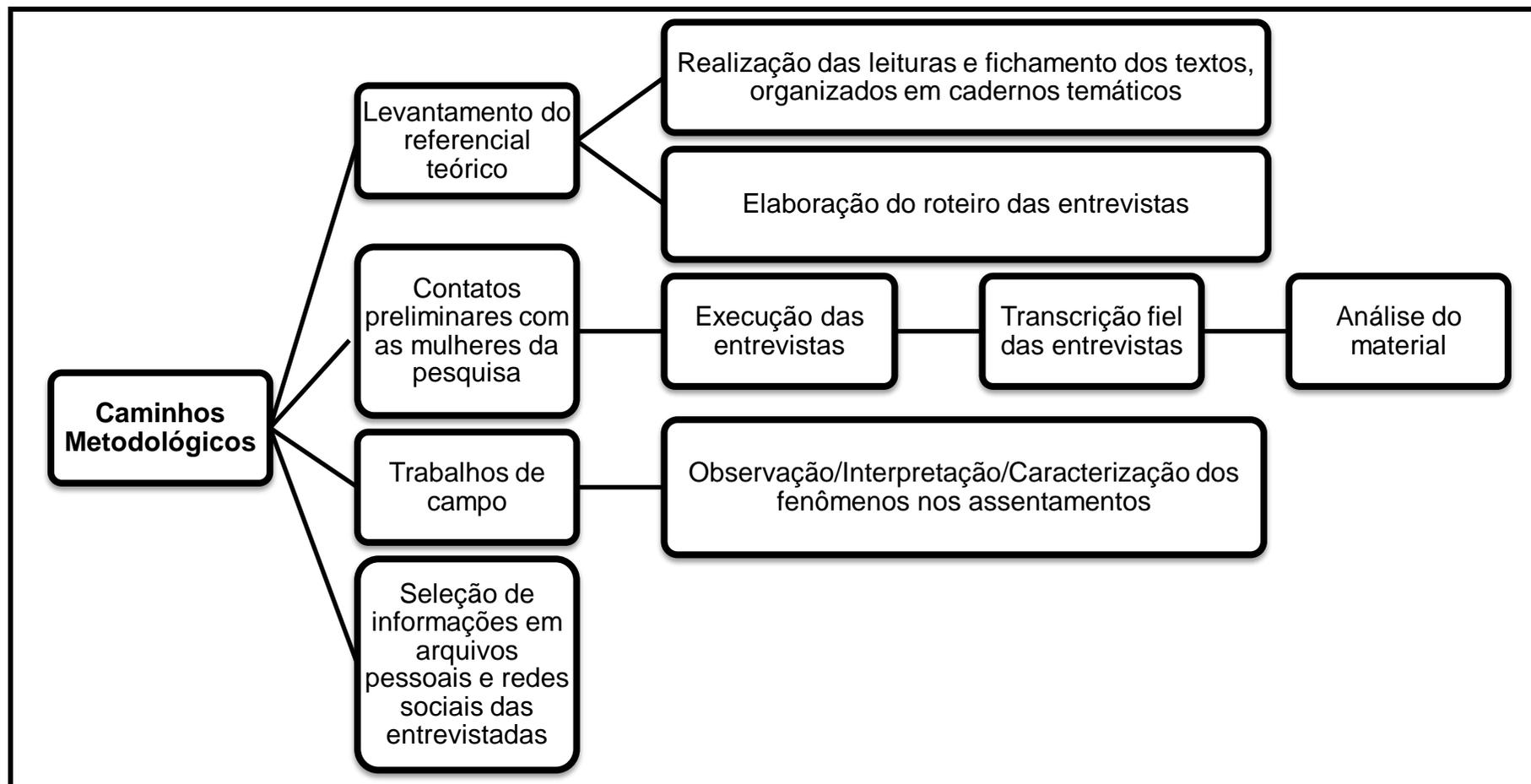
Nessa modalidade de pesquisa, os investigadores não estão preocupados em realizar análises meticulosas de dados estatísticos ou verificar a representatividade que as variáveis numéricas podem revelar. O mais importante é a compreensão dos fenômenos sociais, a partir de um

aprofundamento no universo que envolve os sujeitos da pesquisa, que podem ser trajetórias de grupos sociais, organizações ou instituições (GOLDENBERG, 1997). Ferré (2004) complementa essa ideia ao explicar que as discussões que envolvem os procedimentos metodológicos qualitativos têm se consolidado nos últimos anos e dado um patamar de destaque para tais metodologias.

Silva (2010) contribui, nesse sentido, ao indicar que os estudos que envolvem segmentos sociais “[...] invisibilizados é bastante árduo, na medida em que eles não possuem, em geral, registros documentais facilmente detectáveis, acessíveis e intercambiáveis. Os acervos e arquivos não resguardam as histórias de vida dessas pessoas [...]” (SILVA, 2010, p. 46).

Para a constituição desta investigação foram utilizados como procedimentos metodológicos, o levantamento bibliográfico, os trabalhos de campo, a história oral e a seleção de imagens, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Caminhos metodológicos para a compreensão da temática em questão



Organização: VERONEZZI, F.
Fonte: VERONEZZI, F.

O levantamento bibliográfico foi efetuado por meio de buscas sistematizadas, em bibliotecas e na internet. A leitura de livros, artigos científicos e outros documentos serviu para dar o suporte teórico à pesquisa e permitir a comparação de diferentes realidades aos elementos empíricos, observados durante a execução dos cinco trabalhos de campo (entre os anos de 2016 e 2017) e da história oral com as assentadas da OMAQUESP.

Cada texto, considerado como significativo para a estruturação/sustentação da pesquisa, foi lido e as informações registradas de maneira fiel (citações literais) em cadernos temáticos (ECO, 2012). Conforme necessário, recorria-se às anotações efetuadas nos cadernos para fundamentar a investigação. A organização dos conteúdos das leituras, em cadernos temáticos, torna mais fácil a redação final, pois não há a necessidade de voltar a cada uma das obras para referenciar o trabalho.

Os textos que embasam o pensamento desta pesquisa são das mais variadas áreas do conhecimento (Geografia, Ciências Sociais, Filosofia, História e Psicologia), porém, cabe evidenciar que o trabalho possui uma íntima afinidade com a área de formação do pesquisador e do Programa de Pós-graduação em que desenvolveu a pesquisa, pois são ações, desenvolvidas pelas assentadas da OMAQUESP, que transformam suas comunidades rurais, o que confere uma abordagem geográfica à temática, uma vez que, o gênero, os feminismos e as próprias assentadas também são temas estudados por outras Ciências.

A leitura de obras pertinentes ao tema, tanto no que se refere às discussões de gênero, feminismos e mulheres rurais, bem como estudos empíricos de diferentes realidades, além de auxiliar na organização dos debates teóricos e conceituais, ajudaram na elaboração das linhas temáticas que deram suporte à execução da história oral, já que durante as leituras, várias questões foram sendo levantadas.

A interpretação dos referenciais bibliográficos possibilitou eleger linhas de pensamento e categorias que mais se enquadravam à realidade das assentadas da OMAQUESP.

O levantamento de informações, em bases digitais de instituições governamentais federais, estaduais e municipais, em órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Secretaria de Políticas para

Mulheres (SPM); Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e INCRA; Secretarias das Prefeituras; Órgãos não governamentais, como a Sempreviva Organização Feminista (SOF), a OMAQUESP, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), deram subsídios para a interpretação/compreensão do tema e a organização do texto.

A seleção de imagens, por meio de arquivos pessoais e redes sociais das entrevistadas, foi outra etapa essencial, uma vez que ilustram e comprovam determinados contextos. Conforme afirma Eco (2012), quando da realização de uma pesquisa, todas as fontes são importantes, não sendo possível desprezar nem mesmo aquela que inicialmente aparente ser insignificante.

Sendo o mundo e as contradições encontradas nas relações entre os sujeitos e desses com a natureza, o laboratório dos geógrafos, múltiplas são as possibilidades de exploração, leitura e compreensão das realidades. Dessa maneira, os trabalhos de campo são procedimentos metodológicos valiosos - não exclusivos - para o desenvolvimento de pesquisas na ciência geográfica. Marcos (2006, p.106) considera essa etapa de (re)conhecimento da área e sujeitos de estudo como o momento em que “[...] a teoria se torna realidade, se ‘materializa’ diante dos olhos [...]”.

Os trabalhos de campo demonstram diversas situações e ampliam as perspectivas teóricas que envolvem o conhecimento humano. No que se refere a essa prática, no cotidiano da Geografia, Suertegaray (2002, p. 66) explica que,

a pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais, agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A realização dos trabalhos de campo ofereceu condições para responder a várias indagações que surgiram durante a execução da pesquisa. Além disso, a inserção do pesquisador, no grupo de assentadas da OMAQUESP, possibilitou a compreensão de uma série de situações.

Outro procedimento adotado para entender as assentadas foi a história oral, executada conforme a definição de Meihy (1994), sendo ela,

[...] mais do que uma conversa mediada pelo gravador. História Oral [...] arrola particularidades que vão desde a organização de um projeto até o compromisso da publicação do texto devolvido à comunidade imediata que o gerou e ao seu contexto mais amplo. É exatamente na importância delegada à elaboração do texto como documento que a história oral difere dos outros trabalhos ligados a entrevistas (MEIHY, 1994, p. 54-55).

A história oral se caracteriza como um procedimento que supera a mera execução de entrevistas. Exige-se que o pesquisador tenha um grau de conhecimento para poder realizar o tratamento das informações, disponibilizadas pelos sujeitos da pesquisa, e que se comprometa em beneficiar de alguma forma os envolvidos na investigação (MEIHY, 1994).

Utilizam-se novamente as explicações de Meihy (2006), para demonstrar a importância da História Oral para trabalhos científicos que visam ir além do que, convencionalmente, é representado em documentos materiais. Para ele, seu “[...] deveria ser aplicado onde os documentos convencionais não atuam, revelando segredos, detalhes, ângulos pouco ou nada prezados pelos documentos formalizados [...]” (MEIHY, 2006, p. 197-198) e complementa ao explicar que,

[...] é um saber ativista e que propõe remodelações no papel da produção acadêmica, excita a imaginação daqueles que vêm mais uma dimensão nos saberes universitários de pensar a sociedade: a contribuição para políticas públicas instruídas. Ainda que seja aceito o inevitável – que história oral não seja a solução para tudo – sabe-se que, ela é, pelo menos, uma janela que deixa ventilar o ar puro do ‘tempo presente’ e que sem ele não se pode pensar a sociedade e os projetos de melhoria de vida coletiva, com base em saber rigoroso e comprometido (MEIHY, 2006, p. 195).

O desenvolvimento desse procedimento deu-se por meio da segmentação denominada história oral temática híbrida, sendo a mesma entendida a partir da valorização das experiências, principalmente a coletiva (MEIHY, 1994). A história oral temática híbrida “[...] goza de uma respeitabilidade maior, porque equipara a voz do narrador aos documentos escritos” (MEIHY, 1994, p. 60), combinando os depoimentos com outras fontes.

As definições de Meihy (1994; 2006), em relação História Oral, vêm ao encontro das preocupações do autor deste estudo: as pesquisas servem apenas para qualificar quem as desenvolve, sem se importar com os sujeitos envolvidos na execução das mesmas? Depois de concluídas, servem para quem? Para quê?

Por conta dessas inquietações, adotou-se este, como um dos caminhos metodológicoS deste trabalho, pois entende-se que é preciso empenhar-se para que os resultados proporcionem uma melhoria na vida das pessoas, dando retorno à comunidade investigada. Uma vez que, “o geógrafo, antes de profissional [...] é cidadão [...]” (ANDRADE, 1994, p. 54), espera-se que, este trabalho sirva como instrumento que potencialize as ações do movimento e converta-se em contribuições para as assentadas da OMAQUESP.

Para entender o protagonismo feminino nos assentamentos rurais do interior paulista, as entrevistas foram realizadas, majoritariamente, com mulheres, todas ligadas à OMAQUESP. Com exceção da entrevista com o técnico do ITESP, que atua no assentamento em Jaboticabal e três assentados homens (apenas conversas informais), a totalidade das quinze entrevistas foi realizada com mulheres, 5 em Araras e 10 em Jaboticabal, todas elas militantes da OMAQUESP. Cabe ressaltar que, não houve dificuldade para a realização das entrevistas com as assentadas. Desde os contatos preliminares, bem como durante a realização dos procedimentos, elas se mostraram sempre prestativas em contribuir com a pesquisa, sendo que os canais de comunicação, entre pesquisador e as assentadas, ficaram disponíveis após as entrevistas.

Durante o processo de escrita da tese, quando surgiam dúvidas, o pesquisador entrava em contato com algumas das assentadas por meio de suas redes sociais. O motivo da realização deste procedimento, quase que exclusivamente com o gênero feminino, não foi apenas porque este trabalho

insere-se numa dinâmica de mulheres rurais. Algumas entrevistadas relataram que se identificam com o pensamento feminista – teoria que será discutida posteriormente – e, dar voz a elas, salientando suas especificidades, contribui com estratégias que estimulam o empoderamento, levando em consideração que,

quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e feminista. A recepção destas falas por homens e mulheres tende a ter a mesma característica, é a recepção de uma fala marcada, portanto, particular, em oposição à fala masculina/universal. Se for a fala de uma mulher feminista é o particular do particular (PINTO, 2010, p. 20).

Considerando ainda a utilização deste procedimento, cabe destacar que os depoimentos foram gravados com o aparelho celular do pesquisador e depois transcritos, de maneira fiel à fala das assentadas, apresentando assim, erros comuns observados na linguagem oral.

Além disso, com o objetivo de preservar a identidade das mesmas, mantiveram-se resguardados seus nomes, sendo que a chamada das entrevistadas/assentadas/militantes no texto dar-se-á por meio de números (ASSENTADA 1, ASSENTADA 2, completando 15 entrevistadas), bem como as imagens que apresentam os rostos delas foram ofuscadas para que não houvesse qualquer possibilidade de identificação das mulheres, garantindo seus direitos, ainda que a realização das entrevistas fora acordada, e consta no Termo de Livre Consentimento - TLC -, conforme modelo apresentado em Apêndice (Apêndice 4).

Quando mencionadas pela primeira vez no texto, as contribuições das assentadas serão seguidas do município de localização dos assentamentos, sendo que, as entrevistadas de número 1 a 5 são dos assentamentos Araras III e Araras IV, localizados em Araras, e as de número 6 a 15 do Assentamento de Córrego Rico, localizado em Jaboticabal.

As mulheres entrevistadas para esta pesquisa foram selecionadas com base na indicação das assentadas 6, 8 e 10, todas do Assentamento rural de Jaboticabal, pois o pesquisador já as conhecia desde a realização da pesquisa de Mestrado, no início do ano de 2011 e, a apresentação da proposta de

pesquisa do Doutorado deu-se, primeiramente, a essas três militantes, que sugeriram outras assentadas para colaborar com a presente investigação. Nas referências das entrevistas, constam informações breves de cada uma delas.

A OMAQUESP compreende as assentadas e quilombolas do Estado de São Paulo, e embora o termo quilombola esteja presente no título e em vários outros momentos do texto, para essa pesquisa, foram ouvidas exclusivamente as assentadas, sendo que as relações destas com as quilombolas poderão ser incorporadas como temas de investigações futuras.

O roteiro das entrevistas, apresentado no apêndice, reuniu aspectos da teoria estudada e das inquietações surgidas na época da realização da dissertação de Mestrado (2011-2013) (VERONEZZI, 2013), sendo este, um plano flexível, que pode inserir novos questionamentos, dependendo dos rumos que as narrativas tomam (conforme as respostas eram reveladas, o pesquisador complementava/mudava as questões).

Algumas informações, disponibilizadas no texto, têm como fonte publicações que são apresentadas pelas assentadas em seus perfis, em redes sociais, bem como na página da Associação de Produtores Rurais A Terra Rica, na qual as mulheres da OMAQUESP de Jaboticabal compartilham muitas de suas conquistas.

Dar voz às assentadas permite revelar, a partir de suas experiências de vida, realidades nas quais suas atividades, ao mesmo tempo em que são fundamentais para o desenvolvimento de suas comunidades, também são desvalorizadas/desqualificadas e invisibilizadas, já que, o dia a dia dos assentamentos é marcado por desigualdades de gênero.

As experiências adquiridas, durante o desenvolvimento dos trabalhos de campo e das entrevistas, foram essenciais para a organização do conhecimento apresentado neste texto, uma vez que, as práticas desempenhadas pelas militantes da OMAQUESP, além de ajudarem na compreensão e difusão de novos pensamentos para a Ciência Geográfica (e às demais Ciências Humanas), potencializaram a melhora do pesquisador enquanto sujeito, pois a partir do contato com as assentadas e com as autoras e autores estudados, o mesmo pode reconhecer que vários preceitos são o resultado de construções/reproduções, naturalizadas historicamente, e repassadas de geração para geração, por conta de uma cultura de

superioridade masculina, baseada em uma sociedade patriarcal, machista, misógina e preconceituosa, marcada por relações desiguais de gênero.

1.1 - Geografia, feminismos e gênero: princípios fundamentais que norteiam a pesquisa

Esta seção apresentará discussões acerca das teorias feministas e do conceito de gênero, com o objetivo de que o leitor possa entender de que maneira essas categorias e correntes de pensamento influenciam a compreensão das assentadas. São elementos fundamentais para a interpretação desta pesquisa, já que a ciência, durante muito tempo, invisibilizou o trabalho das mulheres, enquanto agentes de produção do espaço.

Antes da constituição dos assentamentos rurais, as mulheres têm um papel crucial nos acampamentos, pois são elas as responsáveis pelas atividades agropecuárias, organizam o trabalho doméstico, constituem mobilizações para enfrentar as violências policiais, dos latifundiários (GIULANI, 1997) e dos capangas contratados pelos fazendeiros.

Com os assentamentos já constituídos, esses espaços passam a ser compreendidos como lugares onde é possível organizar a sociedade de outra forma, em que as trabalhadoras e trabalhadores sejam donas e donos da sua força de trabalho (MST, 1998), onde o mundo econômico e o social se constituam por meio de relações solidárias e equitativas entre mulheres e homens.

Porém, os assentamentos rurais não são espaços alheios aos problemas encontrados na sociedade e, como serão demonstrados nesta pesquisa, apresentam algumas contrariedades, das quais, a equidade de gênero, proposta por manuais dos movimentos sociais, instituições e organizações, não necessariamente acontece e, desigualdades são reproduzidas também nesses ambientes.

Nesse sentido, Ferré e Serra (2006) indicam que compete à Geografia Agrária, compreender o meio rural como terreno de atuação política de diversos agentes, o que possibilita o desenvolvimento de pesquisas de várias temáticas, principalmente se considerar as que envolvem identidade,

sexualidade e poder. O poder, quando exercido de maneira partilhada, promove igualdade, liberdade e justiça, e quando é empregado de maneira discriminatória e concentrada, se converte em desigualdades (SAFFIOTI, 2000).

As mulheres da OMAQUESP, preocupadas com essas contradições, discutem, em grupos, reuniões e encontros, questões feministas e de gênero, buscando estratégias de equidade e empoderamento, situações apresentadas nos depoimentos de várias assentadas (ASSENTADA 1, 2016, Araras; ASSENTADA 2, 2016, Araras; ASSENTADA 5, 2016, Araras; ASSENTADA 6, 2016, Jaboticabal; ASSENTADA 6, 2017, Jaboticabal; ASSENTADA 8, 2016, Jaboticabal).

A teoria feminista é básica para o estudo da sociedade rural já que considera como o gênero influencia [...] no conhecimento, e como os papéis e relações de gênero, socialmente construídos, influenciam na produção desse conhecimento. O gênero condiciona como as pessoas experimentam o mundo, como interagem com os outros e que oportunidades ou privilégios são oferecidos ou negados. Nesse sentido, um dos elementos mais importantes nas relações de gênero é como se solidificam relações de poder em uma sociedade através da opressão (violência, discriminação, marginalização) e de privilégios (poder sobre os outros) (FERRÉ, 2004, p. 8-9, tradução nossa)⁴.

Entender a partir de perspectivas feministas e de gênero a produção do espaço exige uma análise meticulosa em relação às dinâmicas que envolvem os grupos excluídos e explorados pelo poder dominante. A compreensão do espaço geográfico, a partir de estudos nesse segmento, contribui para a promoção do empoderamento e da emancipação dos sujeitos, neste caso específico, as assentadas da OMAQUESP.

Veleda da Silva (2000, s.p) certifica essa reflexão quando afirma que,

a Geografia brasileira [...] precisa estar atenta para esses [...] movimentos sociais como mais um instrumento de análise do

⁴ “La epistemología feminista es básica para el estudio de la sociedad rural, ya que considera como el género influye en [...] el conocimiento, y como los roles y relaciones de género, socialmente construidos, influyen en la producción de este conocimiento. El género condiciona cómo las personas experimentan el mundo, cómo interactúan con otros y qué oportunidades o privilegios se los ofrecen o niegan. En este sentido, uno de los elementos más importantes en las relaciones de género es cómo se solidifican relaciones de poder en una sociedad a través de la opresión (violencia, discriminación, marginalización) y del privilegio (poder sobre los otros)” (FERRÉ, 2004, p. 8-9).

social que, conseqüentemente, produz novos espaços geográficos. Incorporar as contribuições teóricas do feminismo e estudar empiricamente como o espaço é modificado por esses movimentos é tarefa emergente para quem quer compreender os novos espaços geográficos.

Silva (2003) acrescenta a essa discussão a ideia de que a supressão da mulher, enquanto sujeito social, vem sendo manifestada por geógrafas feministas, que não medem esforços para incluir os feminismos e a perspectiva de gênero em estudos dessa Ciência. Em um de seus trabalhos, a autora coloca que as multiplicidades de abordagens dessas correntes de pensamento podem ser consideradas como “[...] expressões de sua riqueza teórico-metodológico, e elas se convertem também em energias que renovam os debates e o avanço científico” (SILVA, 2009, p. 50).

Feminismos e gênero são expressões que se complementam. Conforme indica a pesquisadora Jussara Reis Prá (PRÁ, 2000), estudos feministas vêm ganhando notoriedade nos últimos anos na Academia, já que seu desenvolvimento teórico está se aprimorando e se consolidando, a partir de discussões realizadas por várias áreas do conhecimento. O gênero enquanto uma categoria de análise, contribui efetivamente para os feminismos ao refutar a ênfase dada ao determinismo biológico, destacando que a diferenciação entre os sexos possui um caráter cultural e social (PRÁ, 2000). As contribuições dos estudos geográficos para com essa temática podem promover diversas transformações nos espaços.

As teorias feministas e o conceito de gênero permitem, a partir da análise interpretativa, compreender de que maneira se dão as relações em que há o engrandecimento dos homens e enfraquecimento das mulheres, enquanto agentes sociais (FERRÉ, 2004), em sociedades alicerçadas em padrões patriarcais.

A realização de estudos que envolvem essas duas correntes de pensamento potencializa a igualdade de gênero, que além de ser um direito humano básico, sua materialização promove transformações socioeconômicas, uma vez que empoderar as mulheres impulsiona o desenvolvimento de economias mais justas, com estímulo à produtividade, ao crescimento (ONU, 2016) e ao reconhecimento das mesmas, enquanto sujeitos de produção do espaço geográfico.

Esta pesquisa segue a linha de pensamento que “além de empoderar a categoria das mulheres, o conhecimento de sua história permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado” (SAFFIOTI, 2000, p. 9), pois “entendendo que o espaço não é neutro, do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações [...]” (VELEDA DA SILVA, 1998, p. 107) estabelecidas entre estes na sociedade.

Como parte considerável dos temas ligados à questão social estão envoltas em problemáticas que envolvem as desigualdades de gênero, as pesquisas geográficas, alicerçadas nos feminismos, podem contribuir para a criação de relações mais igualitárias entre os seres humanos (VELEDA DA SILVA, 2011) e potencializar a justiça social.

A introdução dos movimentos feministas, enquanto fenômenos a serem estudados pela Geografia, aumenta as possibilidades de interpretação das maneiras como as diferenças materiais e simbólicas marcam e transformam os espaços em suas mais variadas escalas (SILVA, 2003).

Espera-se que as discussões apresentadas sirvam para mostrar que, historicamente, os movimentos de mulheres buscam a equidade. Elas não buscam privilégios, suas ações são baseadas na luta por direitos que os homens sempre tiveram.

1.2 - Definindo feminismos e gênero sob uma perspectiva histórico-geográfica

Há uma intrínseca relação entre feminismos e gênero, uma vez que, tais concepções vão muito além da teoria desenvolvida nas Universidades e se tornam movimentos políticos por incorporarem reivindicações sociais de equidade (VELEDA DA SILVA; LAN, 2007), confrontando hierarquias e denunciando desequilíbrios e injustiças.

Cabe apresentar neste momento, as declarações das assentadas sobre o que conhecem acerca dos feminismos, a começar pelo relato da Assentada 1 (2016), que expressa:

“Eu sou feminista! Quando eu fui pra uma ocupação na primeira fazenda, eu já me considerava uma mulher feminista.

Aí, em 1990, fui num encontro feminista na Argentina e eu mesmo já tive que menti lá, porque ainda nem sabia dos conceitos e o que era de fato ser feminista. Eu pensava assim: 'eu sou feminista porque eu defendendo o direito das mulheres', então, daí eu voltei de lá lendo Simone de Beauvoir, comecei a estudar toda a teoria e tinha gosto de, pelo menos um pouco por dia, lê os livros dela. Eu fui pra lá crua e voltei cheia de vontade, porque **lá eu vi que tinha muitas mulheres rurais que pensava como eu**, em favor de nós. E daí, nesse período, no começo do MST lá na década de 80, eu era dirigente⁵ do MST, dirigente Estadual, eu era a única mulher dirigente do MST e daí na hora de repartir as funções sobrou pra mim organiza as mulheres. **Eu sempre gostei de se reunir com as mulheres pra gente poder discutir os conflitos de gênero que tem nos acampamentos e nos assentamentos.** E daí na primeira reunião da executiva os companheiros falavam pra mim: 'Olha, você vai organiza as mulheres, mas cuidado pra não virar feminista!' Os próprios companheiros do movimento falava isso e daí eu tenho uma coisa da minha vida que eu sou assim, se você fala não faça isso, você vai vira a costa e eu vou fazer. Tanto é que eles falava que não era pra eu ser feminista e faz as outras serem também, que me despertou mais vontade, e aí eu ia lendo e buscando mais conhecimento, buscava mais informação. **Nessa forma das mulheres reunida discutindo o feminismo, você pensa que era importante cria uma entidade exclusivamente de mulheres é um pulinho.** Eu penso e acredito que a maioria das mulheres do mundo, se a gente se organiza melhor, a gente vai ter mais poder, mas os companheiros falava que isso é reparti a luta de classe e eu também levei muito isso na cara, que faz movimento só de mulher rural é dividi a luta. Porque eu acho que todas as companheiras que tentam organiza as mulheres escuta isso: 'ah, você tá dividindo a luta e isso não é bom'. Só que você não tá dividindo a luta, **você tá levando pra luta a mulher comum, porque não é todo mundo que consegue senta no meio de homem e sabe dialoga frente a frente.** Algumas mulheres têm medo disso aí. Eu vejo como importante as mulheres se organiza porque tem uma discrepância muito grande entre homem e mulher e a gente precisa se fortalece mais, porque os homens já têm isso com eles e nós precisamos cria mais essa dinâmica de pensa o movimento pelo lado do feminismo" (ASSENTADA 1, 2016,grifos nossos).

De acordo com esse trecho da fala da Assentada 1 (2016), já na década de 1990, mesmo sem conhecer as definições teóricas acerca dos feminismos, ela e outras companheiras já sentiam a necessidade da criação de um movimento específico de mulheres rurais, não com o objetivo de segmentar a luta, como ela revela que pensavam alguns homens na época, mas sim fazer

⁵ A entrevistada relata que foi dirigente do MST entre os anos de 1987 e 1991.

com que as mulheres rurais refletissem sobre suas condições, denunciando e atuando contra as desigualdades de gênero no meio rural.

A decisão de trabalhar com base nesse referencial teórico está de acordo com as ações das assentadas da OMAQUESP, que por meio de seus depoimentos revelaram:

“Eu sempre fui uma mulher feminista e mesmo em algum momento da minha vida eu não tendo o conhecimento da teoria, desse pensamento, eu nunca fui uma pessoa ‘tapada’ e que as pessoa me passasse pra trás. **Eu sempre tive lutas e ativismos que eu considero feministas**, eu sempre fui polêmica, porque as minhas lutas elas tentam quebra esse aspecto conservador que a gente vê por aí nos assentamentos e acampamentos” (ASSENTADA 1, 2016, grifos nossos).

De maneira semelhante ao que considera a Assentada 1 (2016), outras militantes entrevistadas também comentaram acerca de suas aproximações aos feminismos e questões de gênero. A Assentada 5 (2016), destaca que foi a partir dos primeiros encontros de mulheres rurais, realizados no final da década de 1990, no Estado de São Paulo, que pode se (re)conhecer como feminista, já que “[...] tinha mulheres do MST que tinha muito conhecimento sobre o feminismo e dava palestra e conversava com a gente, e ai eu fui aprendendo e vendo que eu me identificava com aquela luta também” (ASSENTADA 5, 2016).

Em Jaboticabal, a Assentada 6 (2016) narra que seu conhecimento sobre os feminismos se deve ao sindicalismo, e na participação em outras entidades e movimentos de classe e de gênero. Ela lembra que:

“[...] tive contato com gênero e com o feminismo quando eu era do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal, foi nos anos 90 que eu conheci sobre o gênero e depois com os anos eu fui tendo conhecimento maior com mulheres feministas em outros movimentos que eu participo” (ASSENTADA 6, 2016).

A Assentada 8 coloca que: “Eu aprendi sobre isso quando entrei na OMAQUESP, nas reunião, as mulheres têm muitas conversa que envolve as lutas das mulheres rurais, as dificuldade que a gente têm para se impor [...]” (ASSENTADA 8, 2016).

Outra entrevistada indica que,

“Hoje, eu entendo que a desigualdade que existe entre mulher e homem, a gente pode usa o feminismo e as discussões de gênero pra pode supera os problemas que a gente encontra na sociedade. São orientações importantes que a gente deve toma e te conhecimento para pode melhora nossa qualidade de vida, nossas relações” (ASSENTADA 10, 2016, Jaboticabal).

A Assentada 7 (2016) comenta que “[...] teve pessoas da faculdade que veio aqui e falaram para nós na Associação, deu curso sobre esse tema. Foi aí que eu fui aprendendo e descobri a palavra gênero [...]” (ASSENTADA 7, 2016, Jaboticabal). A entrevistada se refere aos cursos que acontecem na Associação A Terra Rica, localizada no Assentamento rural de Jaboticabal.

Outra assentada diz: “Ah, eu não entendo muito disso, mas a OMAQUESP, ela é importante pra nós, ela dá direcionamento nas reunião, que a gente pode melhora na nossa vida” (ASSENTADA 12, 2016, Jaboticabal).

Nesse contexto, há que se considerar que, de acordo com a fala da Assentada 1 (2016), algumas mulheres têm medo de serem identificadas como feministas, pois não querem ser classificadas a partir de estereótipos preconceituosos, que algumas pessoas ainda têm acerca das feministas. Narra que muitas militantes têm ações de cunho feminista (conta que sua fala é baseada em um vasto histórico de participação em outros movimentos sociais), mas possuem receio de se declarar como tal.

Essa situação mencionada pela Assentada 1 (2016) pode ser comprovada historicamente. Desde o início do movimento, as feministas já sofreram vários tipos de discriminação, pois é comum que quem desconheça os propósitos dos movimentos feministas anseie a desqualificação das mesmas, chamando-as de “mal-amadas”, “feias”, “lésbicas” e “solteironas”, rótulos que não são colocados ingenuamente, mas sim, empregados para afastar as mulheres da luta (KNAPIK, 2005).

As mulheres são a maioria da população brasileira. Estima-se que elas representam quase 51% da população total (IBGE, 2017), porém, seus engajamentos e suas histórias de lutas e conquistas, durante muito tempo foram renegados pelas ciências. Por mais que elas sejam a maioria, as diferenças de poder entre elas e eles (SARTI, 2004) são desiguais, sendo que:

[...] mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também. Além disso, essas diferenças são resultados de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres por homens em diferentes lugares e em diferentes tempos. A visão da construção social da feminilidade e masculinidade posicionou os estudos geográficos para além da busca pela objetividade científica e, assim, o conjunto das relações socioespaciais, os significados dos lugares e a explanação sobre eles, são múltiplos, mutáveis e multidimensionais (SILVA, 2003, p. 36).

Durante muito tempo, as Ciências Humanas desconsideraram as mulheres, enquanto agentes de produção do espaço. O conhecimento geográfico, na maioria das vezes, esteve atrelado a uma análise que valorizava a ação dos homens em detrimento das mulheres. A abordagem da mulher, enquanto um agente essencial de produção e transformação do espaço, foi considerada pouco importante durante muitos anos (SILVA, 2003).

Atualmente, pode-se considerar que há preocupação de investigadoras em realizar pesquisas que valorizem, de maneira mais propositiva, interpretações do espaço, sob uma perspectiva feminista. Utilizou-se o substantivo feminino investigadoras, porque no processo de levantamento bibliográfico, percebeu-se que a maioria dos materiais encontrados, que envolvem essa temática, geralmente são produzidos por mulheres.

Na Geografia, Silva (2003) indica que os estudos sobre feminismos e gênero, são quase que, essencialmente, realizados por mulheres, que trazem reflexões a partir de identidades, às quais permitem a compreensão do espaço por meio de situações que mostram as maneiras desiguais (hierarquizadas) das relações de gênero. A pesquisadora afirma também que a falta de investigações de gênero, no campo da Geografia, não se deve à falta de mulheres geógrafas, uma vez que houve nos últimos anos, um aumento significativo no número de mulheres nessa ciência, momento denominado pela autora de “feminização do campo científico” (SILVA, 2009, p. 72).

Veleda da Silva (2013) considera que a falta de esforços para inserir as perspectivas dos feminismos e gênero, no campo da Geografia, pode decorrer da ausência de conhecimento sobre as múltiplas possibilidades de interpretação de novos arranjos socioespaciais, pois o que ainda se percebe é

uma estrutura patriarcal nas esferas de poder, tanto na Geografia, quanto na Academia Brasileira, marcada pela desvalorização dessas temáticas de estudo e por um “machismo acadêmico” (VELEDA DA SILVA, 2013, p.114) que, não é exclusividade de determinadas Ciências, Universidades, Departamentos ou regiões do país, é uma situação frequente no meio acadêmico. Em entrevista realizada com a professora Alexandra Filipak⁶, percebe-se a recusa de determinados profissionais, em relação às pesquisas que envolvam feminismos, gênero e movimentos de mulheres. Tal situação pode ser observada a partir do relato apresentado, no qual a investigadora desabafa que

“[...] a gente tá sofrendo direto preconceito. Até hoje dentro da Universidade, eu sofro preconceito com meu projeto, que é um projeto de gênero, projeto feminista, eu sofro muito preconceito dos outros professores e o preconceito que eu sofro hoje dentro da Universidade é aquele assim: ‘Quem é essa mulher pra tá aí gerenciando esse nível de recurso que ela trouxe para dentro da instituição? Isso não pode ficar na mão dessa menina!’. Também tenho lutado o tempo todo [...] com os colegas de trabalho, [...] pra tentar conduzir um projeto feminista dentro de uma Universidade que é muito machista. Até mesmo porque todas as estruturas do Estado são machistas” (FILIPAK, 2016).

Tem-se como início da organização teórica do conceito de gênero, o final do século XX. Definições começam a surgir, a partir da preocupação de feministas estadunidenses que reforçavam a construção, essencialmente social, das diferenças entre os sexos. No que se refere à incorporação dos estudos de gênero na Geografia, América Anglo-saxônica e Europa são as

⁶ A professora foi procurada para contribuir com esta pesquisa, pois, possui um amplo conhecimento a respeito do tema. É docente efetiva do Departamento de Educação do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), *campus* Matão. Trabalhou como Consultora do Ministério do Desenvolvimento Agrário, durante os anos de 2012 e 2013, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2011 a 2012, em ambos os casos esteve ligada a pastas voltadas às Políticas públicas para mulheres rurais. Realizou uma pesquisa de doutoramento, defendida em março de 2017, cujo tema versa sobre as desigualdades de gênero na economia feminista e Políticas públicas, na área de Sociologia. Além de realizar pesquisas sobre essas questões, desenvolve atualmente o projeto intitulado: “As mulheres rurais e a agroecologia na Região Sudeste: tecnologias para autonomia econômica, segurança alimentar e conservação da biodiversidade”. É coordenadora do Núcleo de Estudos em Agroecologia do IFSP - *campus* de Matão, que atende 20 assentadas e quilombolas do interior paulista, dentre elas, as militantes da OMAQUESP de Jaboticabal participaram das atividades (por fazerem parte da região de abrangência do Núcleo), no período de outubro de 2016 a dezembro de 2017. A entrevista foi realizada com a professora Alexandra Filipak, em sua casa, no município de Jaboticabal, onde a mesma recebeu o pesquisador de maneira atenciosa e prestativa, sendo que, o conhecimento da profissional contribuiu essencialmente para o entendimento de diversos aspectos da pesquisa. Dessa forma, as contribuições por ela apresentadas, foram de grande valia e aparecerão em vários momentos do texto.

regiões que mais se destacam na realização de trabalhos que reconhecem o tema enquanto questão científica (SCOTT, 1999).

O termo gênero é entendido, a partir de construções históricas, socialmente e culturalmente condicionadas para cada um dos sexos, colocando o homem na posição de liderança, em detrimento da invisibilidade das mulheres (VELEDA DA SILVA, 1998). Dessa forma, “explicar os comportamentos de homens e de mulheres da nossa sociedade permite a compreensão das dificuldades que as mulheres enfrentam na vida política, no trabalho, na vida sexual, reprodutiva e na família” (MONTEIRO; LEAL, 1998, p. 34), e “[...] que condicionam relações de subordinação/dominação” (VELEDA DA SILVA, 1998, p. 107).

Nas Ciências Humanas, principalmente na Sociologia, gênero é usado para denunciar a opressão e subordinação feminina, que acontece em maior ou menor grau de intensidade, dependendo da classe social e a etnia a qual a mulher esteja agrupada (MONTEIRO; LEAL, 1998). Assim, o conceito

[...] rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade de dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar condições culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1999, p. 75)

Prá (2000) argumenta que um maior conhecimento a respeito das mulheres e das relações de gênero tem o potencial de fomentar e apresentar novas alternativas teóricas, além de formular projetos que proporcionem discussões nos diferentes campos das Ciências Humanas.

Já no que se refere à origem do movimento feminista, é comum encontrar textos que remontam à Revolução Francesa (1789-1799), como um momento crucial em relação à auto-organização de mulheres. Porém, é a partir do ano de 1850 que se tem um aumento na organização coletiva de mulheres que requeriam, naquele contexto, direitos sociais e igualdade com os homens

(FARIA, 2015). O termo feminismo tem sua primeira referência, em meados do século XIX (MONTEIRO; LEAL, 1998).

Foi na Inglaterra, em fins do século XIX, que as mulheres, organizadas com a finalidade de conquistar direitos, dentre eles o de votar, como uma das primeiras constituições de movimentos feministas em nível mundial. As sufragistas inglesas provocaram um alvoroço na sociedade londrina da época, fazendo greves de fome, marchando publicamente em manifestações e protestos, das quais muitas delas acabaram sendo presas.

Em uma corrida de cavalos, evento comum na cultura inglesa, em 1913, a ativista feminista Emily Davison atirou-se em frente ao cavalo do rei e acabou perdendo a vida, evidenciando ao mundo que os direitos das mulheres deveriam ser conquistados a qualquer custo. Cinco anos depois da morte da feminista, as mulheres conquistaram o direito ao voto na Inglaterra, sendo esta, considerada a primeira onda do movimento feminista (PINTO, 2010). No decorrer do século XX, o movimento logrou conquistas em diversas regiões do planeta, principalmente o direito das mulheres ao voto (FARIA, 2015).

O país pioneiro na concessão do direito ao voto feminino foi a Nova Zelândia, em 1893, seguido da Austrália, em 1902, e da Finlândia, em 1906. Na América Latina, o Equador, em 1929 foi o primeiro país a dar às mulheres o direito ao voto, enquanto que, no Brasil essa conquista foi efetivada em 1932, na Argentina 1951 (RIBEIRO, 2002) e no Paraguai, em 1961, último país latino-americano a reconhecer esse direito. Na Arábia Saudita, apenas em 2011 as mulheres puderam votar (MARIANI, DUCROQUET, PRADO, 2016⁷).

No Brasil, a primeira onda feminista também se assemelha à inglesa. Lideradas pela cientista Bertha Lutz, pesquisadora do ramo da Biologia, que estudou na França e teve contato com o movimento das sufragistas inglesas, as feministas brasileiras iniciam essa fase em 1922, com a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que, juntamente com outras pautas, como as insatisfações e as manifestações das mulheres trabalhadoras, aliadas ao pensamento anarquista (PINTO, 2003), culminou no direito das

⁷ MARIANI, Daniel; DUCROQUET Simon; PRADO, Guilherme. **Voto Feminino:** um direito que conquistou o mundo em 122 anos. Nexo Jornal, 2016. Disponível em: <<http://www.nexojornal.com.br/video/video/Voto-feminino-um-direito-que-conquistou-o-mundo-em-122-anos>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

mulheres ao voto, no Brasil, no ano de 1932 (PINTO, 2010), no governo de Getúlio Vargas.

A primeira onda feminista acaba perdendo força em todo o mundo, mas, volta renovada na década de 1960, sendo as feministas inspiradas pela obra da filósofa e ativista francesa, Simone de Beauvoir, “O Segundo Sexo”; pela criação da pílula anticoncepcional (lançada nos primeiros anos daquela década); pela ocupação da Universidade de Sorbonne, na França, em 1968, conhecida como “Maio de 1968”, na qual estudantes se manifestaram contrárias à forma de ordem acadêmica, secularmente estabelecida; pelo surgimento do movimento *hippie*, nos Estados Unidos, dentre outras situações.

O movimento feminista toma vigor e se propaga, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos, levantando questões que envolviam as desigualdades nas relações de poder, entre mulheres e homens, sendo esta, caracterizada como a segunda onda feminista (PINTO, 2010). No Brasil, a década de 1960 começa com uma efervescência social, cerceada pelo golpe militar de 1964, inicialmente moderado, mas que se torna mais autoritário e cruel no ano de 1968, com a promulgação do Ato Institucional 5 (AI-5⁸), fazendo com que militantes da esquerda em prol de movimentos libertários (como as feministas⁹), partissem para a clandestinidade (PINTO, 2010).

Fortemente influenciada pelas experiências vindas dos Estados Unidos e da Europa¹⁰, a segunda onda do movimento feminista brasileiro, teve seu início na década de 1970, organizando-se com características próprias, contrárias ao autoritarismo vigente na época - Ditadura Militar - e por ligar-se ao pensamento marxista, perseguido e considerado ilegal, a segunda onda do movimento também lutava pela abertura democrática do país (SARTI, 2004).

⁸ Criado pelo general Costa e Silva, vigorou de 1968 a 1978 e dava poder de exceção aos governantes para punir de maneira arbitrária aqueles que se opunham ao regime: movimentos sociais, políticos e cidadãos de oposição (BRASIL, 1968; FGV/CPDOC, s.d).

⁹ O regime militar via qualquer ação das feministas como política e moralmente perigosa.

¹⁰ Sarti (2004, p. 41) complementa essa informação ao colocar que a Lei da “[...] Anistia de 1979 permitiu a volta das exiladas [...], reencontro que contribuiu para fortalecer a corrente feminista no movimento de mulheres brasileiras. As exiladas traziam, em sua bagagem, não apenas a elaboração (alguma, pelo menos) de sua experiência política anterior, como também a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo na Europa. Além disso, a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade brasileira, repercutiu decisivamente, tanto em sua vida pessoal, quanto em sua atuação política”.

No caso brasileiro, também de acordo com Sarti (2004), o movimento feminista, organizado e articulado por meio de ações que visavam à contestação política, provocou uma ruptura no contexto social, na forma de pensar e viver o universo feminino, abrindo espaço para a atuação pública das mulheres, fomentando mudanças nas instituições sociais e políticas, bem como nos costumes, deixando uma herança que marcou e transformou, historicamente, uma geração de mulheres.

Os feminismos brasileiros buscaram enquanto movimentos sociais, superar as práticas autoritárias e desiguais que permeavam (e ainda permeiam) as instituições públicas, estruturadas a partir de preceitos conservadores, machistas e tradicionais (ALVES; PITANGUY, 1985).

Em 1975, em um evento realizado na Cidade do México, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o “Ano Internacional da Mulher” e elegeu os dez anos seguintes (de 1975 a 1985) como a década da Mulher. No mesmo ano aconteceu no Brasil um ciclo de debates sob a temática “O papel e o comportamento da mulher na sociedade brasileira”, patrocinado pela ONU e, que influenciou as ações dos movimentos feministas (PINTO, 2010) no país.

Nesse contexto, vale ressaltar que os anos setenta, tanto no Brasil, quanto em várias regiões do mundo, foram marcados pelo nascimento de outros movimentos sociais que possibilitaram novas forças políticas. Esses movimentos possuíam a finalidade de romper com conceitos tradicionais e atuar na apresentação de novas formas de entender o mundo, por meio de ações coletivas. Os movimentos sociais feministas, os étnico-raciais, dos ecologistas e dos homossexuais uniram-se, na época, com o objetivo de, a partir de suas lutas específicas, romper com as relações de desigualdade existentes na sociedade (VELEDA DA SILVA; LAN, 2007).

Há que se verificar que os movimentos feministas se especificam quando se propõem a denunciar as desigualdades e a vislumbrar uma “nova articulação entre a política e a vida cotidiana, entre as esferas privadas, social e política” (VELEDA DA SILVA; LAN, 2007, p. 104, tradução nossa)¹¹ das mulheres, permitindo a “[...] construção de uma nova identidade coletiva das mulheres e seu reconhecimento como sujeitos (FARIA, 2014, p. 5).

¹¹ Tradução do original: “[...] una nueva articulación entre la política y la vida cotidiana, entre las esferas privada, social y política”. (VELEDA DA SILVA, 2007, p. 104).

No Brasil, uma das vertentes feministas está ligada à desvalorização feminina, caracterizada nas diversas expressões da cultura nacional (ALVES; PITANGUY, 1985), em que seus princípios (re)criam novas formas de compreender o mundo (VELEDA DA SILVA, 2000).

Com o processo de redemocratização, no começo da década de 1980, as questões feministas e de gênero foram ganhando espaço no debate social e tornou-se um pouco mais fácil (quando comparado aos momentos mais rígidos do período militar) para os movimentos traçarem seus perfis, declararem-se feministas e definirem suas agendas de reflexões e ações acerca do papel social da mulher no ambiente público e privado (SARTI, 2004). Foi nesse período, conforme observa Deere (2004), que eclodem os primeiros movimentos de mulheres rurais (tema abordado na Seção 2).

Na década de 1980, duas eram as principais frentes de atuação dos movimentos feministas no país. Uma delas voltada às questões subjetivas e de cunho privado, preocupada com as relações interpessoais, cujo manifesto deu-se de forma mais ativa em grupos de estudos e de reflexão. Foi a partir dessa vertente que houve o amadurecimento de estudos acadêmicos, sobre a mulher, nas universidades brasileiras. Já a outra tendência, orientada para a atuação pública das mulheres e sua luta em relação à saúde, ao trabalho, aos direitos sociais e à equidade nas relações de poder e gênero (SARTI, 2004).

Os Estados de São Paulo e de Minas Gerais foram os primeiros do país a ganharem órgãos Colegiados, os Conselhos da Condição Feminina ou dos Direitos das Mulheres, ambos no ano de 1983 (SÃO PAULO, 2017; MINAS GERAIS, 2009), conquistados por conta das lutas das mulheres feministas, as quais desejavam que suas pautas fossem reconhecidas e incorporadas pelo Estado, situação que impulsionou a criação de órgãos como esses, em outras regiões brasileiras, ainda na década de 1980 (MACHADO, 2016).

No ano de 1985, o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo¹² propôs a criação da primeira delegacia especializada no atendimento a

¹² “A proposta de criação de um órgão institucional específico para a mulher paulista nasceu de um encontro de mulheres realizado em São Paulo em 1982. O objetivo era apresentar um diagnóstico sobre a situação da mulher no estado e propor a elaboração de uma política global de enfrentamento das causas que sempre excluíram a mulher do direito de exercer sua cidadania” (SÃO PAULO, 2017, s.p).

às mulheres (MACHADO, 2016), vítimas de violência física, moral e sexual (SÃO PAULO, 2017b).

Considerando o contexto nacional, também no ano de 1985, o movimento feminista brasileiro conquistou uma Secretaria Especial, com status de Ministério, no governo de José Sarney (PMDB), voltada à elaboração de Políticas públicas que eliminassem a discriminação contra a mulher. Criado pela Lei Federal 7.353, de 29 de agosto daquele ano (BRASIL, 1985), o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) estabeleceu relação com o Centro Feminino de Estudos e Assessoria (CFEMEA), e a partir das campanhas realizadas por esses órgãos e pelos movimentos, conseguiram inserir importantes direitos para as mulheres na Constituição Federal de 1988, o que desencadearia uma série de outros resultados positivos para as brasileiras (MACHADO, 2016).

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela ampliação dos espaços de atuação dos movimentos feministas, que adentraram, mesmo que de maneira tímida, em alguns segmentos, setores da vida pública do país (RIBEIRO, 2006), visando superar as relações patriarcais e machistas, presentes nas instituições brasileiras. Nessa época, a entrada de mulheres do movimento feminista em sindicatos, partidos políticos, associações profissionais e organizações não governamentais, contribuiu para dar voz e visibilidade às demandas femininas.

A década de 1990 é caracterizada por inserir, a partir das lutas dos movimentos feministas (com conflitos e resistências das alas conservadoras presentes nos governos municipais, estaduais e federal), o conceito de gênero nas Políticas públicas (BUARQUE *et al*, 2002). Também nos anos 1990, os movimentos feministas brasileiros estruturaram-se por meio de organizações não governamentais, com a finalidade de desenvolver ações na busca de recursos para a execução de seus projetos. Nessa mesma década, os movimentos feministas nacionais, articularam-se aos movimentos feministas, organizados em outras regiões da América Latina, demonstrando o fortalecimento das ações e buscando cooperação para que os governos incorporassem em suas Políticas públicas, posições que reconhecessem e reforçassem os direitos das mulheres (MACHADO, 2016).

Os Conselhos da Condição Feminina e dos Direitos das Mulheres perderam sua importância nos governos de Fernando Collor de Mello (PRN/1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB/1994-2002). Foi no governo Lula (PT/2003-2010), com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), com status¹³ de Ministério, que os Conselhos foram novamente instituídos (PINTO, 2010), incentivando a participação de representantes da sociedade civil e do governo, ampliando os processos que envolviam a formulação e qualificação das Políticas públicas para mulheres.

Considera-se, dessa forma que,

[...] o feminismo brasileiro, sempre em diálogo com o Estado em busca dos direitos sociais, civis e políticos e de políticas públicas para as mulheres, passaram da crítica aos governos ditatoriais a aproximações bem e malsucedidas aos governos democráticos (MACHADO, 2016, s.p).

É válido considerar que os movimentos feministas são plurais e dinâmicos, envolvem diferentes expressões e matizes (SCOTT, 2005), possuem distinções em suas frentes de ação, composição teórica e humana e, variam conforme a região, a classe social e a etnia (VELEDA DA SILVA, 2000) das militantes. Há uma multiplicidade de linhas teóricas e ações dos/nos movimentos feministas e neste contexto, Machado (2016) aponta ainda os outros feminismos emergentes, como

[...] distintos e inovadores coletivos [de] blogueiras feministas, cyberfeministas, marcha das vadias, organização das mulheres indígenas, mulheres da floresta, mulheres amazônicas, mulheres ribeirinhas, vão dando lugar à manutenção e à consolidação de lutas feministas diversas. Alcançar a legalização do aborto, a sexualidade livre e responsável, a autonomia para construir diversos arranjos familiares e estilos de vida, a igualdade no trabalho e o acesso a diferentes profissões, a direitos sociais, à vida livre de violência, à saúde, aos direitos reprodutivos, ao erotismo, ao 'poliamor', às relações livres (sexuais), à diversidade de gênero, ao direito de se vestir de forma 'não comportada', são grupos, coletivos e temas que tanto inovam quanto se repetem e se apoiam (MACHADO, 2016, s.p).

¹³ "Status que implicava autonomia orçamentária e reconhecia a necessidade de produção de políticas públicas específicas e de coordenação e incentivo de ações nos demais órgãos governamentais, com vistas à transversalidade das questões sociais de gênero" (MACHADO, 2016, s.p).

Os movimentos feministas, independente de suas vertentes teóricas, pautam suas lutas no sentido da busca pela igualdade entre as pessoas, evidenciando “[...] as desigualdades de gênero, mostrando como as relações sociais são [...] atravessadas por relações desiguais entre homens e mulheres que contribuem para a subordinação destas, na sociedade” (VELEDA DA SILVA, 1998, p. 107).

Scott (1999) estabelece que “a história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações” (SCOTT, 1999, p. 84).

Isto posto, as explicações de Alves e Pitanguy (1985, p. 74) são indispensáveis para este momento do referencial teórico, uma vez que declararam que, “o feminismo se constrói [...] a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a história das Mulheres e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação”.

Os movimentos feministas vêm denunciando a associação histórico-cultural estabelecida entre “masculino superior” e “feminino inferior”, mostrando que essa é uma hierarquização produzida com o objetivo de construir uma soberania masculina, que coloca a mulher em uma posição desigual (ALVES; PITANGUY, 1985). Esse pensamento é reproduzido desde muito cedo, por várias instituições e grupos (família, escola, grupos de amigos, religiões, setores da comunicação) nos quais os indivíduos estabelecem relações.

A construção das desigualdades de gênero são baseadas em estruturas ideológicas, políticas, sociais e culturais dominantes, nas quais,

os homens são educados para serem superiores, competitivos, ativos, agressivos e independentes; enquanto as mulheres para serem emocionais e sentimentais [...]. O mundo imprime às qualidades humanas o masculino e feminino e, nessa diferença, confere mais poder aos homens (MONTEIRO; LEAL, 1998, p. 35).

O fardo carregado pelas mulheres é desde muito cedo pesado e cruel, pois elas são cercadas de simbolismos, crenças, valores e discursos, que

provocam a “naturalização da submissão feminina” (THOMAZ JUNIOR; VALENCIANO, 2002, s.p). Alves e Pitanguy, (1985, p. 85) sugerem uma complementação a esta reflexão ao indicar que

[...] aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos. A menina, assim, aprende a ser doce, obediente, passiva, altruísta, dependente; enquanto o menino aprende a ser agressivo, competitivo, ativo, independente. Como se tais qualidades fossem parte de sua própria ‘natureza’. Da mesma forma, a mulher seria emocional, sentimental, incapaz para as abstrações das ciências e da vida intelectual em geral, enquanto a natureza do homem seria mais propícia à racionalidade.

A hierarquização biológica não é uma mera fatalidade, e sim, um processo de construção histórico-cultural de relação de poder, podendo assim, “ser combatido e passível de transformação” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 56).

Os movimentos feministas legitimaram o debate acerca da temática que envolve as mulheres na sociedade, trazendo para discussão, problemáticas antes renegadas, tanto pela Ciência, quanto pela Política (ALVES; PITANGUY, 1985). Uma das frentes que visa à transformação desta realidade, incorporada e defendida pelas assentadas da OMAQUESP é a maior participação e representatividade feminina nos espaços institucionais de decisão e poder.

1.3 - A desigualdade da participação feminina nos espaços institucionais de decisão e poder

As assentadas da OMAQUESP evidenciam, em suas falas, e nos encontros por elas organizados, que a falta de representatividade feminina (e de mulheres que lutam pelas causas feministas) nos espaços institucionais de decisão e poder é um problema. Esses espaços, segundo elas, são os dos poderes executivo e legislativo, nas três esferas da federação (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 6, 2016). Por mais que nos últimos anos fora denunciado e dado reconhecimento à importância da participação das mulheres, nesses espaços, atualmente ainda é possível observar que o preconceito e a pouca representatividade feminina, nesses ambientes, é uma realidade (SCHUMAHER; CEVA, 2015) no caso brasileiro.

Os espaços de decisão e poder no Brasil são marcados pela presença de homens brancos, ricos e nível de escolaridade muito acima da maior parte da população (PINTO, 2001). Conforme serão apresentadas informações, nesse segmento do texto, pode-se compreender que, por mais que os movimentos feministas tenham logrado conquistas, a representatividade delas nos espaços públicos, de decisão e poder, ainda é pequena. Esses espaços são aqui entendidos como os poderes executivos e legislativos, de âmbito federal, estadual e dos municípios de Araras e Jaboticabal.

Blanch, Tulla e Casillas (2014) indicam que a participação formal das mulheres na política institucional está baseada em padrões segregacionistas nos quais, a participação igualitária, nesses espaços, constituiria uma das condições fundamentais para a conquista da equidade de gênero.

Essa questão manifesta-se nos discursos das assentadas da OMAQUESP. De acordo com a narrativa de uma das entrevistadas:

“[...] é muito difícil a gente marca e ser ouvida em uma reunião com Secretários Municipais ou Estaduais de Agricultura ou de alguma outra Secretaria, voltada mais para a questão social e rural. Eles [os homens] acham que porque a gente é mulher, a gente não tem conhecimento e condição pra falar em público, junto com eles e expor nossos problema, eles acham que a gente não entende nada da vida no campo, que não entende nada de política. Vixe, eu enquanto líder já passei por cada situação de machismo nesses anos de luta que olha...muitos deles até riem da nossa cara. Acontece isso porque tem falta de representantes nossas lá onde se decide as coisas” (ASSENTADA 6, 2016, grifos nossos).

Veleda da Silva (2000) sugere que quanto maior a participação das mulheres em coletivos femininos, elas poderão se tornar cada vez mais ativas e participativas nos ambientes de tomada de decisão. A autora assegura que, “as mulheres participando de movimentos [...], com reivindicações em nível de atendimento das necessidades básicas começam também a perceber as relações de desigualdade a que estão submetidas e tornam-se visíveis publicamente” (VELEDA DA SILVA, 2000, s.p), provocando o reconhecimento acerca das desigualdades na representação política.

Novamente Blanch, Tulla e Casillas (2014) contribuem com esse pensamento, ao destacarem que o equilíbrio de participação entre mulheres e

homens, nos espaços institucionais de decisão e poder, refletiria de maneira mais próxima à realidade social e garantiria uma forma mais efetiva de participação feminina na elaboração de Políticas públicas.

Com o intuito de promover melhoras na qualidade de vida das mulheres, nos mais variados segmentos (rurais, negras, indígenas, lésbicas, transexuais, transgênero), a participação das mesmas nesses espaços poderia promover uma transformação nos pilares machistas da sociedade (RIBEIRO, 2006), o que não se verifica na prática, já que o cenário político brasileiro é marcado, historicamente, pela presença massiva de homens brancos, heterossexuais e ricos, como já mencionado.

Tomando-se como base as mulheres que ocuparam cargos de ministras no Brasil, apresenta-se o quadro a seguir (Quadro 2), apresentando um comparativo, considerando o período de redemocratização brasileira, no qual verifica-se que, principalmente após a década de 2000, nos governos Lula e Dilma, houve um aumento da participação feminina à frente dos ministérios quando comparado com governos anteriores.

Quadro 2- Mulheres Ministras no período da redemocratização do Brasil

Presidentes/ Partido	Ministras	Ministérios	Período no Cargo
José Sarney/PMDB	Dorothea Werneck	Trabalho e Emprego	1989-1990
Fernando Collor/PRN	Zélia Cardoso de Melo	Economia, Fazenda e Planejamento	1990-1991
	Margarida Procópio	Ação Social	1990-1992
Itamar Franco/PMDB	Margarida Coimbra do Nascimento	Transportes	1993-1994
	Leonor Franco	Bem-Estar Social	1993-1994
	Luiza Erundina	Secretaria de Administração Federal	1993-1994
	Yeda Crusius	Planejamento	1993
Fernando Henrique Cardoso/PSDB	Dorothea Werneck	Indústria e Comércio	1995-1996
	Claudia Costin	Administração e Reforma do Estado	1998
Luís Inácio Lula da Silva/PT	Benedita da Silva	Secretaria Especial de Assistência e Promoção Social	2003-2006
	Sandra Starling (Interina)	Trabalho	Janeiro a julho de 2003
	Emilia Fernandes	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	2003-2004
	Dilma Rousseff	Minas e Energia	2003-2005
	Dilma Rousseff	Casa Civil	2005-2010
	Marina Silva	Meio Ambiente	2003-2008
	Matilde Ribeiro	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	2003-2008
	Nilcéia Freire	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	2004-2011
	Marta Suplicy	Turismo	2007
	Erenice Guerra	Casa Civil	2010
	Izabella Teixeira	Meio Ambiente	2010
Márcia Lopes	Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2010	

Dilma Rousseff/PT	Izabella Teixeira	Meio Ambiente	2011-2016
	Ideli Salvatti	Pesca e Aquicultura	2011
	Ideli Salvatti	Direitos Humanos	2014-2015
	Ana de Hollanda	Cultura	2011-2012
	Iriny Lopes	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	2011-2012
	Helena Chagas	Secretaria de Comunicação Especial da Presidência	2011-2014
	Gleisi Hoffman	Casa Civil	2011-2014
	Luiza Barros	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	2011-2014
	Mirian Belchior	Planejamento, Orçamento e Gestão	2011-2014
	Maria do Rosário	Direitos Humanos	2011-2014
	Tereza Campello	Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2011-2016
	Marta Suplicy	Cultura	2012-2014
	Eleonora Menicucci	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	2012-2015
	Kátia Abreu	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2015
	Nilma Lino Gomes	Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos	2015-2016
	Eva Chiavon (Interina)	Casa Civil	março a maio 2016
Emilia Curi (Interina)	Ciência, Tecnologia e Inovação	abril de 2016	
Inês Magalhães	Cidades	abril de 2016	

Fonte: Schumacher e Ceva (2015); EBC (2016).
Org: VERONEZZI, F. 2018.

No governo federal, durante os oito anos no comando do Brasil, o presidente Lula e nos seis anos de governo Dilma, a quantidade de mulheres no alto escalão do poder executivo nacional, principalmente nos ministérios, foi

ampliada, demonstrando o compromisso desses governos com as pautas dos movimentos sociais (SCHUMAHER; CEVA, 2015) feministas que buscam por mais mulheres na política. Dilma foi a chefe do Executivo que mais nomeou mulheres para cargos do alto escalão da União, no período em que esteve no poder, como pode ser observado no quadro 2.

Porém, no âmbito federal, 2016 foi um ano marcado pelo esfacelamento de conquistas históricas, das quais se incluem àquelas voltadas às mulheres, os pequenos agricultores, e outros grupos sociais. Com a chegada ao poder, de Michel Temer (PMDB)¹⁴, e a articulação deste com partidos conservadores e de espectro político voltado à direita, para a composição inicial de seus ministérios¹⁵, em 31 de agosto de 2016, foram escolhidos somente homens. A ausência de mulheres, no alto escalão da gestão Temer¹⁶, é comparada ao governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), quando também as mulheres estiveram ausentes do comando das pastas ministeriais.

Os retrocessos no período Temer não param por aí. O presidente, ministros e deputados, da base aliada, apresentam em seus discursos, falas carregadas de desconhecimento, preconceito e empobrecimento, em relação às questões de gênero. Para comprovar essa situação, selecionamos trechos de discursos disponíveis em reportagens de jornais on-line, apresentando que,

¹⁴ A presidenta, democraticamente reeleita, em outubro de 2014, foi afastada temporariamente em maio de 2016 do seu cargo, até que fosse finalizado o processo de destituição, instaurado por partidos de oposição ao governo Dilma, na Câmara Federal. Tal processo foi finalizado no dia 31 de agosto de 2016, com o afastamento efetivo da presidenta. Dessa forma, Michel Temer (PMDB), vice-presidente até então, assumiu a Presidência da República. Nesse contexto, movimentos sociais de vários segmentos propuseram a união contra a agenda neoliberal e conservadora, proposta por Temer e declararam resistência ao seu governo. Em seu discurso, após a votação no Senado, que cassou definitivamente seu mandato, a presidenta Dilma profere: “O machismo e misoginia mostraram sua face nesse processo” (SENADO FEDERAL, 2016). A composição ministerial de Temer confirma o discurso de Dilma: É formada apenas por homens brancos e heterossexuais, excluindo do alto escalão do governo federal as diversidades de gênero, social e étnica que compõem a população brasileira.

¹⁵ Os retrocessos vão além da ausência das mulheres nos Ministérios. Pastas primordiais para o desenvolvimento social, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do qual competia à execução de Políticas públicas específicas para a Agricultura Familiar, Mulheres rurais, Agroecologia e afins, foi fundido com o Ministério do Desenvolvimento Social e tornou-se o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA), demonstrando a desvalorização dessas áreas no governo Temer.

¹⁶ Em fevereiro de 2017, Luislinda Valois (PSDB-BA), a primeira mulher do alto escalão do Governo Temer, assumiu o Ministério dos Direitos Humanos e, após um ano na pasta, pediu demissão do cargo, em fevereiro de 2018, sendo este, ocupado outra vez, por um homem.

desde que assumiu o Executivo Nacional, em 2016, vários membros do governo do peemedebista proferiram frases machistas como:

“Homens trabalham mais que mulheres”, disse o ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP-PR), em reportagem apresentada por Benidelli (2017), no jornal *El País*, de 12 de agosto de 2016¹⁷. O ministro demonstra desconhecimento da realidade, pois de acordo com o estudo “Retrato das desigualdades de gênero e raça 1995-2015”, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), as mulheres possuem uma jornada de trabalho semanal de 7,5 horas a mais que a dos homens (IPEA, 2017).

No dia 8 de março de 2017, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, Temer reduziu o papel das mesmas aos serviços domésticos e aos cuidados dos filhos, conforme reportagem do jornal *El País*¹⁸, sendo alvo de uma série de protestos nas redes sociais (MARREIRO, 2017).

Uma semana após a fala machista de Temer, Ricardo Barros, durante a inauguração de um Plano Nacional de Combate à Obesidade Infantil, volta a demonstrar seu desconhecimento em relação às questões de gênero e declara, conforme reportagem de Oliveira (2017), publicada pela Revista Carta Capital, de 15 de março de 2017¹⁹: “É preciso qualificar essas crianças para manipular os alimentos. Muitas delas não ficam em casa com as mães e não têm oportunidade de aprender a descascar os alimentos” (OLIVEIRA, 2017, s.p), disse o ministro, que continuou o discurso colocando que,

“Hoje as mães não ficam em casa, e as crianças não têm oportunidade, como tinham antigamente, de acompanhar a mãe nas tarefas diárias de preparação dos alimentos. E vai ficando cada vez mais distante a capacidade de pegar um alimento natural e saber consumi-lo” (OLIVEIRA, 2017, s.p).

¹⁷ BENIDELLI, Talita. **“Homens trabalham mais que mulheres”**: mais uma para a lista de gafes da equipe de Temer. *El País* (Versão On-line). 2017. Disponível em:<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/28/politica/1469742650_528144.html>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

¹⁸ MARREIRO, Flavia. **Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais**. *El País* (Versão On-line). 2017. Disponível em:<http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

¹⁹ OLIVEIRA, Tony. **Ricardo Barros e a culpa “das mães” pela obesidade infantil**. Carta Capital (Versão On-line). 2017. Disponível em:<<http://www.cartacapital.com.br/saude/ricardo-barros-e-a-culpa-das-maes-na-obesidade-infantil>>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

Ainda nesse sentido, o deputado federal Laércio Oliveira (SD-SE), da base aliada de Temer, quando defendia a reforma trabalhista em 2017, disse que: “Ninguém faz limpeza melhor que as mulheres” (BAND, 2017, s.p), conforme noticiado pela versão on-line da Band Notícias, em 26 de março de 2017²⁰. Tais falas demonstram o contexto machista, misógino e conservador que caracteriza o governo Temer e seus aliados.

Enquanto os dois mandatos da presidenta Dilma foram marcados pela ampliação considerável do número de mulheres no primeiro e segundo escalão do governo federal e, como afirma Souza (2016, p. 64), por “[...] políticas virtuosas de inclusão social”, o governo de Temer promove ações conservadoras e retrógradas, que abandonam e degradam conquistas socioeconômicas (que incluem as ligadas à pauta feminina) alcançadas por meio de ações tomadas nos governos de Lula e Dilma.

Porém, tomando como exemplo o Poder Legislativo Federal, a Legislatura 2015-2018, no Senado, dos oitenta e um cargos de senadores, apenas doze são ocupados por mulheres, o que representa 14% do total (SENADO FEDERAL, 2016b). Na Câmara dos Deputados, o número de parlamentares femininas é ainda menor quando comparado ao das senadoras. Dos quinhentos e treze cargos, elas representam menos de 10% das ocupantes. Na Legislatura anterior (2011-2014), elas representavam um pouco mais de 8%, um aumento irrisório, de um mandato para o outro (CÂMARA FEDERAL, 2016).

Para se ter um panorama geral desta questão, a composição feminina na Câmara dos Deputados na Legislatura 2015-2018, de acordo com o partido, se dá da seguinte maneira (elas estão presentes em dezessete partidos): nove são do PT, sete do PMDB, cinco do PSDB e cinco PSB (os treze outros partidos elegeram quatro ou nenhuma deputada). Estados como Mato Grosso, Alagoas, Espírito Santo, Sergipe e Paraíba não possuem nenhuma representante feminina na Câmara Federal (BRASIL, 2014). Conforme Brasil (2014), os partidos maiores e os de espectro político voltados à esquerda são aqueles pelos quais um maior número de mulheres se elegem.

²⁰ BAND, Notícias. **‘Ninguém faz limpeza melhor do que a mulher’, afirma relator da terceirização.** (Versão On-line) 2017. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/100000850802/ninguem-faz-limpeza-melhor-do-que-a-mulher-diz-relator.html>>. Acesso em 02 de abril de 2017.

No que se refere ao Legislativo paulista, considerando o mesmo período (2015-2018), o panorama é semelhante: são apenas onze mulheres deputadas estaduais, num total de noventa e quatro deputados. No alto escalão do executivo estadual, no ano de 2016, apenas uma mulher era Secretária Estadual,²¹ da gestão Alckmin (PSDB/ 2014-2018), em um total de vinte e cinco Secretarias (SÃO PAULO, 2016b). Em maio de 2017, duas mulheres compunham as Secretarias Estaduais do Governo Alckmin (SÃO PAULO, 2017c). Araras e Jaboticabal vivenciam um contexto semelhante à realidade nacional e estadual.

A Câmara Municipal de Araras, na Legislatura 2013-2016, possuía a maior representatividade feminina, sendo elas 18% do total dos vereadores do município, número que subiu para 27%, quando considerada a Legislatura 2017-2020. Araras foi também, em 2016, o município que mais tinha mulheres como Secretárias Municipais. Em abril do referido ano, elas eram oito em um total de dezessete Secretarias (ARARAS, 2016). O número de mulheres, Secretárias em Araras, diminuiu para três, conforme consulta realizada no site da Prefeitura, no mês de maio de 2017 (ARARAS, 2017).

Em Jaboticabal, na Legislatura 2013-2016, a Câmara Municipal possuía duas mulheres vereadoras, 15% do total de treze vereadores, número que caiu para apenas uma, na Legislatura 2017-2020 (JABOTICABAL, 2016). Em um total de onze Secretarias, Jaboticabal contava com três mulheres como secretárias municipais, em abril de 2016 (JABOTICABAL, 2016) e em maio de 2017, caiu para duas secretárias municipais (JABOTICABAL, 2017).

Por mais que a Lei Eleitoral 9.100 de 29 de setembro de 1995 (BRASIL, 1995), que reservava para as eleições de 1996, 20% das vagas para a candidatura de mulheres, e aumentava para 30%, a partir dos anos 2000 (PINTO, 2001), “[...] a existência da lei não mudou substancialmente a participação das mulheres [...]” (PINTO, 2001, p. 102) e, por mais que o número de eleitoras seja maior em ambos os municípios²² (em Jaboticabal elas

²¹ Consulta realizada em abril de 2016.

²² Tomando como base os dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tendo o mês de agosto de 2016 como referência (BRASIL, 2016c). A título de complementação da informação, o Brasil possui 52,2% de seu eleitorado composto por mulheres, e no Estado de São Paulo, elas são 52,5% do total de eleitores.

são 52,8% e em Araras 51,4% do eleitorado), a representatividade feminina, nos espaços de decisão e poder nas escalas mencionadas, ainda é pequena.

Uma das assentadas, que já foi candidata ao cargo de vereadora em Jaboticabal, cita que os partidos políticos são barreiras para que mais mulheres possam adentrar à vida política. Ela diz que estes são ambientes masculinizados e que em alguns casos, “eles desconfiam do potencial que as candidatas têm e ignora os nossos interesses” (ASSENTADA 6, 2016).

Os partidos políticos e a sociedade ainda possuem uma concepção estigmatizada das mulheres, geralmente voltada aos atributos físicos, mais do que aos intelectuais, tornando mais difícil o acesso delas aos espaços institucionais de decisão e poder (DIAS, 2000). Essa consideração se enquadra na realidade das mulheres rurais que fazem parte deste estudo. Elas indicam, a partir de suas experiências, que para os homens, “[...] política não foi feita para mulher, mulher tem que fica fazendo coisas que é própria delas”, diz a Assentada 6 (2016), baseada em sua trajetória de vida e em relatos que ouviu de muitas mulheres.

Nesse sentido, a senadora Vanessa Graziottin, em entrevista ao portal de Notícias do Senado, em 8 de março de 2016²³, explicou que um dos problemas que envolvem a baixa representatividade feminina nesses espaços de decisão e poder se refere ao fato dos partidos políticos serem compostos, na maioria dos casos, por homens, além de serem usadas estratégias, por essas organizações, para burlar a Lei de Cotas para mulheres na Política.

Os partidos preenchem as vagas com mulheres, mas grande parte delas é o que nós chamamos de candidaturas do faz de conta, as candidaturas laranjas. Eles pegam qualquer pessoa, funcionárias, parentes, para colocar o nome e não serem penalizados pela Justiça Eleitoral Brasileira. Só que poucas são as mulheres que têm candidatura de fato e, quando têm, elas não acessam os recursos partidários para poder fazer a sua campanha, não acessam o tempo de televisão e de rádio, não acessam nada [...] (MONTEIRO, 2016, s.p).

Um dos aspectos constitutivos da OMAQUESP é a relação da mesma com o Estado, uma vez que, dentre os objetivos do movimento, está a

²³ MONTEIRO, Ester. **Lugar de mulher também é na política**. Senado Federal. 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

(re)formulação de Políticas públicas e a obtenção de recursos, por meio da apresentação de Projetos ao governo federal, estadual e municipal e/ou Ministérios e Secretarias. Elas buscam que o Estado reconheça as necessidades das mesmas, inserindo as pautas e temáticas defendidas pelo movimento, no âmbito institucional.

A interlocução das assentadas da OMAQUESP com o Estado é caracterizada por um terreno árido, representado por ser um universo amplamente dominado por homens (como discutido nesta seção) e por isso há a concordância acerca da necessidade de mais mulheres ocuparem cargos políticos, conforme destaca a Assentada 3 (2016): “A gente precisa de mais mulheres lá²⁴ pra pode fazer política que envolva a nossa realidade e que faça para com esse levante machista que sempre existiu aqui no Brasil” (ASSENTADA 3, 2016, Araras).

A preocupação com a falta de representatividade das mulheres nesses espaços é tema constante das discussões das militantes da OMAQUESP que, no ano de 2016, realizaram em Jaboticabal, o Segundo Encontro de Mulheres do Assentamento de Jaboticabal (Figura 1), com o objetivo de potencializar a formação política, buscar maior participação e representatividade delas nos espaços de decisão e poder, além de debater os problemas e soluções para a comunidade em que vivem.

²⁴ Referindo-se aos espaços de poder: Prefeituras, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Governos de Estados, Câmara e Senado Federal e Presidência da República.

Figura 1 - Convite para o 2º Fale com Elas - Assentamento de Jaboticabal



Fonte: Rede social Facebook da Assentada 6 (2016).

Encontro semelhante aconteceu em um evento realizado no ano de 2013, no município de Araras. Na ocasião, elas se reuniram com outras organizações e movimentos sociais locais para discutir Políticas públicas específicas para as mulheres (Figura 2).

Figura 2- Folder publicitário de evento realizado pelas mulheres da OMAQUESP de Araras: Políticas públicas para mulheres (2013)



Fonte: Rede social Facebook da Assentada 1 (2013)

Quanto mais mulheres ocuparem cargos políticos, nos espaços de decisão e poder, maiores serão as possibilidades de mudanças no contexto social e econômico das comunidades onde estão inseridas (FERRÉ; SERRA, 2006). É possível ainda considerar, conforme Schumacher e Ceva (2015, p. 385) que,

A participação das mulheres em espaços de poder é de suma importância, uma vez que abala as estruturas sociais historicamente construídas. Mas para que uma mudança significativa ocorra é necessária que uma luta por maior equidade de gênero seja prioridade nas pautas de poder e conquistar uma ampla reforma política. Além disso, é importante que o poder público esteja em constante diálogo e debate com as organizações da sociedade civil que batalham pelos direitos das mulheres.

A divisão do mundo do trabalho deixa para o masculino, a política, as funções realizadas fora do ambiente familiar - o universo público -, enquanto que para o feminino, lhe é reservado o trabalho do lar, invisível - no universo privado (GOLDENBERG, 1997), realidade constatada a partir das discussões

organizadas neste item. Para Monteiro e Leal (1998, p. 34) “nas sociedades sexistas, o que é masculino tem mais valor do que é feminino [...] [e] estabelece-se uma relação desigual de poder e de prestígio. Assim,

[...] o movimento feminista contribui muito para uma considerável ampliação da área política ou do politizável, fazendo entrar na esfera do politicamente discutível ou contestável, objetos e preocupações afastadas ou ignoradas pela tradição política, porque parecem pertencer à ordem do privado; mas não deve igualmente deixar-se levar a excluir, sob o pretexto de elas pertencerem à lógica mais tradicional da política, as lutas a propósito das instâncias que, com sua ação negativa, e em grande parte invisível – inconscientes masculinos e também femininos -, contribuem fortemente para a perpetuação das relações sociais de dominação [...] (BOURDIEU, 2009, p. 138-139).

Por fim, utiliza-se o pensamento de Saffioti (2000) para concluir essa discussão, no qual a autora coloca que por mais que avanços significativos foram conquistados em vários segmentos sociais, por conta da atuação dos movimentos feministas e de mulheres, a base do patriarcalismo ainda se faz presente no universo do trabalho, no Parlamento e na hierarquização de estruturas de poder entre os membros da família, conforme abordado nesta seção.

Quem trabalha sob uma perspectiva de gênero, busca estratégias que possibilitem (re)construir uma sociedade alicerçada nos preceitos da equidade, da valorização social e do respeito às mulheres, demonstrando que onde há dominação e exploração, há resistência. Nesse contexto, a segunda seção apresentará reflexões que envolvem a organização de mulheres em coletivos e movimentos sociais específicos do campo, trazendo elementos que permitem a compreensão das lutas e resistências, bem como um histórico em relação à constituição da OMAQUESP.

2 - ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE MULHERES RURAIS: A OMAQUESP EM QUESTÃO

As discussões realizadas na seção anterior são fundamentais para a compreensão das assentadas da OMAQUESP. A problemática acentua-se quando a investigação envolve as mulheres rurais. Para elas, a invisibilidade é mais cruel, já que as relações de gênero e poder, no meio rural, são ainda mais desiguais. Dessa maneira, abordar as dificuldades que envolvem as mulheres rurais de uma forma mais abrangente, antes de tecer reflexões específicas da OMAQUESP, é essencial haja vista que, são questões também vivenciadas pelas militantes da organização.

As mulheres rurais, a partir dos compromissos assumidos com determinadas demandas, se constroem enquanto agentes políticos e protagonistas, potencializando transformações em suas comunidades, sendo que, “[...] as mulheres que não se reconhecem como sujeitos políticos não lutam pelas causas das mulheres em geral” (PINTO, 2010, p. 18). São lutas constantes, buscando a superação de situações que persistem em suas realidades.

Não há uma maneira única de se referir ao que é ser mulher. Essa afirmação assume destaque quando nos referimos ao meio rural. São múltiplas as caracterizações que podem ser evidenciadas para definir a mulher rural. Em muitas situações, suas ações são minimizadas, colocando-as em posições de subalternidade, menosprezando as atividades por elas realizadas e suas aspirações.

Carneiro (1994) explica que, “a simbiose mulher-terra-família é constitutiva da identidade feminina no campo e impõe-se como paradigma para as relações sociais de gênero e para a posição da mulher [...]” (CARNEIRO, 1994, p. 21). É preciso estabelecer ações que visem à superação dos paradigmas que envolvem a mulher rural, pois,

“Quem tem conhecimento em relação ao meio rural e à reforma agrária sabe que a grande base delas são as mulheres. As mulheres, elas que traduzem as demandas para as famílias. Eu acredito, a partir de uma vivência de quatorze anos trabalhando com reforma agrária, que as mulheres são a grande base da reforma agrária. Quem trabalha nesse segmento tem que estar

ciente que a mulher é o grande pilar da reforma agrária, é um pilar que trabalha sustentabilidade, saúde do assentamento, produção familiar, a Educação, a articulação com entidades e órgãos para que possa melhorar a qualidade de vida das comunidades. Então, a mulher é o grande pilar dos assentamentos e da reforma agrária” (AMARANTE²⁵, 2016).

Quando questionadas acerca dos motivos que envolvem maior protagonismo das mulheres, no contexto da reforma agrária e dos assentamentos, a Assentada 1 (2016) destaca que, elas são as mais engajadas em insistir e persistir no campo, enquanto que os homens ao primeiro problema, no primeiro “tropeço” na produção, já querem sair do campo e ir para a cidade, em busca de outras oportunidades “[...] a gente conhece muitas realidades nesse Brasil afora, que quem toca mesmo os lotes dos assentamentos são as mulheres. [...] os homens, eles saem para trabalhar em outras profissões” (ASSENTADA 1, 2016). Outra militante da OMAQUESP, nesse mesmo sentido, afirma que “[...] é com a mulher que você conversa quando quer sabe da realidade, como é que tá caminhando e sobre o sucesso dos assentamentos” (ASSENTADA 8, 2016).

O aparecimento da composição familiar baseado nos moldes patriarcais de relação de gênero está estritamente vinculado à propriedade de terra (ARENDR, 1981). Rossini (1998), ao explicar que, com o fortalecimento/expansão das relações patriarcais, o trabalho masculino no campo voltou-se à produção de bens, geralmente ligados à produção e comercialização, enquanto o trabalho da mulher rural foi se individualizando e tendo uma finalidade voltada para o autoconsumo familiar, sendo suas atividades associadas à esfera doméstica. Para a mulher, foi dada a tarefa de tratar da produção agropecuária, cuidar dos filhos e do entorno da casa, além do cultivo de hortaliças e do cuidado com animais de pequeno porte.

Pacheco (1998, p.61) corrobora com Rossini (1998) ao dizer que, no sistema capitalista, a questão econômica “[...] sempre foi pensada em bases patriarcais: agressiva, penetrante e opressiva [...]”, e as relações de gênero, estabelecidas no campo, das quais a depreciação do trabalho feminino é uma constante, estão inseridas nesse contexto.

²⁵ Entrevista realizada com o técnico do ITESP, José Amarante, 2016. Nas referências mais detalhes sobre sua biografia.

A divisão sexual do trabalho, no espaço rural, parte do princípio de que o homem é responsável pelo trabalho produtivo e as mulheres pelo trabalho reprodutivo. Enquanto ao gênero masculino é ofertado tudo o que se associa ao mercado, às mulheres lhes são cobrados o trabalho de casa, os cuidados das hortas, dos animais de pequeno porte (geralmente o que é voltado ao consumo da família) e dos filhos (NOBRE, 1998).

Linda McDoweel (2000), geógrafa feminista britânica, entende que às mulheres foram impostos os espaços privados, enquanto que, aos homens foram concedidos os espaços públicos. O pensamento da autora comunga com a opinião de Rossini (1998) e pode ser compreendido a partir das informações disponibilizadas no quadro 3²⁶.

Quadro 3 - Diferenças de espaços de vivência destinados ao universo masculino e feminino

Masculino	Feminino
Público	Privado
Exterior	Interior
Trabalho	Casa
Trabalho	Recreação e Diversão
Produção	Consumo
Independência	Dependência
Poder	Falta de poder

Fonte: MCDOWEEL (2000, p. 28)

Adaptado por: VERONEZZI, F. Tradução nossa.

As relações sociais, historicamente, atribuíram ao gênero masculino os espaços públicos e ao feminino o privado, concebendo espaços de ação distintos aos homens e às mulheres. Há a criação de um espaço de dominação (externo, produtor), representado pelos homens, e outro, caracterizado pela submissão (de caráter interno, reprodutor) a cargo das mulheres (DIAS, 2000). Qualquer pessoa, ou grupo de pessoas, que tende a confrontar essas relações, como acontece com a OMAQUESP, por exemplo, tende a desconstruir esse paradigma e buscar por equidade.

Essa problemática tende a se reforçar ainda mais quando a divisão de papéis de gênero é naturalizada (NOBRE, 1998). Louro (2008, p. 22) em

²⁶ Os termos contidos no quadro foram adaptados à Língua Portuguesa, já que a versão revisada está em Espanhol. Traduzido de McDoweel (2000, p. 28).

relação às distinções de gênero, a respeito destaca que “a diferença não é natural, mas sim naturalizada”. A diferença é produzida através de processos discursivos e culturais. A diferença é ensinada. Em relação às distinções de gênero, a autora afirma que não é questão de negar a materialidade dos corpos, e sim compreendê-las a partir dos significados que essas características vão assumindo no interior da cultura (LOURO, 2008), uma construção sociocultural baseada em hierarquias e relações de poder.

A constatação das desigualdades de gênero que, por sua vez, levam à divisão do trabalho no espaço rural, por meio da perspectiva do ‘trabalho masculino e trabalho feminino’, além da sobrecarga de tarefas para as mulheres, foi um dos aspectos que se observou quando da realização dos trabalhos de campo e das entrevistas. Nessa classificação, o trabalho das mulheres é qualificado apenas como uma ‘ajuda’, de acordo com frases por elas proferidas.

Por muito tempo o trabalho feminino no campo fora considerado apenas como complementar. A sinalização de mudança nesse patamar esteve ligada à entrada das mulheres rurais em sindicatos, associações e cooperativas (ROSSINI, 1993), em meados da década de 1980, além da organização de coletivos de gênero, como organizações não governamentais e movimentos sociais.

Paulilo (1987) destaca que, em relação às atividades do campo, é comum qualificar àquelas exercidas pelas mulheres, como ‘trabalho leve’, enquanto que as exercidas pelos homens como ‘trabalho pesado’. De acordo com a autora, sobre as remunerações mais baixas a serem destinadas às mulheres e às crianças, enquanto que as remunerações mais altas, designadas aos homens, hierarquizando as atividades rurais.

Tanto a teoria, quanto os relatos empíricos são reveladores, ao considerarem que ainda hoje é possível afirmar que a invisibilidade da mulher, no espaço rural, faz com que suas atividades sejam consideradas sem importância, sendo que “seu papel é cristalizado, segue determinadas regras, o que atrapalha seu desenvolvimento pleno; são obrigadas a seguir uma determinada norma, um jeito de viver que não é necessariamente o que querem” (PACHECO, 1998, p. 56-57).

Desconstruir e superar a dicotomia homem-público-provedor e mulher-privado-cuidadora é fundamental. As assentadas da OMAQUESP relatam que é comum a desvalorização de suas atividades, por parte dos companheiros (não necessariamente só as desenvolvidas no âmbito doméstico, mas outras executadas nos lotes dos assentamentos). Sob um tom de protesto, uma delas comenta:

“os homens querem que as mulheres vão com eles pra roça, mas eles não querem fazer o serviço com a gente em casa. Quando o sol esquenta, eles toma banho e as mulheres se ‘ferra’ esquentando a barriga no fogão e lavando roupa. A mulher rural é mãe, mulher casada, trabalhadora, a gente tem muita função. O homem tem menos função que nós, pra eles é tudo bem mais fácil. A gente tem reunião de escola, leva filho em médico, sai pra fazer compra e até a roupa deles às vezes a gente tem que comprar, sem conta o que a gente faz na roça né, é tudo nas nossas costas, eles são muito acomodado. A mãe que sofre todas as coisas com os filhos e eles lava as mão. O trabalho que a gente faz na roça então, esse eles contam só como uma ‘ajudinha” (ASSENTADA, 11, 2016, Jaboticabal).

Elas descrevem que escutam com frequência a seguinte frase: “Ué, não sei por que tá cansada, seu trabalho é tão de boa” (ASSENTADA 9, 2016 Jaboticabal). Outra conta que quando passa o dia realizando trabalhos domésticos, seu marido diz: “O que você fez durante todo o dia para tá tão cansada? Só ficou em casa” (ASSENTADA 7, 2016).

Esses questionamentos nos levam a refletir acerca da desvalorização, sobrecarga, subestimação, discriminação, desigualdade, exploração, opressão e desprezo em relação ao trabalho doméstico, que geralmente recai sobre as mulheres. Uma das assentadas questiona: “Ahhh, mas eles gostam é de fazer desfeita com a gente. Eles chega do trabalho e cai no sofá pra dormir, só esperando a comida quentinha. E nós? Nós, depois de trabalhar o dia inteiro, temos que fazer tudo pra eles” (ASSENTADA 11, 2016, Jaboticabal).

A concepção do trabalho doméstico, em uma sociedade capitalista, na qual a base da produção é a mercadoria, as atividades do lar, exercidas quase que exclusivamente pelas mulheres, são desvalorizadas, uma vez que não geram valores financeiros e dessa forma são menosprezadas (ROSSINI, 1993). É nesse sentido que, como colocam as mulheres entrevistadas, seus

trabalhos, tanto os não remunerados, quanto os remunerados são desvalorizados por seus companheiros.

Bruschini (1990), por meio de uma pesquisa com casais de classe média e classe média baixa, da cidade de São Paulo, revelou que, os homens dividem com as mulheres as tarefas domésticas apenas em atividades específicas, como aquelas ligadas à manutenção ou conserto (e de maneira eventual). Rossini (2010, p. 126) contribui para o entendimento desta questão ao esclarecer que,

[...] não é só do salário que vive a família. Existe todo um conjunto de atividades que interferem na qualidade de vida, na manutenção e reprodução da força de trabalho. [...] há outros recursos não monetários que, combinados com as rendas, contribuem para a determinação da qualidade de vida da família: serviços públicos e sociais; produção doméstica de bens e serviços; e uso de relações sociais informais com parentes, vizinhos e amigos, com os quais se estabelece uma rede de ajuda mútua.

Melo e Sabbato (2006), a partir das pesquisas por eles realizadas trazem a constatação de que o trabalho doméstico ainda é realizado, predominantemente, pelas mulheres (nesse caso tanto as rurais quanto as urbanas). Estudo realizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), em doze países da América Latina, contribuiu para esse entendimento, ao confirmar que o uso do tempo entre mulheres e homens é muito diferente e, o trabalho doméstico não é realizado de maneira igualitária entre eles, já que, além de elas dedicarem mais tempo às atividades domésticas, têm a sobrecarga do trabalho (CEPAL, 2010 *apud* PAULILO, 2013), que é desenvolvido além dos limites da casa.

Nas discussões realizadas no coletivo da OMAQUESP esse é um tema recorrente. Falas delas consideram que todas as tarefas de casa deveriam ser compartilhadas entre homens e mulheres, para que não houvesse sobrecarga para um, e mais tranquilidade e sossego para outros (ASSENTADA 8, 2016). Em outros momentos, as assentadas apresentam ainda que, o 'tempo das mulheres' e o 'tempo dos homens' são vivenciados de maneira diferente. A mulher não tira folga: ela planeja, organiza, monitora, realiza e acompanha as atividades agropecuárias, do lar e ações do movimento.

Em Jaboticabal, a Assentada 8 (2016), que acumula a função de servidora pública municipal com a de agricultora, conta que o trabalho dela é triplicado, se comparado ao do seu companheiro, pois ela trabalha durante a semana em uma Unidade de Saúde no Distrito de Córrego Rico, próximo ao assentamento onde mora e, diariamente, após o expediente, incluindo os finais de semana e feriados, tem que cuidar da “sua roça” (como ela se refere), pois seu companheiro não se interessa por determinadas culturas (ela cita o mamão, a pimenta, a mandioca e as hortaliças, como exemplo).

A mesma assentada ainda expõe que quando quer contribuir, a partir de informações que obteve por meio de leituras ou de contato com pessoas capacitadas na produção rural, muitas vezes sua opinião não é aceita e seu companheiro diz que ela está equivocada, que o cuidar da roça tem que ser do jeito dele, que ele é quem entende.

Outras assentadas, tanto em Araras, quanto em Jaboticabal relataram a mesma situação: a dificuldade de se imporem, enquanto agricultoras, e de cooperarem nas atividades do dia a dia dos lotes de seus assentamentos (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 5, 2016; ASSENTADA 6, 2016; ASSENTADA 7, 2016; ASSENTADA 8, 2016 e ASSENTADA 10, 2016). Tal situação é comprovada na fala da Assentada 8 (2016), que diz:

“[...] tem coisa que eu quero fala, que eu sei, que eu li e ele fala que tá errado, que tem que se daquele jeito dele. [...] Eu acho que eles pensa que não pode solta muito senão a gente domina tudo, ‘se eu deixa, a mulher toma conta de tudo, até de mim’ [risos]”.

Nesse mesmo sentido, a Assentada 6 (2016) complementa a fala anterior revelando que,

“[...] em casa mesmo eu tenho uma dificuldade tremenda para coloca na cabeça dele que alguma coisa tá dando prejuízo. Eu tô sempre com caderno, com caneta na mão, lendo, e a gente compara, pesquisa e vê, tem coisa que não dá, e o homem ele deixa sabe. Eles não faz conta” [...].

Os homens veem o trabalho das mulheres como um prolongamento das suas funções de mãe e esposa, ou seja, aquela que se responsabiliza pelas

atividades, que supre as necessidades da família e de modo geral, as práticas agropecuárias por elas desempenhadas, ligadas à horta e no trato do entorno da casa (MELO; SABBATO, 2006). Essas relações hierarquizadas de imposição e desqualificação do trabalho das mulheres rurais denuncia a negligência masculina em relação às atividades por elas desenvolvidas, negando-as como trabalhadoras (agricultoras).

Os movimentos de mulheres rurais, dos quais a OMAQUESP se insere, incluem em suas pautas, a contestação da naturalização do trabalho “provedor” do homem e “complementar” da mulher. Os tempos (de trabalho e de lazer) são diferentes para as mulheres e para os homens do campo.

O pensamento de Rossini (1993), novamente enriquece essa discussão ao apontar que, o tempo de descanso para as mulheres rurais é cada vez mais raro, enquanto que para os homens ele continua o mesmo. Ele sai para jogar bola, bater papo, tomar bebida em bares, enquanto a mulher costura, lava, passa e cuida dos filhos.

Nos lares, no espaço privado do ambiente familiar, as relações de gênero são vivenciadas demonstrando a questão supracitada. Relações de desigualdade, domínio, opressão (MELO; SABBATO, 1998), desvalorização e submissão ficam evidentes nas falas das entrevistadas. No seio do movimento, elas descrevem que há uma inquietação em relação a essas questões. Elas se preocupam em desenvolver ações que busquem formas de minimizar tais desigualdades, tentando promover discussões e debates para que não haja a reprodução das relações de desequilíbrio de gênero, principalmente nas novas gerações (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 6, 2016).

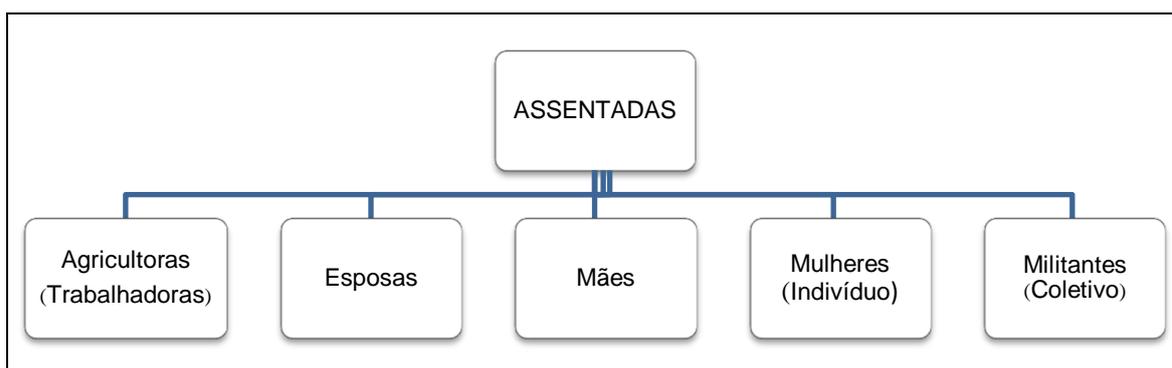
Carneiro (1994, p. 14) acrescenta a ideia de que, a “[...] participação feminina, nas lutas do conjunto dos trabalhadores rurais, é o que torna pública a situação da trabalhadora-mulher, que engloba outras identidades, o da trabalhadora-mãe [...], o da trabalhadora-esposa”, o da trabalhadora-indivíduo e da trabalhadora-militante, situação comumente observada nos relatos das assentadas.

No processo de construção de uma nova identidade de mulher rural, a organização (ou mobilização) também é vista como um meio de conferir visibilidade à sua participação na produção. Como uma forma de justificar e, ao mesmo tempo, demonstrar a legitimidade das reivindicações sobre os direitos das mulheres,

ênfatiza-se o papel econômico que elas desempenham no seio das unidades de produção familiares. Mobilizando-as para a luta por interesses comuns advindos, principalmente, da condição de produtora, a organização política torna-se uma das etapas, talvez a mais importante no processo de elaboração da nova identidade feminina. [...] grande parte da população rural feminina está inserida em formas de organizações familiares que conjugam funções reprodutivas e produtivas onde a inserção na produção é entendida como um prolongamento das atividades domésticas (CARNEIRO; TEIXEIRA, 1995, s.p).

A partir dos relatos das entrevistadas, organizou-se uma representação para demonstrar as várias atribuições conferidas às assentadas da OMAQUESP. O quadro 4 apresenta os cinco pilares pelos quais essas mulheres são entendidas: Agricultoras, Esposas, Mães, Mulheres (indívíduo) e Militantes (coletivo).

Quadro 4- Organograma das atribuições conferidas às assentadas da OMAQUESP



Fonte: VERONEZZI, F. Trabalhos de campo /Entrevistas.
Organização: VERONEZZI, F.

Por meio do entendimento dos pilares que representam as mulheres em questão (Quadro 4), percebeu-se que suas vivências perpassam os espaços públicos e privados. Entende-se a mulher rural como um agente político que, a partir do compromisso assumido em diversas demandas, potencializa a transformação de suas comunidades. A OMAQUESP vem atuar nesse sentido – transformar a vida das assentadas e quilombolas do Estado de São Paulo.

As mulheres são mais preocupadas em participar de organizações (MOURÃO, 2013) ou grupos voltados às questões sociais (Figura 3) e que envolvam a busca pela cidadania plena, enquanto que os homens se interessam mais pela produção voltada ao mercado.

Figura 3 - Espaço de diálogo entre as assentadas da OMAQUESP e o pesquisador – Jaboticabal (2016)



Fonte: Trabalhos de campo, 2016.

Nesse sentido, a figura 3, demonstra a preocupação das mulheres com questões coletivas, pois nela observam-se as assentadas de Jaboticabal, em um dos trabalhos de campo, no ano de 2016, explanando acerca da organização, suas histórias, seus projetos futuros e outras convicções. Uma delas comenta que

“devia ter grupo de homens pra sentar e conversar abertamente da mesma forma que a gente tá aqui. Parece que os homens não pedem conselho, não conversam com os outros. Isso é uma coisa cultural machista, do brasileiro. Aqui é bastante assim” (ASSENTADA 6, 2016).

O técnico do ITESP, José Amarante, que trabalha prestando suporte e assistência técnica no Assentamento rural de Jaboticabal, compartilha desse pensamento, ao revelar que geralmente os homens se interessam mais para a produção de culturas que tenham maiores valores de mercado, enquanto as mulheres são mais preocupadas com aspectos sociais, culturais e ambientais, com a obtenção e desenvolvimento de Projetos e Programas Governamentais, “[...] a mulher tem uma postura mais voltada ao social”, considera o servidor (AMARANTE, 2016).

É nos movimentos sociais, por meio da interação com outros coletivos, que há contribuições para a construção de ações políticas que cubram resultados efetivos para problemas que ainda perduram (NOBRE, 1998). São desenvolvidas práticas nesses coletivos de mulheres que possibilitam

mudanças, tanto nas realidades locais, quanto em outras escalas, nos espaços privados e nos espaços públicos. A OMAQUESP, segundo as entrevistadas, atua no sentido de potencializar a formação de mulheres engajadas na superação dessas questões.

Para que ocorram mudanças efetivas, a saída é a organização social, a mobilização, a participação das mulheres rurais nos mais variados espaços de decisão e de poder e da vida cotidiana. “A organização é a base para a transformação social” (BOGO, 2008, p. 180), sendo que, quanto maior for o engajamento das mulheres no âmbito do coletivo, da união de esforços e da troca de experiências, nos espaços privados e públicos, maiores serão os benefícios que poderão ser conquistados para lidar com os conflitos existentes dentro da família e da comunidade (PACHECO, 1998).

Faria (2014) argumenta nesse sentido que, só será possível uma sociedade mais igualitária, a partir de ações que se pautem nos coletivos de mulheres. Entende-se que,

a não valorização [...] coloca a mulher num papel social de inferioridade. A invisibilidade do trabalho feminino se torna uma bandeira recorrente dos movimentos sociais femininos, questionando os primitivos papéis sociais relegados às mulheres. [...] Gerar uma sensibilização social sobre o valor do trabalho das mulheres e por sua vez, possibilitar processos para aumentar a autoestima e o empoderamento das mulheres rurais. É importante destacar que essa mudança não será possível se não existir uma implicação ativa por parte dos homens, e entre todos e todas, desconstruindo os papéis de gênero e caminhar conjuntamente para um outro modelo agrícola (GIL; MARTINEZ, 2013, s.p, tradução nossa)²⁷.

Para que haja a ruptura da imagem tradicional da mulher rural como apenas esposa e mãe, criando uma nova concepção que rompa com o conservadorismo que envolve os padrões sociais atribuídos às mulheres rurais (CARNEIRO; TEIXEIRA, 1995), as organizações sociais devem possuir como frentes de ação, a execução de propostas que vão desde a inclusão na agenda de conscientização das próprias mulheres, defendendo que a naturalização e a

²⁷ “[...] generar sensibilización social sobre el valor del trabajo de las mujeres y a su vez, posibilitar procesos para aumentar la autoestima y el empoderamiento de las mujeres campesinas. Es importante remarcar que este cambio no será posible si no existe una implicación activa de la parte masculina para, entre todos y todas, desconstruir los roles de género y caminar conjuntamente hacia otro modelo agrícola” (GIL; MARTINEZ, 2013, s.p).

hierarquização das relações de gênero são construções históricas e culturais, levando esse debate a outras instâncias e segmentos sociais, incluindo a tríade Família-Estado-Sociedade.

Como já apontado em alguns momentos do texto, a OMAQUESP possui em suas pautas, ações que visam a construção, o empoderamento e a emancipação das mulheres rurais, contribuindo para a conquista da cidadania e de relações baseadas na equidade. A constituição, os objetivos e as estratégias do movimento serão elementos discutidos no item que segue.

2.1- Empoderamento das mulheres rurais: da origem da OMAQUESP aos dias atuais (2001-2017)

“É um movimento de mulheres, é um movimento feminista²⁸, é um movimento social tão misto, tão misto. A religião se mistura, a questão racial, social, do meio ambiente. O nosso movimento ele é de mulheres, e dentro do nosso movimento tem muitas feministas. Tem um coletivo que é da questão racial, outro do social, a religião é muito forte²⁹. A OMAQUESP tem um objetivo comum de todas as mulheres, que é a qualidade de vida das mulheres rurais, a gente quer melhora nossa qualidade de vida, queremos uma vida mais digna, porque feliz a gente é, a gente precisa melhora mais a vida das mulheres que vivem no campo e a OMAQUESP ajuda muito nesse entendimento” (ASSENTADA 6, 2016, grifos nossos).

“A OMAQUESP era um sonho que a gente tinha. Um sonho de poder juntar as rurais de São Paulo pra poder te mais força pra exigi mais direitos pra nós. E também para a gente pode conversa e resolve os conflitos que a gente tem dentro do assentamento e das nossas famílias” (ASSENTADA 2, 2016).

Os dois trechos apresentados na abertura desse item, são definições da OMAQUESP, segundo duas assentadas do movimento. Essas declarações foram inseridas no início do item, com a finalidade de sintetizar como ele é entendido do ponto de vista das mulheres que o compõem, além de mostrar a heterogeneidade e a complexidade, no que se refere à essência e aos princípios da organização em questão.

Para entender os movimentos de mulheres rurais “[...] é necessário considerar não apenas os fatores objetivos decorrentes das condições

²⁸ Várias assentadas se declaram feministas, como apresentado na seção que abre o texto e, por isso, a discussão da teoria feminista foi discutida na seção 1.

²⁹ Conforme será abordado na seção 3, as influências religiosas devem ser consideradas para entender determinadas posturas assumidas por algumas assentadas da OMAQUESP.

materiais da vida, mas também valores ideológicos estruturantes das relações entre os sexos e conformadores das identidades sociais [...]” (CARNEIRO, 1994, p. 14-15). Por isso que, a abordagem teórica, trabalhada na seção 1 desse texto, é essencial para a compreensão dos sujeitos da pesquisa, pois não é possível desvincular a mulher rural das questões que envolvem a mulher em um contexto mais geral³⁰.

A década de 1980 foi um marco em relação à organização de coletivos exclusivos de mulheres rurais, pois foi nesse período que começaram a despontar os primeiros movimentos sociais que envolviam as questões pertinentes às mulheres do campo. Em 1985, durante a realização do quarto Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que questões ligadas às desigualdades de gênero passaram a ser discutidas pelos membros da entidade pela primeira vez (DEERE, 2004).

A insatisfação das mulheres em não se sentirem representadas em alguns movimentos fez com que elas, a partir de reuniões que aconteciam com frequência, no final da década de 1980, pensassem em se organizar em busca de lutas que fossem específicas para as mulheres do campo. Uma das fundadoras da OMAQUESP conta que se inspirou na atuação de Luci Choinacki³¹ - ícone da luta das mulheres rurais, uma agricultora de Chapecó, Santa Catarina, defensora do pensamento de que as mulheres, quando unidas em grupos específicos, conquistam mais facilmente seus objetivos.

Em 1986 foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Mulheres, reunião que ocorreu no município de Barueri, Estado de São Paulo e contou com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e MST. Além de colocar em pauta a criação de um movimento exclusivo de mulheres trabalhadoras rurais, as militantes exigiam igualdade de direitos no acesso à terra no Brasil (DEERE, 2004).

Os movimentos sociais de mulheres são os mais consistentes e organizados, possuindo um grande poder de mobilização (FARIA, 2014). Os

³⁰ “O particular não pode ser separado do geral, deve a ele se ligar” (ANDRADE, 1994, p. 59).

³¹ Luci Choinacki foi uma trabalhadora rural, eleita deputada estadual por Santa Catarina, no pleito de 1986 e deputada federal nos anos de 1990, 1998, 2002 e 2010. Considerada como uma grande liderança para as trabalhadoras rurais e uma representante da categoria no Congresso Nacional, foi apoiada pelo MMC, já que luta pela justiça social e direitos que envolvem as mulheres, principalmente as do meio rural, esforçando-se na Câmara Federal pela Criação de políticas que promovessem o empoderamento das mulheres e a autonomia econômica delas (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

coletivos de mulheres rurais possuem múltiplas facetas e diversas frentes de atuação. Como apresentado no relato da assentada, o qual abre esta seção, a organização de mulheres rurais – OMAQUESP – é plural, abrange diversas linhas de atuação, além de ser composta por mulheres que possuem as mais variadas formas de pensar.

Em relação à organização inicial da OMAQUESP, as militantes contam que no final da década de 1990, o ITESP fomentou a escolha de duas representantes mulheres em cada assentamento paulista, com o objetivo de que elas levassem para a Instituição, demandas dos seus assentamentos. O Órgão organizava reuniões e encontros periódicos com as representantes para tratar de assuntos voltados à questão social, como saúde, cidadania, projetos educacionais, infraestrutura dos assentamentos e formas alternativas de produção nas comunidades rurais, bem como obtenção de direitos trabalhistas voltados às trabalhadoras do campo.

Conforme se verifica em um artigo publicado³² por uma das militantes, mesmo antes da fundação efetiva da organização, encontros de mulheres rurais aconteciam em vários municípios paulistas (FARIAS; NORDER, 2011). As informações elencadas na tabela 1 trazem os municípios e os anos em que aconteceram essas reuniões das assentadas.

Tabela 1 - Municípios onde aconteceram os primeiros encontros de mulheres rurais de São Paulo

Encontros	Ano de Realização	Município
I	1998	Castilho - SP
II	1999	Rosana - SP
III	2000	Promissão - SP
IV	2001	Araraquara - SP
V	2002	Euclides da Cunha - SP
VI	2003	Araras - SP
VII	2006	Araraquara - SP

Fonte: FARIAS; NORDER, 2011.
Organização: VERONEZZI, F.

³² A assentada possui formação superior em Agronomia com ênfase em Agroecologia, obtida por meio do PRONERA, da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. O artigo produzido está publicado na Revista Retratos de Assentamentos, sob o título “A organização política de mulheres assentadas e quilombolas em São Paulo”, referenciado no final do texto.

A partir das memórias das entrevistadas, nessas reuniões, as mulheres colocavam em pauta discussões dos mais variados temas, mas sempre comentavam sobre a preocupação em criar uma organização que as defendesse e que lutasse por propósitos ligados à causa específica das assentadas paulistas. Uma delas conta que a troca de experiências de vida, de mulheres que vinham de várias regiões do Estado, engajou a organização para a formação do movimento. Ela coloca que, “[...] nós fizemos muitas mobilizações nos encontros de mulheres de troca de experiências, a gente aprendeu muito [...]” (ASSENTADA 7, 2016).

Segundo contam as entrevistadas, no primeiro encontro estadual de mulheres rurais do Estado, realizado em Castilho, no ano de 1998, a participação foi de cerca de 70 mulheres, número que passou de 400 no ano de 2001, no encontro realizado no município de Araraquara (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 7, 2016), o que evidencia o interesse das assentadas de São Paulo em se organizar coletivamente.

Foi no encontro realizado no ano de 2001, em Araraquara, após várias reuniões estaduais, que o coletivo decidiu criar uma organização exclusivamente composta por mulheres rurais, em conformidade à legislação. Dessa forma, foi constituída oficialmente, em fevereiro de 2002, a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, estruturada legalmente como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com estatuto próprio e com lutas em prol das mulheres rurais paulistas (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 6, 2016).

“Enfrentamos muita gente, pois tinha um pessoal que dava risada e desacreditava no poder das mulheres rurais de se unir”, lembra a Assentada 1 (2016)”. Também explica que durante a primeira reunião de criação do movimento, elas tiveram a preocupação em criar algo simbólico que as representasse enquanto coletivo de luta. Conta que fora proposto pelas mulheres que participavam desse encontro, a criação de um emblema.

Segundo ela, pensou-se em uma figura que simbolizasse as desigualdades de gênero e de classe social. Dessa forma, o símbolo construído naquele momento (Figura 4) e utilizado ainda hoje como marca da organização, possui uma referência aos feminismos (punho fechado, nesse

caso reproduzido na forma de um coração roxo), com as letras na cor vermelha (simbolizando a luta de classes).

Figura 4 - Símbolo da OMAQUESP

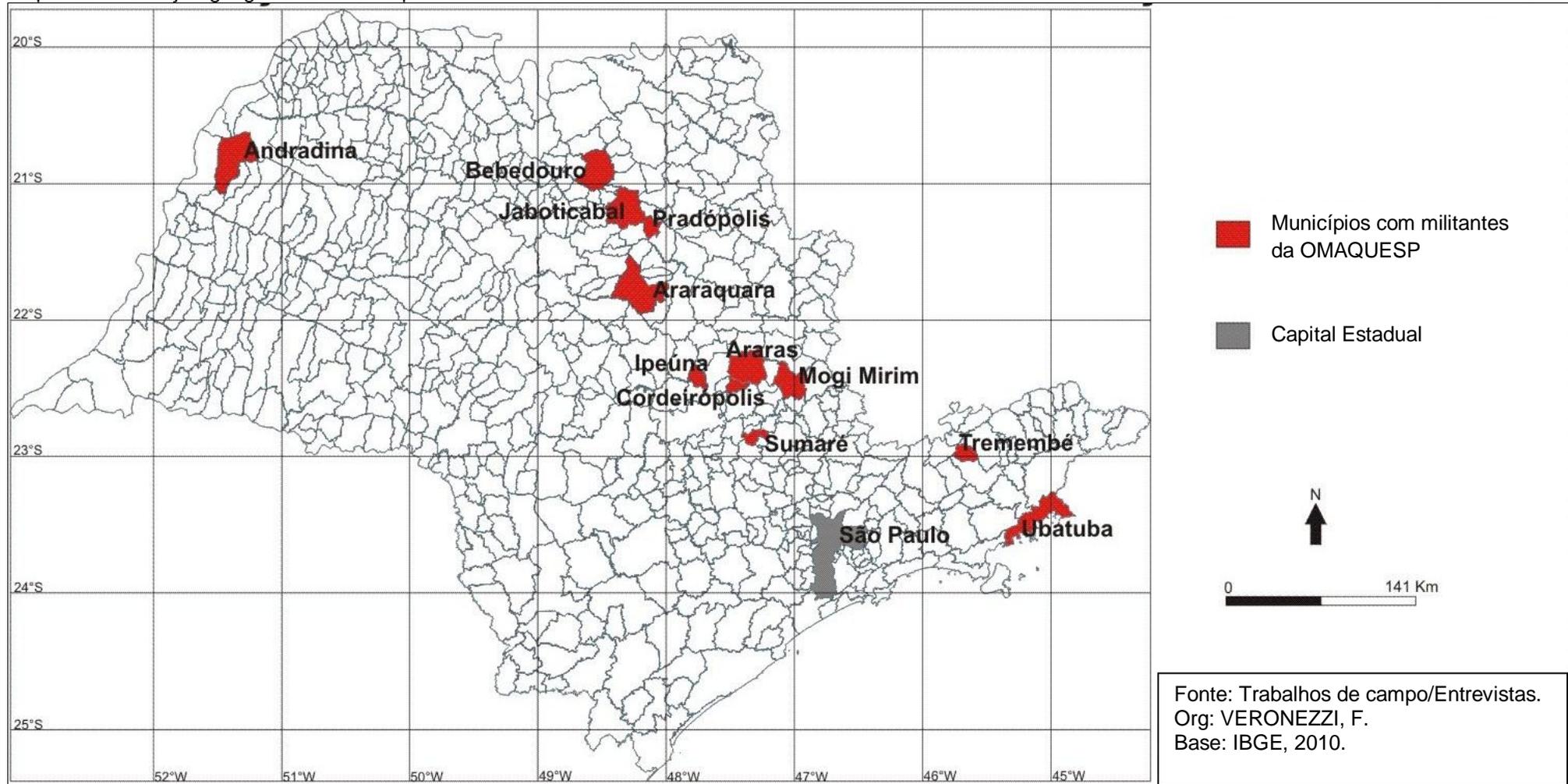


Fonte: ICLS, 2012

A OMAQUESP possui uma diretora-presidenta e várias lideranças locais. Segundo a Assentada 1 (2016) e Assentada 6 (2016), as militantes da organização, somam aproximadamente 250 mulheres, sendo elas distribuídas, geograficamente, em assentamentos rurais e quilombos de várias regiões do Estado, das quais, as mais atuantes são as dos municípios de Andradina, Araras, Araraquara, Bebedouro, Cordeirópolis, Ipeúna, Jaboticabal, Mogi-Mirim, Ubatuba, Tremembé, Pradópolis e Sumaré (Mapa 2). A exceção acontece com as mulheres do Pontal do Paranapanema,³³ que possuem um coletivo próprio, a Organização de Mulheres do Pontal do Paranapanema (OMAP) e não são ligadas à OMAQUESP, contam (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 6, 2016).

³³ A região do Pontal é uma área localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo e compreende trinta e dois municípios, sendo, Presidente Prudente, o mais populoso. Seu histórico de constituição é caracterizado pela presença de vários assentamentos rurais do MST. Valenciano (2006, p. 90) explica que “a regional do Pontal do Paranapanema encaminhou, no final do ano de 2003, um ofício à direção da OMAQUESP, no qual anunciava o [...] afastamento das mulheres e a desvinculação dessa regional do restante do Estado”, sendo um dos entraves entre as militantes, a questão da distância, o que potencializou a formação de um grupo de mulheres independentes na região do Pontal (VALENCIANO, 2006).

Mapa 2 - Distribuição geográfica de municípios onde têm militantes da OMAQUESP



O mapa 2 mostra alguns dos municípios do Estado de São Paulo, onde estão situadas as militantes da OMAQUESP. A sede física do movimento é uma área comunitária no Assentamento Araras III³⁴. Na organização podem ingressar as mulheres agricultoras acampadas, assentadas e quilombolas do Estado de São Paulo, maiores de dezesseis anos de idade, que congreguem e contribuam com as ações que fazem parte dos objetivos do movimento (OMAQUESP, 2005).

Conforme consta no estatuto social da OMAQUESP (2005, p.01-02), o movimento tem por objetivos:

formar diretrizes e promover, em todos os níveis da sociedade, atividades e projetos, que visem a defesa e proteção dos direitos e interesses das mulheres assentadas, acampadas e quilombolas do Estado de São Paulo, visando à eliminação de discriminações que atingem essas referidas mulheres e suas comunidades, bem como promover a sua plena integração na vida socioeconômica e político-cultural. Desenvolver estudos, debates, pesquisas e projetos, relativos à problemática enfrentada por essas mulheres e suas Comunidades, em cada localidade, visando eliminação de discriminações, e problemas existentes através de projetos ou ações, próprias ou conjuntas, através de lutas sociais e através de instrumentos administrativos ou judiciais, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito Municipal, Estadual e Federal, visando à busca de recursos, meios e ações práticas, para o desenvolvimento de seus projetos, que ofereçam a essas mulheres e suas comunidades, alternativas para o progresso social, econômico e cultural.

Informações apresentadas por uma das militantes revela que, além dos objetivos elencados no estatuto, pautas que envolvem as desigualdades de gênero, o refinanciamento das dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), incluindo mais verbas das autarquias responsáveis para a execução de projetos, desenvolvidos exclusivamente pelas assentadas; a melhora na qualidade de vida nos assentamentos do Estado, Políticas que visem à melhoria das moradias rurais, bem como projetos sociais que promovam o lazer e a ocupação dos jovens, idosos, mulheres e homens dos assentamentos, investimentos em saúde e educação para a população dos assentamentos elencam outras ações do movimento (ASSENTADA 6, 2016).

³⁴ O município de Araras - SP, possui quatro assentamentos rurais (ITESP, 2016).

Dentre os objetivos da Organização estão a preocupação de que a perspectiva de gênero seja incluída nos processos de aperfeiçoamento e capacitação dos técnicos que atuam nos assentamentos rurais. Elas acreditam que a formação/qualificação dos técnicos do ITESP e INCRA sejam fatores que contribuam para com a luta delas em seus assentamentos e auxiliam no processo de conscientização das desigualdades existentes nas relações de gênero em suas comunidades.

De acordo com uma das militantes, o movimento possui sinergia com outras organizações sociais e sindicatos, dos quais podem ser citadas a CUT, a CONTAG, o MMC, a FAF e o MST (ASSENTADA 5, 2016). Porém, conforme consta em seu Estatuto Social (2005), as possíveis filiações e contatos com entidades e/ou movimentos congêneres, deve acontecer de maneira colaborativa, sendo que essas aproximações não podem afetar as especificidades da OMAQUESP.

Para demonstrar a relação da OMAQUESP com outras entidades, cabe exemplificar um acontecimento. Durante a manifestação nacional denominada 'Greve Geral', uma série de protestos simultâneos que aconteceram no Brasil, no dia 28 de abril³⁵ de 2017, congregando várias categorias de trabalho como servidores públicos, professores, metroviários, bancários, aposentados e movimentos sociais, tendo como pautas a contrariedade à Reforma Trabalhista e à Reforma da Previdência, os cortes de verbas e de Programas sociais, Saúde e Educação (TATEMOTO, 2017; ALESSI, 2017)³⁶, além da oposição à outras medidas impopulares do governo Temer (2016-2018), as assentadas da OMAQUESP estavam presentes e, em Jaboticabal, uma das militantes, nessa ocasião, discursou em praça pública, expressando:

³⁵ A data foi escolhida pelas entidades organizadoras, com o propósito de relembrar os cem anos (1917-2017) da primeira greve geral brasileira, que culminou na constituição das leis trabalhistas.

³⁶ TATEMOTO, Rafael. **Greve de 28 de abril acontece 100 anos após primeira Greve Geral brasileira**. BRASIL DE FATO. (Versão On-line). 2017. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/2017/04/12/primeira-greve-geral-brasileira-completa-100-anos/>>. Acesso em 29 de abril de 2017.

ALESSI, Gil. **Adesão à greve geral contra reformas cresce e fura a bolha "Fora Temer"**. *El País*. (Versão On-line). 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/25/politica/1493142273_498795.html>. Acesso em 29 de abril de 2017.

“Com muita satisfação que tô aqui representando as mulheres rurais e a reforma agrária, que todo mundo que tá vendo, que tá aí na rua, tá na luta, que não foge do movimento. Eu gostaria de fala do orgulho de ser mulher nessa sociedade, porque todo tempo as mulheres tava na rua, as mulheres tava em São Paulo, tava em Brasília, [...] os indígenas, os caboclos, os quilombolas. Então, a gente pode não te Doutorado, mas a gente tem conhecimento para ir atrás dos nossos direitos, de engrossa o caldo de todos, porque nessa hora a gente tem que tá unido, seja professor, seja doméstica, seja rural, porque já deve tê dado para percebê o que tá acontecendo no Congresso, em Brasília, que a gente não tá sendo representado, nem a nível nacional, nem a nível estadual, nem a nível municipal, porque eu não tô vendo nenhum vereador aqui levantando a bandeira dos trabalhadores [...]. Estamos aqui, as mulheres rurais, em todo momento na luta, firme, engrossando esse caldo e temos que cada vez mais tá na rua, buscando nossos direitos, porque não estamos sentindo representados por aqueles que foram eleitos [...] Temos que garantir nosso futuro, nossos direitos. Direitos que conquistamos com a nossa jornada dupla, com nosso trabalho [...]” (ASSENTADA 6, 2017, vídeo publicado na rede social *Facebook*)³⁷.

Bogo (2008, p. 105-106) reconhece que, “a organização de formas variadas de cooperação possibilita a superação do isolamento e, pela convivência e o estudo [...] eleva-se a qualidade da consciência social e política” dos movimentos sociais. Consta nas narrativas das militantes, a menção à participação em manifestações que se dão em conjunto com outras organizações, associações ou movimentos sociais, como é o caso da Marcha das Margaridas³⁸, uma das maiores mobilizações de mulheres da América Latina. Uma militante coloca que,

³⁷ Transcrição realizada pelo autor da pesquisa.

³⁸ O nome Marcha das Margaridas é uma homenagem à Margarida Maria Alves, assassinada com um tiro no rosto, no mês de agosto de 1983, aos 50 anos, a mando dos grandes proprietários de terra da região de Alagoa Grande, localizada no Estado da Paraíba. Margarida era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município, e lutava pelo fim da violência no campo, por direitos trabalhistas e outras frentes (TRANSFORMATÓRIO, 2011). A Marcha das Margaridas possui objetivos que contribuem para a ampliação e fortalecimento das ações de movimentos sociais das mulheres rurais, sendo eles: “Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais; Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural, voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente; Apresentar, através das proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico, a partir de uma perspectiva feminista; Contribuir para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos, visando, assim, com a superação das desigualdades

“a gente vai mais para as lutas, vai para as marchas, vai para São Paulo, vai pra Brasília. A gente quando não tá contente vai em busca de algo para melhorar, esse é o diferencial das mulheres dos assentamentos. A gente se preocupa com o comunitário. A gente quer assentamentos com práticas mais coletivas, de convivência em comunidade. A mulher não desanima. [...]. A mulher, ela é forte, ela não desiste e o nosso movimento tem esse ponto a nosso favor.” (ASSENTADA 5, 2016).

A participação das assentadas paulistas na OMAQUESP faz com que elas reflitam sobre suas especificidades e (re)criem estratégias que possam, a partir de seus empreendimentos organizativos, criar (novas) formas de ação, que promovam o bem comum em comunidades rurais. A partir das experiências vivenciadas no coletivo, elas se tornam exemplos para a constituição de novos grupos, associações ou movimentos que fomentem a superação da invisibilidade feminina no espaço rural.

No conjunto de suas atuações, no ano de 2007, a OMAQUESP, juntamente com outros movimentos sociais paulistas, participaram na Assembleia Legislativa do Estado, de um ato de lançamento da Frente Parlamentar pela Reforma Agrária e Agricultura Familiar no Estado de São Paulo³⁹ (PT/ALESP, 2007), enfrentamento essencial, já que, sendo o Estado de São Paulo, um dos que possuem uma agricultura altamente tecnificada e voltada à produção de culturas como cana-de-açúcar, laranja (principais *commodities* do agronegócio paulista), tal conjuntura, marginaliza a produção

de gênero e étnico-raciais, protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentadas para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar; Denunciar e protestar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação, e avançar na construção da igualdade para as mulheres; Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo políticas para as mulheres do campo e da floresta e das águas, considerando as suas especificidades; Lutar pelo aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas, desde a esfera municipal, estadual e federal, contribuindo para que elas incidam no cotidiano das mulheres do campo, da floresta e das águas” (TRANSFORMATÓRIO, 2017, s.p).

³⁹ A Frente Parlamentar pela Segurança Alimentar, Agricultura Familiar e Reforma Agrária tem como Coordenadora a Deputada Estadual Marcia Lia (PT-SP) e tem como objetivo “[...] promover o debate sobre Segurança Alimentar, Agricultura Familiar e Reforma Agrária, a fim de sistematizar demandas dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil e propor o fortalecimento das políticas públicas destinadas a esse fim. A Frente Parlamentar pela Segurança Alimentar, Agricultura Familiar e Reforma Agrária também representará importante espaço de articulação, em que representantes das administrações públicas municipais, estaduais e federal, junto com representantes de organizações não governamentais, poderão democraticamente debater as futuras iniciativas de parlamentares e do governo do Estado de São Paulo” (ALESP, 2017, s.p).

de gêneros tradicionais (SAFFIOTI; FERRANTE, 1983) e dos pequenos agricultores.

Nesse contexto, cabe ressaltar ainda que, baseando-se em dados recentes, é possível afirmar que tal realidade, apresentada por Saffioti e Ferrante (1983) para a década de 1980, manteve um ritmo crescente nos anos seguintes, sendo que, em 2008, a partir dos dados apresentados por São Paulo (2008), a cana-de-açúcar, a laranja, o milho e o café foram as culturas com maior produção e áreas destinadas ao seu cultivo no Estado, característica mantida na safra de 2015/2016, destacando aumento de produção para todas as culturas mencionadas anteriormente; pequena diminuição de área para algumas (cana-de-açúcar -1%, laranja - 2% e milho - 3,5%) e aumento para outras (café +0,46%) (ANGELO *et al*, 2016), podendo o Estado ser caracterizado por uma produção agrícola pouco diversificada.

Em relação à produção agrícola municipal, as realidades de Araras e Jaboticabal são muito semelhantes à do conjunto do Estado, sendo grandes áreas destinadas à produção de *commodities*, dos quais a cana-de-açúcar é a líder absoluta em área de produção nos dois municípios (SÃO PAULO, 2008).

Assim, por mais que São Paulo seja a unidade da Federação que [...] ostenta os mais altos níveis de capitalização, de produtividade e de renda agrícola [...]" , depende de outras áreas do país para assegurar a alimentação de sua população (SAFFIOTI; FERRANTE, 1983, p. 70), já que privilegia a produção de *commodities* do agronegócio, em detrimento da policultura realizada pelos agricultores familiares e assentados.

Mesmo diante deste contexto, animadas com as conquistas de anos de militância (que serão abordadas de maneira mais consistente na seção 4), as assentadas relembram algumas de suas ações de êxito e destacam que enquanto coletivo, já reuniram mais de quatrocentos e cinquenta mulheres, líderes de vários movimentos sociais e outras instituições, em eventos organizados por elas.

Nas figuras 5 e 6, as militantes da OMAQUESP foram recebidas, no ano de 2012, na Superintendência Regional do INCRA em São Paulo e, colocaram em pauta uma série de reivindicações ao superintendente, na época José

Giacomo Baccarin⁴⁰. Além disso, elas também aproveitaram a oportunidade e organizaram uma comemoração aos dez anos de existência e luta da Organização.

Figura 5 - Mulheres discursam em comemoração aos dez anos da OMAQUESP e buscam crédito habitacional na sede regional do INCRA, em São Paulo-SP (2012)



Fonte: Rede social *Facebook* da Assentada 1 (2012)

⁴⁰ Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Jaboticabal.

Figura 6- Bolo em comemoração aos dez anos da organização (2012)



Fonte: Rede social Facebook da Assentada 1 (2012)

A figura 6 demonstra o bolo de comemoração aos dez anos da OMAQUESP, e representa de uma forma simbólica, o capricho das mulheres da Organização, sendo o mesmo decorado com corações, com a escrita em vermelho: “Parabéns...10 anos das meninas da OMAQUESP”.

Reforçam que precisam continuar desenvolvendo ações, que façam com que as mulheres que estão discutindo política, acesso a crédito, formas de produção alternativas e relações patriarcais dentro de seus assentamentos, extrapolem os limites de suas comunidades e propaguem ao mundo suas insatisfações e desejos (ASSENTADA 6, 2016). É necessário fortalecer constantemente os propósitos da OMAQUESP, que para a Assentada 5 (2016), “[...] nos orgulha termos mulheres tão fortes no nosso movimento. As mulheres da OMAQUESP têm um respeito grande pelo MST, pelo MLST e outros tantos movimentos sociais”.

Nesse sentido, conclui-se esta seção com o que coloca uma assentada. Ela destaca que a mulher do campo tem que lutar, se manifestar e reivindicar constantemente, para que novas conquistas sejam efetivadas. Menciona ainda que, avançaram muito desde a criação oficial da organização, mas nem por isso devem deixar de lutar (ASSENTADA 5, 2016). Sugere buscar, por meio de

diálogos permanentes com as outras militantes, ações que potencializem cada vez mais o empoderamento das mulheres rurais, a resistência e a reinvenção do movimento, visando a superação de problemas que persistem nesse empreendimento coletivo.

3 - RESISTÊNCIA E REINVENÇÃO: SUPERAÇÃO DAS ADVERSIDADES

A OMAQUESP representa um dos pilares fundamentais na vida das assentadas entrevistadas, e de acordo com as falas das mesmas, a reinvenção é sempre necessária (ASSENTADA 5, 2016; ASSENTADA 6, 2016 e ASSENTADA 10, 2016) e dificuldades são sentidas no interior do movimento.

Esta seção discutirá alguns dos problemas enfrentados pelas assentadas, entre eles, a falta de investimento público para ações do movimento e melhora na infraestrutura dos assentamentos, a violência de gênero contra as mulheres, o afastamento de algumas militantes, dentre outros, serão discutidos a partir deste momento.

3.1- O descaso do poder público para com o movimento e com os assentamentos de Reforma Agrária no Estado

Consta no Estatuto Social da OMAQUESP, que as ações da mesma devem se constituir por meio da realização de convênios para captação de financiamento público. A partir da apresentação de projetos ao poder público, o movimento pode angariar verbas das três esferas de poder (OMAQUESP, 2005) e desenvolver suas atividades.

Porém, as mulheres relatam que tem sido difícil, nos últimos anos, angariar recursos para o movimento, o que inviabiliza a realização de várias atividades, das quais elas pontuaram com frequência em suas narrativas, a realização dos encontros estaduais de mulheres. Elas contam que fazem o que podem para poder participar de eventos externos e organizar os delas, mas a escassez de dinheiro é um problema.

Quando da realização das entrevistas com uma das militantes do município de Araras, seu telefone celular tocou duas vezes durante o procedimento. Em uma das ocasiões era uma militante de um outro assentamento rural daquela localidade (o Assentamento Araras III) e o outro telefonema era de um representante do INCRA. O primeiro contato telefônico, o da militante, teve como objetivo saber se o INCRA já havia entrado em contato com a mesma, disponibilizando uma data para a realização da reunião entre a OMAQUESP e a autarquia federal. Logo em seguida, um representante do

INCRA ligou para a Assentada 1, marcando a reunião para a semana seguinte (no caso, fevereiro de 2016), com a intenção de dialogar sobre uma possível autorização de recursos financeiros para a realização do 8º Encontro Estadual de Mulheres da OMAQUESP, que tinha como intenção ser realizado ainda no ano de 2016.

Em contato novamente com a Assentada 1, no mês de março de 2016, a entrevistada conta que o resultado da reunião, realizada na cidade de São Paulo, na sede do INCRA, não trouxe soluções para os problemas financeiros apresentados pela representante da OMAQUESP. Ela menciona que, na argumentação dos representantes do Órgão, o contingenciamento de verbas para a autarquia impossibilitaria a disponibilização de qualquer recurso financeiro para o ano de 2016, inviabilizando assim, a realização do 8º Encontro Estadual de Mulheres.

A assentada contou ainda que, também houve a tentativa de agendar uma reunião com o ITESP para o ano de 2016, a fim de abordar as mesmas questões tratadas com o INCRA. Ela comentou que seria difícil conseguir algum resultado positivo, pois o governo de Alckmin vinha promovendo, desde o ano de 2015, rigorosos cortes de verbas no orçamento do Estado, dos quais, ela destacou, aqueles voltados às áreas sociais.

O Estatuto Social da OMAQUESP estabelece que deve ser convocada todo ano, uma assembleia geral, reunião suprema das participantes do movimento, para discutir e deliberar acerca das temáticas essenciais para a continuidade das ações dessas mulheres, porém, a falta de recursos está entre os fatores que impossibilita a realização desta atividade. Segundo elas contam, a distância entre os assentamentos (como observado no mapa 2, localizados em várias regiões) e a falta de interesse do Estado (nas três esferas de poder), no que se refere à criação e qualificação de Programas e Políticas Públicas para as mulheres, para os assentamentos e para a agricultura familiar, influenciam o afastamento, temporário, de algumas mulheres nas ações propostas pela OMAQUESP (ASSENTADA 3, 2016).

Outro problema relatado por elas é a falta de investimento, por parte do poder público, que qualifique os assentamentos rurais. Dias antes da realização de um dos trabalhos de campo (janeiro de 2016) e da execução das entrevistas no Assentamento de Jaboticabal, tinha chovido e a estrada estava

em péssimas condições, cheia de buracos e sem cascalhamento. Uma das entrevistadas comentou: “[...] não sei como você conseguiu chegar aqui, você viu como tá a nossa ponte lá na entrada? Em dia de chuva ninguém entra e ninguém sai [...]” (ASSENTADA 6, 2016). Ela pontua ainda que é comum os estudantes deixarem de ir às escolas e universidades, por conta das péssimas condições da estrada que liga o Assentamento de Jaboticabal à área urbana do município (distante cerca de 8 km).

Elas mencionam que um grande entrave para o escoamento da produção dos assentamentos é a falta de manutenção das estradas rurais, por parte do poder público municipal. Em Araras, a situação não é diferente, os assentamentos são próximos à cidade, porém, quem mora em lotes que ficam mais afastados, têm sérios problemas de acesso à área urbana.

A figura 7 mostra uma das assentadas da OMAQUESP, do Assentamento de Jaboticabal, reunida com representantes do poder público municipal de Jaboticabal, com o objetivo de requisitar investimento para melhorias nas condições de infraestrutura daquela comunidade rural. Na figura 7, pode-se atentar ainda, para a maior presença de homens representando o poder público do município, comprovando e reforçando as discussões apresentadas no item 1.3, da Seção 1).

Figura 7 - Reunião de uma assentada militante da OMAQUESP com o poder público municipal de Jaboticabal



Fonte: Rede social *Facebook* da Assentada 6

Segundo os relatos das assentadas, (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 6, 2016; ASSENTADA 8, 2016) o desinteresse pela manutenção/conservação da infraestrutura dos assentamentos, possibilitando uma logística adequada para escoamento da produção, a inexistência de projetos que viabilizem a instalação e o acesso à internet rural, que favoreça a comunicação entre os produtores e compradores, além da falta de diálogo com as prefeituras são listados como alguns pontos que atrapalham o crescimento econômico e o desenvolvimento dos assentamentos.

Além disso, elas comentam que a falta de Políticas públicas municipais que fomentem a participação dos assentados nas feiras livres de Araras e Jaboticabal (problema mencionado nas entrevistas realizadas nos dois municípios) é outro empecilho que incomoda as militantes e que impede a participação delas nesses eventos em ambos os municípios.

A Assentada 5 (2016) e Assentada 6 (2016) revelam que a burocracia é muito grande para que elas possam comercializar seus produtos nas feiras desses municípios: “Você não imagina a quantidade de documentos que pedem pra gente fazer uma feira. É por isso que algumas de nós parte para a

venda dos produtos em feiras em outros municípios” (ASSENTADA 6, 2016). Ela destaca ainda que, em seu caso é possível realizar essa mobilidade, porque possui um veículo que a permite circular entre os municípios (ASSENTADA 6, 2016).

Figura 8 - Militante da OMAQUESP, assentada de Jaboticabal, comercializando seus produtos em uma feira livre no município de Guariba



Fonte: Rede social *Facebook* da Assentada 6

A figura 8 mostra uma militante, assentada de Jaboticabal, comercializando seus produtos na feira livre de Guariba, município próximo a Jaboticabal (cerca de 20 km de distância). Em muitos casos, o sustento das famílias se dá por conta do trabalho realizado por essas mulheres em feiras de outros municípios, comenta a militante, porém, há um entrave àqueles que não possuem condições de comercializar seus produtos em outras localidades (ASSENTADA 6, 2016).

Segundo as assentadas, se houvesse menos burocracia para que pudessem vender seus produtos, em feiras em seus próprios municípios, suas rendas poderiam ser maiores, já que os gastos com combustível, por exemplo, seriam menores (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 6, 2016).

Além dos problemas relacionados à infraestrutura e falta de investimento do poder público, outra questão mencionada em vários momentos pelas mulheres foi a violência de gênero nos assentamentos, assunto discutido no próximo item.

3.2- Violência de gênero contra as mulheres rurais

É difícil você conversar com uma mulher e ela dizer, a não ser que ela esconda, que ela nunca sofreu uma violência específica de gênero (FILIPAK, 2016).

Tal problemática surgiu durante a execução das entrevistas, pois as militantes relataram a violência de gênero como um problema recorrente, porém, não exclusivo, na realidade de seus assentamentos.

Mesmo atuando em um movimento social, que possui como um dos pilares a superação das desigualdades de gênero, as entrevistadas expressam que são várias as dificuldades encontradas nesse processo, haja vista as fortes influências patriarcais e machistas existentes na sociedade. Luz (2009) contribui para com esse pensamento ao indicar que a violência contra as mulheres é um problema enraizado, naturalizado por uma parcela da população brasileira.

As entrevistadas afirmam que os homens têm medo do poder da organização das mulheres - referindo-se não apenas à OMAQUESP, mas também a outros movimentos, cujas ideias baseiam-se nos feminismos e no empoderamento das mulheres – por saberem que “[...] quando a gente se junta, a gente tem uma força enorme” (ASSENTADA 8, 2016).

Ferré e Serra (2006) concordam com esta afirmação, quando colocam que a organização das mulheres é uma ameaça aos padrões sociais de poder concebidos aos homens. Quando se sentem ameaçados, pelo empoderamento feminino, em alguns casos, os homens se utilizam de relações violentas (da força física) para com as mulheres. Os relatos das assentadas, nesse sentido, são imprescindíveis: “O homem tem medo de mulher poderosa. Nós temos que ser muito sábia porque a gente [...] tem que ser inteligente, a gente tem que usa a cabeça pra poder contornar as situações e dá nossas contribuições aqui nos lotes” (ASSENTADA 8, 2016).

Uma militante revela: “Você tá diante de uma mulher poderosa e que os homens têm medo, muito medo. Eu não digo homem no mundo inteiro, mas aqui no Brasil o homem tem. Mas é difícil mostrar para os homens isso, eles não entendem” (ASSENTADA 1, 2016). Outra ainda comenta: “Os homem, quando eles vê que a mulher é muito poderosa, que ela trabalha no lote, sai e faz acontece, eles usa da força pra tenta controla a gente” (ASSENTADA 11, 2016).

Conforme o relato da Assentada 6 (2016),

“O CAMPO É MACHISTA! Os homens [...] eles são [...] **mais rudes**. Você pode vê, até mesmo a questão da homossexualidade, os homens do campo eles são mais retraídos, não aceitam certas coisas, eles não se modernizaram. A mulher não, ela já vê as situações de outra forma, ela busca mais informação, ela é mais ligada. **É tão difícil a gente coloca uma ideia na cabeça deles**, eles são mais cabeça dura, **tem muitos aqui que não aceita a mulher sai de casa para fazer luta**” (ASSENTADA 6, 2016, grifos nossos).

O machismo, enquanto um conjunto de relações que supervalorizam o papel do homem é entendido aqui como um dos motivos que desencadeiam a violência de gênero contra as mulheres. Assim, “[...] as relações de poder existentes dentro do núcleo familiar são um grande empecilho à inserção e participação de mulheres” (THOMAZ JUNIOR; VALENCIANO, 2002, *s.p*) em organizações e movimentos sociais, realidade que, segundo as assentadas, ocorre em determinadas situações com algumas militantes da OMAQUESP.

A não aceitação, por parte dos homens, da contestação dos padrões sociais, baseados em relações patriarcais e machistas, faz com que o uso da violência (nas suas mais variadas formas⁴¹) seja manifestado por eles e se torne outra situação a ser enfrentada pelo coletivo da OMAQUESP. Machado (2016, *s.p*) aponta que a violência de gênero é “a legitimação histórica de longa duração quanto ao exercício masculino do poder e do ‘castigo físico’”.

A violência de gênero afeta, não somente as trabalhadoras rurais, mas também as mulheres urbanas e, tem sido um sério problema a ser enfrentado por todos. O Brasil lidera os *rankings* internacionais de feminicídio, agressões

⁴¹ As formas de violência contra as mulheres são a Violência Física; Psicológica e Moral; Sexual; Patrimonial; Institucional e Assédio Moral, além de outras formas de preconceito e discriminação (CONTAG, 2008).

físicas, sexuais e morais contra as mulheres, o que faz compreender as marcas profundas do machismo e do patriarcalismo nas relações sociais estabelecidas, tanto no meio rural, quanto no urbano.

O pensamento de Luz (2009, p. 56) corrobora com a afirmação anterior ao considerar que,

A violência contra a mulher não tem classe, raça ou etnia, nível de instrução, religião, instrução, geografia... A hierarquia entre os gêneros, aliada a uma cultura que naturaliza e justifica a violência, possibilitou uma verdadeira democratização desse mal social.

Para comprovar essa afirmação, dados organizados no Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – 2014 (RASEAM), publicado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2015), com base na Central de Atendimento à Mulher, no ano de 2013, revelam que do total de 497.339 atendimentos, 60% desse universo eram de mulheres negras. De acordo com o tipo de violência, 54,2% foram de violência física; 30,3% de violência psicológica, 10,4% de violência moral, 1,7% de violência sexual, além de outros tipos de violência contra as mulheres.

De acordo com o documento, no que se refere ao tipo de relacionamento das mulheres com os agressores, 62,8% eram os próprios companheiros (cônjuge, namorado/a e amante); 19% os ex-companheiros (ex-cônjuges, ex-namoradas/os e ex-amantes); 10,2% familiares (filho/a, enteado/a, irmã/o, pai, mãe, cunhada/o, padrasto, madrasta e sogra/o) e 3,7%, pessoas de convívio interpessoal (amiga/o, vizinha/o e conhecida/o) (BRASIL, 2015).

A pressão histórica exercida pelos movimentos sociais feministas, preocupados com o volume crescente das mais variadas formas de violência contra as mulheres, fez com que o governo federal criasse um conjunto de leis (BRASIL, 2015b) que permeiam essa problemática.

No ano de 2006, no governo do presidente Lula, foi sancionada a Lei Maria da Penha (11.340/2006) (BRASIL, 2006) e em 2015, no governo da presidenta Dilma, implementada a Lei do Feminicídio (13.104/2015) (BRASIL, 2015c). Ambas preveem eliminar todas as formas de violência contra as mulheres, porém, conforme relatam as militantes, a falta de conhecimento desses dispositivos legais (ASSENTADA 6, 2016) (e o medo da denúncia)

ainda são empecilhos para a superação desse problema nos assentamentos estudados.

“[...] as mulheres às vezes têm vergonha da denúncia. No universo de 263 pessoas, entre jovens e casal e tudo, a gente até que não vê muito isso de agressão aqui. A OMAQUESP se preocupa com a [...] violência contra as mulheres. Eu fui vítima de violência doméstica, meu ex-marido, pai dos meus filhos saiu daqui do assentamento por medida cautelar, medida do juiz. Mas até eu toma coragem de ir na justiça, eu tinha medo, medo de ficar sozinha com os filhos pequeno, medo da vida e a questão do gosta também né. Você gosta tanto do marido que esquece de gosta de você, eu sofri por muito tempo, mas daí não aguentei mais quando ele quebrou meu braço. Eu pensei: se ele teve capacidade de fazer isso, ele pode chega a me mata. Daí eu procurei a delegacia da mulher, procurei a Justiça, e ai teve medida judicial pra ele sair e ficar longe daqui. Ai a gente conseguiu se separar e eu tive outros relacionamentos mas deixei bem claro sempre com esses outros que não é pra colocar o dedo em mim [...]. E esse que me violentou é formador de opinião viu [...] quando a gente ia pras reuniões das mulheres e eu contava o que ele fazia comigo, ninguém acreditava que ele fazia isso, porque era uma pessoa que tinha curso de gênero e tudo. Canso de fazer esses curso, a gente ia junto fazer esses curso, mas [...] tinha esses problemas” (ASSENTADA 6, 2016).

Uma outra entrevistada, casada há 30 anos revelou que sempre foi vítima de violência doméstica. Segundo ela, uma das piores experiências pela qual passou, foi quando quase terminou em tragédia. Expõe que, certa vez, por pouco seu marido não a matou com um machado e, que ele só não conseguiu concretizar o crime porque o filho mais novo estava presente, retirou e escondeu o objeto do pai, defendendo a mãe, que foi atacada novamente pelo marido, que se utilizou, desta vez, de uma tábua de carnes (ASSENTADA 9, 2016).

Ela conta que o alcoolismo⁴² (outro estímulo para a prática da violência contra as mulheres) é um problema de seu cônjuge. Segundo ela, a maior parte das brigas entre eles acontece em dias que o parceiro exagera na

⁴² “Os vícios estão entrando nos assentamentos porque quando você não vê uma perspectiva, a falta de contrapartida dos governos, os homens [...] vão se desmotivando, vão usando substâncias que fazem com que eles fujam do problema, principalmente a bebida alcoólica e se tornem violentos dentro de casa”, conta a Assentada 8 (2016). Ferrante e Barone (1998) também colocam o alcoolismo como um agravante dos conflitos conjugais nos assentamentos que estudaram, nesse caso, na região de Araraquara.

bebida. Revela ainda que já fez ocorrência do mesmo na Delegacia e expôs o problema para o técnico do ITESP. “Eu reclamei dele pro técnico. E daí ele disse pra ele melhora, se não o ITESP ia tira ele daqui. O técnico falo declarado pra ele que aqui é lugar das mulheres, elas que manda aqui [...]” (ASSENTADA 9, 2016).

Relatos como esses não ocorrem exclusivamente nos assentamentos estudados. As entrevistadas contam que, nas reuniões da OMAQUESP, histórias semelhantes a essas são comuns na vida das mulheres, e é por isso que o movimento incorpora em suas ações, discussões que envolvem essa problemática, pois as consequências tomam proporções sérias e, muitas vezes, acabam em tragédia.

A professora Alessandra Filipak (2016) destaca que o tema da violência de gênero é preocupante e que nos encontros que realiza com as mulheres, de seu projeto de pesquisa, “As mulheres rurais e a agroecologia na Região Sudeste: tecnologias para autonomia econômica, segurança alimentar e conservação da biodiversidade”, a temática da violência é recorrente nas discussões, o que, segundo ela, manifesta-se como pedido de ajuda em todos os lugares nos quais realiza suas investigações.

Acabar com uma situação de violência não é uma atitude fácil, ainda mais quando ela acontece dentro de casa. A vergonha, o medo, as relações de poder e a dominação, estabelecidas pelo agressor e, na grande maioria dos casos, a dependência econômica, dificultam a reação das mulheres para o rompimento com essa situação. Contudo, por mais fortes que sejam as tradições, a violência contra a mulher não pode ser encarada como um fato normal. Ela causa sofrimentos, afeta a saúde, traz consequências negativas para todos ao redor. Quando a trabalhadora rural, em situação de violência, é obrigada a sair de casa por medo do agressor, ela é prejudicada no trabalho e deixa a terra que ajudou a adquirir. A violência contra as trabalhadoras rurais é um ato intolerável. Deve ser denunciada e levada a conhecimento público (CONTAG, 2008, p. 35-36).

A violência de gênero contra as trabalhadoras rurais é um tema que ainda carece de estudos, mas, como se sabe, é um problema que está presente no espaço rural e causa danos irreversíveis, tanto para as mulheres, quanto para aqueles que vivem próximos a elas.

O fenômeno da violência contra as mulheres do campo e da floresta ainda não tem reconhecimento e nem lugar no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimentos. Isto dificulta a concretude de políticas públicas, mas desafia as gestoras e gestores em implementar aquilo que vem nascendo fruto de uma construção entre o poder público e a sociedade civil (BRASIL, 2011, p. 8).

Corroborando com essas questões e a fim de reforçar a ideia de que tal problema é abrangente e envolve outros sujeitos e espaços, cabe indicar que, no ano de 2017, mulheres de setenta e nove países, reunidas na V Assembleia Internacional de Mulheres da Via Campesina, cujo tema do encontro foi “Com feminismo e soberania alimentar mudamos o mundo” (VIA CAMPESINA, 2017, s.p),⁴³ realizada no País Basco, na Espanha, discutiram temas, ações e propostas para lutas que estejam baseadas na soberania alimentar e nos feminismos, contra o patriarcado, pela comida saudável e proteção ambiental, pela paz no mundo e pela erradicação de todo tipo de violência de gênero, questões que unem as mulheres do campo de todo o planeta, pois são situações que transcendem fronteiras (VIA CAMPESINA, 2017),

Semelhante às ações da Via Campesina, somando-se aos exemplos que foram narrados por Filipak (2016) no desenvolvimento de suas pesquisas, e às lutas das militantes da OMAQUESP, mulheres do campo organizadas em movimentos sociais, desenvolvem ações em todas as regiões do Brasil visando criar estratégias para o enfrentamento à violência de gênero no meio rural (MST, 2017, a, b, c, d, e⁴⁴).

O termo enfrentamento refere-se “[...] à implementação de Políticas públicas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da

⁴³ Traduzido do espanhol: “*Con feminismo y soberanía alimentaria cambiamos el mundo* (VIA CAMPESINA, 2017, s.p).

⁴⁴ Somente no ano de 2017, de acordo com reportagens veiculadas na página virtual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2017a,b,c,d,e), foram vários os momentos nos quais mulheres do campo, ligadas ao MST, realizaram encontros compreendendo uma série de pautas, dentre elas, discussões sobre a violência de gênero. Como exemplo seguem as seguintes manchetes (das quais as referências completas constam no final do texto: “**No RN, mulheres Sem Terra realizam Curso sobre Feminismo e Marxismo**” (24 de fevereiro de 2017); “**Mulheres Sem Terra e indígenas se unem no Mato Grosso do Sul contra a violência**” (21 de março de 2017); “**Durante Feira Nacional, camponesas trazem a produção e a resistência agroecológica**” (06 de maio de 2017); “**Mulheres do MST realizam encontro em Ribeirão Preto, em São Paulo**” (04 de julho de 2017). “**No RS, camponesas Sem Terra debatem violência contra a mulher**” (07 de agosto de 2017).

violência contra todas as mulheres, em todas as suas expressões” (BRASIL, 2011, p. 11), por meio do desenvolvimento de ações de setores como a educação, a saúde, a justiça e a segurança pública, por exemplo.

Atenta a essa situação, a CONTAG lançou no ano de 2008, uma cartilha que teve como objetivo o combate à violência contra as mulheres rurais, denominada “Abram os olhos para os seus direitos” (CONTAG, 2008). Organizada em seis seções, a cartilha traz um panorama acerca da problemática que envolve a violência de gênero contra as mulheres do campo (CONTAG, 2008).

Para a Confederação, a publicação desse manuscrito vem com o propósito de servir como “[...] um instrumento para subsidiar as reflexões, qualificar as intervenções e potencializar a participação política das trabalhadoras rurais em todas as localidades do país” (CONTAG, 2008, p. 09), apresentando atitudes que devem ser tomadas pelas vítimas deste tipo de violência.

Nesse mesmo sentido, em 2011, no governo Dilma, por meio da parceria estabelecida entre a Presidência da República e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, foi lançado o documento denominado “Mulheres do campo e da floresta: Diretrizes e Ações Nacionais”, da coleção Enfrentamento à violência contra as mulheres, resultado do diálogo entre governo federal e sociedade civil, por meio da inserção de pautas dos movimentos sociais e organização de mulheres do campo e da floresta nas Políticas públicas (BRASIL, 2011).

Novamente, as contribuições de Filipak (2016) são fundamentais para compreender essas relações de conflito, sobre as quais a professora explica que,

as mulheres vão mudar as relações com os maridos e muitos casos com separação, porque não há aceitação por parte deles que elas sejam empoderadas. Quando a mulher sai de casa, quando ela começa a ter formação e informação e vê outros exemplos de empoderamento, ela vê que a vida dela tem que mudar e isso vai destruindo as relações estabelecidas e os papéis sociais que foram impostos a elas, e isso dá conflito [...]. Ou se reestabelecem as relações naquela unidade familiar, ou se rompem. Criar uma cultura de igualdade não é fácil, toda mudança se dá com base em conflitos, sempre com muitos conflitos (FILIPAK, 2016).

É comum observar que, quando os homens não conseguem reprimir a autonomia e independência das mulheres, nos mais variados âmbitos da vida, se relacionam de forma violenta com elas (MCDOWEEL, 2000).

As assentadas da OMAQUESP enfrentam os mesmos dilemas do machismo, do patriarcalismo, da desvalorização do seu trabalho e da submissão, encontrados na sociedade em geral. Os assentamentos, por mais que possam ser considerados espaços de múltiplas lutas, não estão alheios aos problemas encontrados fora deles, sendo a violência de gênero, uma questão a ser refletida e inserida de forma mais propositiva por todos os sujeitos e em todas as instâncias da vida.

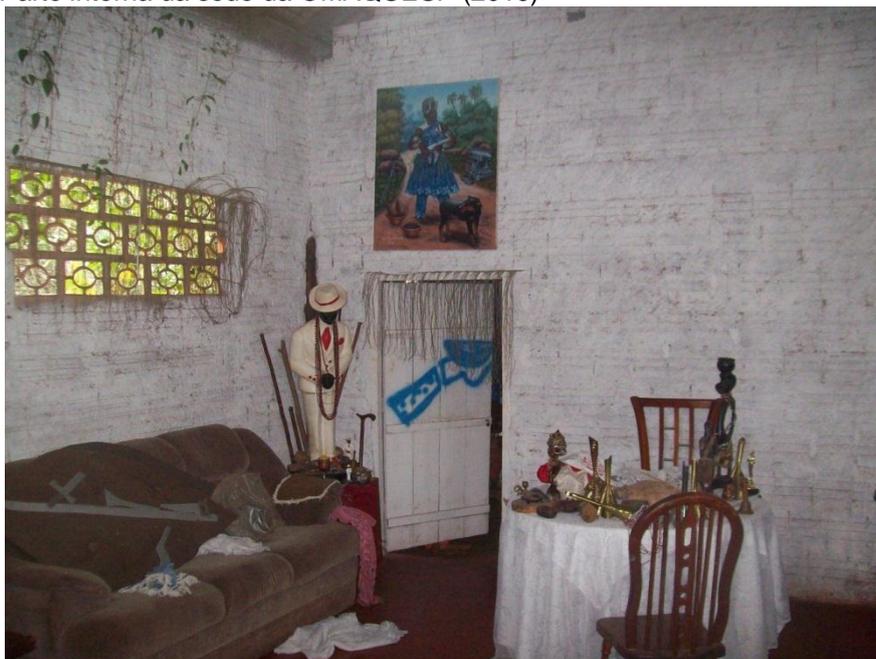
3.3- Considerações acerca dos motivos que afastam algumas militantes da OMAQUESP

Sendo a OMAQUESP um movimento social que possui militantes com as mais variadas formas de pensamento, ideologias distintas (das que se definem como feministas às mulheres religiosas), constituído por meio da pluralidade de ações (conforme pode ser observado na definição dada por uma das próprias fundadoras do movimento, no início da seção 2), verificou-se durante a realização dos trabalhos de campo e das entrevistas, que essa multiplicidade de concepções e valores que compõem o movimento, ao mesmo tempo em que as une, também provoca discordância entre algumas militantes.

A sede da OMAQUESP é uma área comunitária, situada no Assentamento Araras III, em Araras (Figuras 9 e 10), dentro dos limites do lote de uma família, que é praticante da religião de matriz africana Candomblé. No quadro da diretoria do movimento, uma das secretárias é mãe de santo⁴⁵, uma sacerdotisa, uma líder religiosa candomblecista.

⁴⁵ Na maioria das religiões monoteístas, os líderes são homens, diferente do Candomblé, em que as mulheres têm maior influência. Enquanto as religiões monoteístas colocam as mulheres em um papel de subalternidade, as práticas religiosas do Candomblé realçam a figura feminina como guerreira, líder e representante de divindades, explica a Assentada 5 (2016).

Figura 9 - Parte interna da sede da OMAQUESP (2016)



Fonte: VERONEZZI, F. Trabalhos de campo.

Figura 10 - Parte interna da sede da OMAQUESP – outro ângulo (2016)



Fonte: VERONEZZI, F. Trabalhos de campo.

As imagens 9 e 10 mostram o interior da sede da OMAQUESP, no qual podem ser observados ícones decorativos, instrumentos musicais e simbologias voltadas à crença candomblecista, que são apresentados tanto na sede do movimento, quanto em algumas casas dos assentamentos. A figura 11

mostra uma máscara, símbolo usado comumente na cultura africana, que representa uma divindade, que protege os moradores contra a maldade, afastando as energias negativas (ASSENTADA 5, 2016), exibida na entrada de uma dessas habitações, no Assentamento em Araras.

Figura 11 - Símbolo exposto em frente a uma das casas do Assentamento Araras III



Fonte: VERONEZZI, F. Trabalhos de campo.

Uma das entrevistadas comentou que algumas mulheres se afastaram das lutas do movimento, por conta da sede da OMAQUESP estar localizada em um ‘terreiro de macumba’⁴⁶ e que as práticas ali realizadas, não condiziam com a crença delas. Seu relato ainda sinaliza que: “algumas mulheres deixam a militância, porque se casam e tem outra questão também: algumas delas são evangélicas e a sede da instituição fica em um terreiro de Candomblé” (ASSENTADA 1, 2016).

Em relação aos afastamentos que se dão por conta dos casamentos, a Assentada 6 (2016) expressa que em diversas ocasiões ouvia comentários pejorativos em relação à sua participação em movimentos sociais, em

⁴⁶ Termo erroneamente utilizado para referir-se às religiões de matriz africana mais praticadas no Brasil: Candomblé e Umbanda. Macumba, conforme o dicionário de Língua Portuguesa Michaelis, é um “antigo instrumento de percussão de origem africana, [...] que produz som rascante, utilizado em terreiros de cultos afro-brasileiros” (MICHAELIS, 2016, s.p).

manifestações, cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento e em reuniões, mencionando que

[...] tinha marido que falava que não era pra mulher dele tá junto comigo e com outras companheira nas lutas, porque a gente ia pra Brasília, pra São Paulo, pra Araraquara só pra passear e não pra manifesta, que a mulher dele não tinha que tá andando com a gente (ASSENTADA 6, 2016)

Nesse contexto, alguns homens veem a participação das mulheres em movimentos, associações ou ocupando cargos de liderança como “[...] ameaça à ‘moral’ da mulher [...]” (FERRANTE; BARONE, 1998, p. 137), pois nesses coletivos elas estabelecem contatos com várias pessoas, que muitas vezes eles não conhecem, se deslocam a outros espaços nos quais eles não participam, o que acaba gerando pressões (FERRANTE; BARONE, 1998) e algumas delas, mesmo descontentes, abandonam a luta.

Quando questionadas sobre os motivos do afastamento de algumas militantes, as assentadas expuseram que, no contexto geral do movimento, foram apenas algumas as dissidentes da luta, por conta de divergência religiosa e dos casamentos. Inclusive, duas entrevistadas – militantes ativas da OMAQUESP - se declararam evangélicas e disseram que não há problema algum em o movimento possuir representantes da diretoria praticantes do Candomblé, e a sede do movimento ser utilizada como terreiro. A não aceitação por parte de algumas evangélicas – principalmente as mais radicais - segundo as entrevistadas, ao mesmo tempo em que é entendida como um problema a ser resolvido, é compreendida como um estímulo para (re)agregar e (re)aproximar essas mulheres, renovando as lutas do movimento.

Outra militante explica que algumas religiões, por possuírem um aspecto mais conservador⁴⁷ (principalmente as pentecostais e as neopentecostais,

⁴⁷ “Chama a atenção que, em especial, na virada da primeira década do século XXI tem sido alcançada visibilidade mais intensa de lideranças defensoras de ideias e posturas explicitamente conservadoras e que se apresentam como modernas, pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado e as tecnologias. Podemos identificar, neste contexto, uma nova face do conservadorismo religioso, um neoconservadorismo, que emerge como reação a transformações socioculturais que o Brasil tem experimentado, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas públicas, voltadas para direitos humanos e de gênero” (CUNHA, 2016, p. 148).

segundo ela), têm preconceito com quem acredita em outras doutrinas (principalmente as de matriz africana). Evidencia também que, a falta de conhecimento dos rituais e das crenças, desenvolvidas pelos praticantes desses segmentos religiosos, faz com que atos de discriminação com seus participantes sejam recorrentes (ASSENTADA 5, 2016).

Os conflitos ideológicos, provocados pelas diferenças religiosas, não são exclusividade da OMAQUESP. Tal questão pode ser verificada em outros movimentos sociais, instituições e relações que envolvam a organização humana, em todos os espaços de vivência, suas representações exercem poder de alterar ou reforçar determinados padrões sociais (ROSADO, 2015), por meio de preconceitos e estereótipos.

Acrescente-se a essa ideia, a interpretação de que nem sempre as religiões agem como promotoras de ideologias conservadoras, elas podem ser, em alguns casos, agentes de inovação, atuando na promoção de debates e discussões progressistas e incluídas, como aconteceu no Brasil, na década de 1980, com as Comunidades Eclesiais de Base (ROSADO, 2015), ligadas, principalmente ao catolicismo, por meio da corrente da Teologia da Libertação.

A figura 12, representa uma das militantes da OMAQUESP, vestida com trajes típicos da cultura afro-brasileira. É possível reconhecer alguns aspectos próprios da religião de matriz africana, como o turbante branco (cor relacionada à paz, utilizado na cabeça) e o colar de contas (um guia), pendurado no pescoço, além de um tecido sobreposto à sua saia, com traços que caracterizam a arte afro-brasileira. Segundo relatos da mesma, já foi hostilizada algumas vezes por conta de suas vestimentas (em vários espaços), por sua crença e por ser mulher, mas que mesmo assim, não deixa de se vestir como gosta, com roupas que valorizam sua cultura e sua identidade (ASSENTADA 1, 2016).

Figura 12 - Militante da OMAQUESP realizando atividades inerentes ao espaço rural



Fonte: Rede social Facebook da Assentada 1 (2014)

Em outra figura, apresentada nesse texto (Figura 18), é possível observar outra militante com vestimentas relacionadas à cultura afro-brasileira. No decorrer da entrevista, a assentada expõe algumas situações de desprezo, por parte de alguns sujeitos:

“alguns olham torto pra mim porque falam que eu tenho umas vestimentas estranhas. Eu converso com todo mundo mesmo, não tenho problema de aceitar, já eles não gostam muito dessas nossas práticas. A gente não tem problema com eles, os neopentecostais. Eu sempre explico o que é a religião, o que é macumba, e isso eu não vou mudar. Tem uma resistência da parte deles” (ASSENTADA 5, 2016).

Ela continua seu relato revelando que,

“[...] o racismo está presente [...] e cada vez me parece que cresce mais e as pessoas não percebem ou até mesmo não querem perceber. Gostar do outro, o respeito ao humano, também tá muito difícil, que é o que a gente vê na questão da intolerância religiosa. Mas não é apenas intolerância religiosa, é a intolerância ao ser humano, porque há a falta de respeito com o ser humano. Eu tiro essa palavra intolerância da minha fala e coloco o respeito. [...] A gente vê que tem uma guerra de religiões. Eu, enquanto uma guardiã de matriz africana, dentro do Candomblé, trabalho a questão de matriz africana dentro dos

nossos conceitos espirituais no dia a dia da terra. Daí entra: negra, para alguns; a macumbeira - eu sou zeladora de santo, mas pra eles, macumbeira e sem-terra, [...] aí você já viu o que acontece [...]" (ASSENTADA 5, 2016).

A fala da Assentada 5 (2016) demonstra que o racismo e a intolerância religiosa são atos praticados, tanto por alguns religiosos dos assentamentos, quanto pela sociedade em geral. Ela complementa essa narrativa ao explicar que quando os assentados chegaram para ocupar a área, onde hoje é o Assentamento Araras III, há quase 20 anos, a maioria dos militantes era católica e com o passar dos anos, as pessoas foram se tornando evangélicas⁴⁸ (já com a OMAQUESP criada), e a religião foi se tornando um fator conflitante nas relações estabelecidas entre os assentados.

O esposo da Assentada 5, é secretário da FAF e também praticante do Candomblé. Ela conta que ele busca, a partir de seu cargo na Federação, trazer discussões e projetos para um assentamento mais comunitário, mas que há uma certa resistência de alguns, por conta da religião: “[...] quem traz isso pra cá é um macumbeiro. A gente tem um desafio aqui, que é colocar em prática o respeito humano, que uma coisa não tem a ver com a outra” (ASSENTADA 5, 2016).

“[...] os casamentos e a religião podem ser entendidos como os entraves para o desenvolvimento maior do movimento [...]. As mulheres são muito efervescentes, tem mais emoção, sentimento, e isso acaba levando a religião para a discussão. Algumas mulheres são evangélicas, que em algum período elas são mais ou menos evangélicas. O campo hoje é evangélico. Não tenho dados concretos e não sei se você tem, mas hoje uns 70% dos assentamentos e do campo como um todo são de evangélicos, a gente percebe isso andando pelo Brasil” (ASSENTADA 1, 2016).

Tal situação ainda carece de dados que possam comprovar esta fala, porém, empiricamente, é comum observar em assentamentos e em áreas indígenas e quilombolas, o avanço das igrejas evangélicas nessas comunidades rurais.

Compete destacar que as questões religiosas são elementos que devem ser considerados quando do entendimento de determinados grupos ou

⁴⁸ No Brasil, o termo evangélico é utilizado de maneira genérica para referir-se aos praticantes das correntes religiosas protestantes, pentecostais e neopentecostais.

comunidades populares. Souza (2016) indica que, além da exclusão econômica, pela qual passam os mais pobres, existe a carência de estímulos afetivos e morais e, sendo os líderes de algumas religiões pentecostais e neopentecostais, conhecedores dessas necessidades humanas, adentram os espaços das classes mais populares, “[...] prestando esse serviço [...]” (SOUZA, 2016, p. 52), se tornando, em alguns casos, mais uma variável de exploração na vida dos sujeitos.

Segundo a Assentada 5 (2016), uma das razões do preconceito, por parte de alguns, é o desconhecimento em relação às práticas religiosas, manifestadas pelo Candomblé. Por se tratar de uma religião baseada em danças e rituais místicos, gera-se certa “abominação” àqueles que não a conhecem. Nas falas da mesma: “Tem muito preconceito aqui conosco, muita gente não faz ideia de quais são nossas crenças e julgam, se afastam, não querem nem chegar perto, ainda mais porque é uma religião praticada por negros e pobres” (ASSENTADA 5, 2016). A assentada se refere ao preconceito, tanto de alguns assentados, quanto da população de um modo geral.

A aversão às práticas religiosas de matriz africana, ‘demonizadas’ por alguns evangélicos, pode ser entendida por conta de

o neopentecostalismo, em consequência da crença de que é preciso eliminar a presença e a ação do demônio no mundo, tem como característica classificar as outras denominações religiosas como pouco engajadas nessa batalha, ou até mesmo como espaços privilegiados da ação dos demônios, os quais se ‘disfarçariam’ em divindades cultuadas nesses sistemas. É o caso, sobretudo, das religiões afro-brasileiras, cujos deuses, principalmente os exus e as pombagiras, são vistos como manifestações dos demônios (SILVA, 2007, p. 207).

Louro (2008, p.22), nesse sentido coloca que o preconceito se reforça quando há imposição de determinados padrões, estabelecidos por uma classe dominante “[...] a posição do homem branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição de sujeito, ou a identidade de referência [...]”. A pesquisadora complementa essa reflexão ao colocar que serão consideradas como diferentes e inaceitáveis, todas as outras

manifestações culturais e de identidades que não se classificam nessas características (LOURO, 2008).

No que se refere ao preconceito de algumas para com as militantes candomblecistas, essa relação é entendida como um conflito, pois por mais que muitas das assentadas tenham ascendência africana, são negadas as manifestações culturais e religiosas dos negros e supervalorizadas a dos brancos. O poder de influência, que as religiões neopentecostais⁴⁹ possuem,⁵⁰ faz com que alguns sujeitos não se identifiquem com o grupo étnico, cultural e social ao qual pertencem.

Recusam-se a (re)conhecer as religiões, de matriz africana, como manifestações próprias dos seus antepassados, uma vez que, segundo contam as entrevistadas, uma considerável parcela das militantes, bem como dos assentados são de origem negra. Essas práticas religiosas são negligenciadas por algumas mulheres do movimento, que refutam a multiplicidade/pluralidade de representações religiosas, principalmente àquelas ligadas à cultura afro-brasileira.

Não só no contexto da OMAQUESP, mas no conjunto da sociedade brasileira, há o preconceito, desrespeito e aversão na maioria das manifestações/expressões que envolvem o povo negro, pois o racismo é um problema que persiste.

⁴⁹ “[...] a visão das igrejas neopentecostais sobre as religiões afro-brasileiras é consequência do desenvolvimento do sistema teológico e doutrinário do pentecostalismo, surgido no Brasil no início do século XX, sobretudo a partir das décadas de 1950 e 1960. Nessa época, o movimento religioso assumiu novos contornos, expandindo a base de suas igrejas, adensando o número de denominações e ganhando maior visibilidade” (SILVA, 2007, p.207).

⁵⁰ Cabe uma nota de rodapé com a finalidade de contextualizar o aumento de praticantes das religiões pentecostais e neopentecostais no Brasil, o que influencia vários ambientes, inclusive o meio rural, e nesse sentido, utiliza-se as explicações de Cunha, (2016, p. 147-148) para entender tal realidade: “As transformações nos quadros socioculturais e políticos, em especial na última década e meia, têm intensificado estudos acadêmicos e chamado atenção do público interessado nas questões que envolvem religião no Brasil. Podemos identificar nesta transformação a articulação de quatro fenômenos interligados entre si: (1) o fortalecimento do ramo Pentecostal, com o surgimento de um sem-número de igrejas autônomas, autóctones, que transformou o cenário do cristianismo, ao provocar um crescimento significativo em termos numéricos e geográficos da população evangélica e uma forte queda do número de católicos; (2) a ampliação da presença das igrejas evangélicas, majoritariamente pentecostais, nas mídias tradicionais, e a extensa participação dos diferentes segmentos desse grupo nas mídias digitais; (3) maior ocupação de espaço pelos evangélicos na política partidária, com a consequente consolidação da bancada evangélica, articulada como Frente Parlamentar Evangélica (FPE), e aumento dos esforços, da parte de algumas igrejas, por mais poder na esfera pública; (4) o crescimento do mercado da religião e o avanço do *marketing* religioso, que torna os cristãos um segmento de mercado, por meio da oferta de produtos e serviços especialmente desenhados para atender às suas necessidades religiosas, sejam de consumo, de bens ou de lazer e entretenimento”.

As religiões de matriz africana ainda são estigmatizadas de forma negativa no Brasil, mesmo sendo um país com forte presença da cultura afro. De acordo com um documento publicado pela ONU, no ano de 2016, os afro-brasileiros possuem uma série de desvantagens, quando comparados a outros brasileiros (ONU, 2016b). A longa história de escravidão e opressão torna esses sujeitos vítimas de discriminação racial, social, religiosa e cultural (e no caso das assentadas, complementa-se ainda com a discriminação de gênero).

Além das desvantagens acima citadas, os afro-brasileiros são as maiores vítimas de violência, incluindo a do Estado; possuem os mais baixos indicadores socioeconômicos; são a maior parte da população carcerária; mulheres e meninas negras são grupos muito vulneráveis a abusos e, de modo geral, estão excluídos dos cargos e funções de poder e influência (ONU, 2016b).

No caso da OMAQUESP, tal situação é entendida como um elemento provocativo, no sentido de superar esses 'desentendimentos'. É necessário, conforme contam as entrevistadas, reestabelecer os diálogos entre membros com posicionamentos mais extremistas (nesse caso as assentadas evangélicas), com a finalidade de barrar ações de desconhecimento que provocam intolerância e discriminação entre as militantes. "O movimento é muito mais que essa questão", garante a Assentada 10 (2016).

O problema é o fundamentalismo⁵¹ e a propagação/intensificação da perseguição e do ódio às crenças religiosas de matriz africana. Algumas entrevistadas minimizaram a situação e disseram que a convivência entre as crenças das mulheres que compõem o movimento, é tranquila, porém, como é de conhecimento, sabe-se que o pentecostalismo e o neopentecostalismo possuem algumas batalhas⁵² contra as religiões africanas.

⁵¹ Balchin (2011, p.11) explica o fundamentalismo religioso como sendo "[...] movimentos ideológicos que contradizem as políticas democráticas e a visão de uma sociedade igualitária". (tradução nossa)

⁵² Silva (2007) complementa a situação ao explicar que uma das características principais desses segmentos religiosos, é "[...] o abandono (ou abrandamento) do ascetismo, valorização do pragmatismo, utilização de gestão empresarial na condução dos templos, ênfase na teologia da prosperidade, utilização da mídia para o trabalho de proselitismo em massa e de propaganda religiosa [...] e **centralidade da teologia da batalha espiritual contra as outras denominações religiosas, sobretudo as afro-brasileiras** e o espiritismo" (SILVA, 2007, p. 208, grifo nosso). Ainda nesse contexto, cabe reforçar a ideia de que são "[...] frequentes

De acordo com o que conta a Assentada 5 (2016), são realizados periodicamente, em âmbito local e regional, uma série de eventos, debates, palestras, ciclos de formação, oficinas e apresentações artísticas. Essas atividades, além de difundir a cultura e a religião afro-brasileira servem como manifestações de luta contra o racismo e o desrespeito, revela (ASSENTADA 5, 2016).

Cabe mais uma vez reforçar que, conforme a fala da militante candomblecista, esse não é um problema exclusivo da OMAQUESP, e sim “[...] um estímulo para nós. A gente não vai deixar que a religião continue sendo um divisor de águas [...] **A gente tem uma luta que é comum: nós somos mulheres, negras e assentadas!** A gente tem essas discussões no movimento” (ASSENTADA 5, 2016, grifo nosso), “[...] já que a sociedade vê a gente com indiferença [...]” (ASSENTADA 4, Araras, 2016).

As assentadas concluem a explicação desta problemática reiterando que um dos desafios do movimento é trazer de volta as dissidentes e fazer com que elas entendam que a pluralidade de pensamentos enriquece suas ações e potencializa o avanço de práticas, que favoreçam a coletividade, com questões que venham a fortalecê-las, e não segregá-las.

Ainda, como indica a Assentada 4 (2016), para as militantes da OMAQUESP, é necessário recriar, constantemente, as ações do movimento, com base nos fracassos e nas conquistas, articulando as diretrizes e objetivos do coletivo a fim de desenvolver experiências que possibilitem novos êxitos (ASSENTADA 5, 2016).

Eventos de sucesso e outras conquistas das assentadas da OMAQUESP são o foco das discussões da seção 4, a qual traz elementos que possibilitam reforçar, alguns aspectos já discutidos e, salientar os protagonismos das mulheres rurais em questão.

posturas de rejeição das manifestações culturais não cristãs [...]” (CUNHA, 2016, p. 149), praticadas por religiosos.

4 – O PROTAGONISMO DAS MILITANTES DA OMAQUESP NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

“Os homens são muito sossegado, são mais acomodado. A mulher, se tem que vende e faze, ela já sai e faz. Os homens ficam naquela lenga-lenga. Hoje, a gente não é maioria na Associação⁵³, mas já teve mandato que éramos a maioria, e a gente sentiu a diferença, deu uma parada, tem coisa que parou. Projetos e questão social deu uma parada. As mulheres são a maioria nos curso, elas se interessam mais por essas coisa. A gente tem a preocupação de tenta muda o que ai está. A gente tem mais formação, mais contatos e muitas ideias. Em casa mesmo, eu tenho uma dificuldade tremenda para coloca na cabeça dele [referindo-se ao seu marido] que alguma coisa tá dando prejuízo. Eu tô sempre com caderno, com caneta na mão, lendo, e a gente compara e vê, tem coisa que não dá, e o homem ele deixa, sabe. Eles não faz muita conta. Eu vendo o frango, vou atrás, vou nas feira, vou nos mercado, ofereço pra um e pra outro e vendo meus frango. O homem, ele espera o comprador vim. A gente, mulheres aproveita tudo que tem no lote. Teve curso aqui dado pelo INCRA que ensinou a gente a faze um monte de coisa que antes a gente jogava fora. Talos, folhas, cascas, muitas coisas foram ensinadas pra gente ganha um pouco mais de dinheiro” (ASSENTADA 6, 2016).

O relato da Assentada 6 (2016) demonstra uma maior dedicação das mulheres por questões que aos homens, geralmente, desinteressam. Dessa maneira, esta seção abordará questões que envolvem as motivações que levam as mulheres a desenvolverem determinadas atividades e o maior interesse delas em buscar Programas Governamentais de fomento à agricultura familiar, e executá-los em seus assentamentos.

Durante a realização da pesquisa, observou-se que era frequente, nas exposições das mesmas, que as mulheres são as mais preocupadas com a realização de projetos envolvendo práticas agropecuárias, associadas à preservação ambiental (além dos outros pontos já abordados no texto), elas são as mais motivadas ao desenvolvimento de ações de cunho associativista (Figura 13), sustentável e agroecológico.

De acordo com pesquisas anteriores (VERONEZZI, 2013), confirmam-se tais interesses. Quando da observação da figura 13, a qual representa uma

⁵³ A Assentada se refere à Associação A Terra Rica.

reunião realizada no ano de 2012, na sede da Associação de Produtores da Agricultura Familiar A Terra Rica, localizada no Assentamento de Jaboticabal, cuja temática versava sobre associativismo rural, a maioria dos participantes eram as assentadas da OMAQUESP.

Figura 13 - Curso associativismo rural – Assentamento de Jaboticabal (2012)



Fonte: VERONEZZI (2013, p.112).

No que se refere à presença de associações de produtores, nos assentamentos estudados, cabe apresentar que em Araras, as agricultoras e os agricultores rurais dos Assentamentos I, II e III, são representados pela Associação A Terra Boa, criada em 31 de janeiro de 2003 (ARARAS, 2003), enquanto que as assentadas e os assentados do Araras IV estão organizados e representados pela Associação A Terra Fértil, criada em 1 de agosto de 2008, segundo informações da Assentada 1 (2016).

Ainda de acordo com a Assentada 1 (2016), o tamanho e a data de criação dos assentamentos foram os motivos que levaram os agricultores do Assentamento Araras IV a criar uma outra associação. Segundo ela, “A gente era junto com ‘A Terra Boa’, mas como nosso assentamento é mais novo e menor, as pessoas daqui resolveram fazer uma associação só pra nós e

colocaram o nome muito parecido com a outra” (ASSENTADA 1, 2016). Em Jaboticabal, a Associação A Terra Rica foi criada em 24 de junho de 2001 e conta com 46 assentados associados (VERONEZZI, 2013).

A seguir é apresentada uma tabela com dados a respeito de cada um dos assentamentos (sendo o domínio da terra nesses cinco casos, estadual) com a finalidade de reconhecer a realidade dos mesmos e melhor elucidar a questão mencionada pela Assentada 1 (2016).

Tabela 2 - Caracterização dos assentamentos rurais de Araras e Jaboticabal

Município	Assentamento	Total (ha)	Lotes	Famílias*	Criação	Associação de Produtores
Araras	Araras I	82,73	6	8	1984	A Terra Boa
Araras	Araras II	208,99	14	15	1984	A Terra Boa
Araras	Araras III	367,87	46	63	1997	A Terra Boa
Araras	Araras IV	40,18	30	37	2004	A Terra Fértil
Jaboticabal	Córrego Rico	468,08	47	47	1998	A Terra Rica

Fonte: ITESP (2016); ARARAS (2003); ASSENTADA 1 (2016)

Organização: VERONEZZI, F.

*Inclui os agregados, que são as filhas e os filhos dos assentados beneficiários, que constroem habitações secundárias nos lotes.

Compondo a caracterização dos assentamentos, destaca-se a policultura, a diversidade de gêneros agrícolas, cultivados nas comunidades rurais das assentadas, conforme apresentado no quadro 5.

Quadro 5- Principais produtos dos assentamentos estudados

Assentamentos	Gêneros Agrícolas
Araras I	Abacate, abobrinha, alface, almeirão, arroz, beterraba, brócolis, cebolinha, coentro, espinafre, laranja, limão, mandioca de mesa, mandioca indústria, milho, repolho, rúcula, salsa e tangerina
Araras II	Banana nanica, cana forrageira ⁵⁴ , laranja, mandioca de mesa, mandioca indústria e milho
Araras III	Abobrinha brasileira, abóbora seca, abobrinha italiana, alface americana, alface crespa, alface lisa, almeirão, arroz, banana nanica, banana prata, Berinjela, beterraba, brócolis, café, cana forrageira, cebolinha, cheiro verde, chicória, couve, couve-flor, espinafre, feijão, jaca, jiló, limão, mandioca de mesa, mandioca indústria, manga, milho, milho silagem, milho verde, pepino japonês, pimentão, quiabo, repolho, rúcula e tangerina
Araras IV	Abobrinha brasileira, alface americana, alface crespa, banana nanica, banana prata, batata doce, berinjela, beterraba, café, cenoura, cheiro verde, chicória, coentro, couve, feijão da seca, feijão das águas, feijão de corda, feijão mungo (moyashi), jiló, lima, mandioca de mesa, milho, milho safrinha, milho verde, quiabo, rabanete e rúcula
Jaboticabal	Abóbora seca, abobrinha, arroz, banana maçã, banana nanica, berinjela, café, cana forrageira, feijão da seca, feijão das águas, feijão de corda, goiaba de mesa, laranja, limão, mandioca de mesa, manga, maxixe, milho, mucuna semente, pupunha, quiabo e urucum

Fonte: ITESP, 2016.
Org: VERONEZZI, F.

“A gente se importa mais com o social e com o meio ambiente do que os homens”, diz uma militante (ASSENTADA 8, 2016). Elas comentam novamente que os homens se interessam, geralmente, pela execução de empreendimentos agropecuários que resultem em maior renda.

As militantes, engajadas no desenvolvimento de práticas agroecológicas, como já mencionado, preocupam-se em buscar Programas e Projetos desse

⁵⁴ Variedade utilizada para alimentação animal em períodos de estiagem.

caráter, em órgãos competentes como o ITESP e o INCRA e, praticar ações que fomentem a Agroecologia e a agricultura orgânica em suas comunidades. A assentada 6 (2016), salienta que as discussões da OMAQUESP estão pautadas também nessas preocupações e, ainda segundo ela, deveriam ser interesse de todos que moram no campo.

Conforme entrevista com Filipak (2016), a professora destaca que é nas mulheres que existe a esperança da Agroecologia. São elas que dizem o que é viável e possível produzir, é através da Agroecologia que elas podem conseguir as transformações de papéis de gênero dentro das unidades familiares.

O desenvolvimento da Agroecologia é entendido enquanto prática que,

[...] abre caminhos para que se estabeleçam relações sociais mais igualitárias, opondo-se à naturalização da situação de opressão das mulheres e articulando-se às políticas que promovem a igualdade de gênero. A perspectiva sistêmica da agroecologia reconhece os diferentes usos do espaço, do tempo, das atividades produtivas e reprodutivas, dentro de um sistema mais amplo que integra aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos (MOURÃO, 2013, s.p).

O trabalho realizado pelas assentadas visa progredir nas práticas agroecológicas executadas nos assentamentos, resultando em experiências sustentáveis, em atividades que valorizam a cultura e a natureza, e que possuam premissas de promoção da igualdade/equidade entre os seres humanos. Seguindo esse raciocínio, em Araras, uma entrevistada aponta que,

“[...] na agricultura agroecológica, o espaço vai ser cada vez mais feminino, porque as mulheres não usam tanto agrotóxico, quanto os homens, e daí vai ter mais policultivo, que também é mais feminino. A mulher se interessa mais pelo associativismo e pelo cooperativismo, uma coisa da alimentação saudável, ela sabe a importância da alimentação, e hoje a gente tem a formação de um novo tipo de homem no campo também, aquele que entende a mulher e insere a perspectiva do feminismo na sua vida”⁵⁵ (ASSENTADA 1, 2016).

Historicamente, as mulheres incorporaram em suas atividades agrícolas, conhecimentos agroecológicos, agroflorestais e orgânicos, pois são

⁵⁵A entrevistada evidencia que são os mais jovens que têm essa postura e coloca que, de modo geral, o meio rural ainda é muito machista, conforme abordado na seção 3, sendo necessário um trabalho para formação de homens que reconheçam e promovam a equidade de gênero, tanto nos assentamentos, quanto na sociedade em geral.

secularmente considerados agentes de conservação da biodiversidade, de domesticação de plantas e animais, exercendo práticas econômicas que aliadas a uma perspectiva ambiental, cultural, social (PACHECO, 2002) e política, possibilitam relações mais equilibradas entre economia e preservação ambiental.

As mulheres que são produtoras, trabalhadoras e administradoras de recursos da agricultura contribuem para influenciar a produção e o consumo sustentáveis, proteger o meio ambiente e a biodiversidade, preservar o conhecimento tradicional e alocar recursos apropriados e sustentáveis nas famílias e nas sociedades. Por ser, na maioria das vezes, a responsável pela educação em casa e nas escolas, a mulher normalmente é associada à educação para a sustentabilidade [...] (BRASIL, 2013, p. 49).

Práticas agroecológicas e sustentáveis executadas pelas mulheres acontecem, conforme Melo *et al* (2001), por conta de serem mais habilidosas, cuidadosas e seu trabalho realizado de maneira mais detalhada, além de que, geralmente, não desperdiçam espaço, priorizando-se a diversidade produtiva, enquanto que os homens possuem uma tendência mais voltada à utilização de máquinas e da força física, e na perda de espaço no processo de produção.

Relacionado a esse contexto, as entrevistadas demonstram também preocupação em relação à soberania alimentar, ou seja, dos direitos dos povos em ter poder de decisão sobre o que e como produzir (GIL; MARTINEZ, 2013). Existem propostas de desenvolvimento da produção baseada na soberania alimentar, que se apoiam na ideia da recuperação de saberes, práticas e especificidades culturais locais, exaltando um modelo familiar em contraponto às imposições da agroindústria global. Uma assentada de Jaboticabal expõe as aspirações das militantes da OMAQUESP em relação à questão da soberania alimentar:

“agora a gente pensa num banco de semente crioula, [...] para não depende das sementes de mercado. Eu me propus ser guardiã de sementes, busca a sustentabilidade que a gente tanto precisa, se apodera das nossas sementes”⁵⁶ (ASSENTADA 6, 2016).

⁵⁶ Nesse momento, as militantes de Jaboticabal lembraram como era a vida no campo antes da atual conjuntura do agronegócio paulista, evidenciando práticas que eram realizadas por suas avós e mães no cotidiano das propriedades rurais.

Em Araras, também foi mencionada a preocupação das mulheres em relação à utilização de sementes crioulas. Na fala de uma delas, “a mulher é a detentora do conhecimento que envolve as sementes crioulas, e a gente tem que preservar essa questão cultural e ambiental e voltar a praticar de forma mais efetiva” (ASSENTADA 5, 2016). Essa realidade é evidenciada por Brasil (2016), indicando que as mulheres, em vários países, são responsáveis pelo uso dos saberes tradicionais e pela proteção de práticas sustentáveis nas atividades do campo.

O exemplo citado anteriormente, das assentadas que têm por intenção a criação de um banco de sementes crioulas nos assentamentos de Araras e Jaboticabal, se enquadra em um contexto do qual são as mulheres as responsáveis por recuperar os conhecimentos da produção ancestral, ajustando a produção à disponibilidade de recursos existentes no ambiente em que estão situadas. Seguindo esse pensamento é possível compreender ainda que,

[...] a maior parte delas é responsável pelo controle, desenvolvimento e transmissão do conhecimento tradicional. Uma vez que existe uma tendência que leva os homens a procurar trabalho remunerado fora de suas terras [...], ampliou-se o papel das mulheres na agricultura e na gestão dos recursos biológicos familiares, bem como na proteção do conhecimento tradicional (BRASIL, 2013, p. 105).

Gil e Martinez (2013) enriquecem a discussão ao complementarem que, as mulheres se encarregaram de reproduzir e armazenar as sementes crioulas, resgatando as raízes históricas da agricultura, transformando-se em guardadoras da biodiversidade local.

Visando à melhora na execução de suas práticas, algumas militantes são participantes ativas de reuniões e conferências municipais, estaduais e federais, simpósios e outros eventos que abordam discussões sobre Agroecologia, desenvolvimento rural sustentável, soberania e segurança alimentar. A assentada 6, por exemplo, foi eleita em um desses eventos, em 2015, no município de Jaboticabal, como representante da região de Ribeirão Preto, para participar da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada na cidade de São Paulo, naquele mesmo ano. O relato dessa militante, nesse sentido, é contundente ao explicar que:

“a segurança alimentar é ligada ao gênero em todos esses movimentos que eu tô. A gente percebe que a questão de gênero é muito forte na questão da alimentação, da segurança alimentar, na própria situação do meio ambiente, nas preocupações da qualidade da alimentação e da vida. O interesse maior é das mulheres” (ASSENTADA 6, 2016).

Para agregar conhecimento científico às ações agroecológicas, desenvolvidas pelas assentadas OMAQUESP, a professora Alexandra Filipak, a partir de suas pesquisas, criou em outubro de 2016, o Núcleo de estudos em Agroecologia (NEA⁵⁷), vinculado ao IFSP, *campus* de Matão, o qual tem como objetivo engajar-se na efetivação de Políticas públicas para a agricultura familiar, a reforma agrária, a Agroecologia e ações ligadas às questões de gênero. As ações desenvolvidas pelo NEA propõem-se em “[...] contribuir para o desenvolvimento rural sustentável integrando agricultoras (familiares, da reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais), estudantes, professores, pesquisadores e agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural” (IFSP, 2016, s.p).

O primeiro projeto desenvolvido pelo NEA, entre os anos de 2016 e 2017, teve a participação de 20 mulheres, que a partir da pesquisa-ação, extensão técnica e tecnológica e da educação profissional, responsabilizaram-se em aplicar, em suas comunidades, o conhecimento adquirido por meio das atividades do Núcleo.

Filipak (2016), reforçando a importância da realização desse projeto, assegura que

nós temos esse papel, oportunizar essa participação para elas, para que elas possam entender as relações desiguais que elas vivem, de gênero, e depois ir criando possibilidades de autonomia. Quando a mulher do campo cria autonomia econômica, ela se desvincula de várias situações machistas das quais elas vivem cotidianamente (FILIPAK, 2016).

⁵⁷ Coordenado por Alexandra Filipak, o NEA conta com a colaboração de professores do IFSP, *campus* de Matão e de outras instituições parceiras para o desenvolvimento de suas ações, das quais o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), a UNESP, *campus* de Jaboticabal, a Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Centro Universitário Rio Preto (UNIRP), o Grupo de Trabalho de Mulheres da Associação Paulista de Agroecologia, a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), o Colegiado de Desenvolvimento do Território Vale do Ribeira (CODETER) e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Vale do Ribeira, estão entre as parceiras (IFSP, 2016).

Projetos como esse, desenvolvido por Filipak, que incluem na agenda de debate ações para o desenvolvimento da Agroecologia, feminismos e gênero, são pilares que impulsionam o empoderamento das mulheres rurais, pois como ela confirma, eles vêm com o propósito de promover a superação das desigualdades vividas por essas mulheres no dia a dia do campo. Desigualdades que envolvem questões de gênero, de classes sociais e étnicas.

Cabe mencionar, portanto, que em agosto de 2017, visando fortalecer a Agroecologia e a agricultura orgânica, no Estado de São Paulo, foi lançado o Projeto de Lei 236/2017, denominado Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, tendo como objetivo o incentivo, a promoção e o desenvolvimento de tais práticas (ALESP, 2017b). Dentre as proposições do projeto estão:

[...] destinação prioritária das ações da PEAPO a quem pratica agricultura familiar, urbana e periurbana, produz em assentamentos rurais, pertence aos povos e comunidades tradicionais, **buscando a igualdade de gênero** e participação da juventude rural, valorizando seu protagonismo nos processos de construção e socialização de conhecimento e na gestão, na organização social e nas atividades produtivas da agroecologia, da produção orgânica e da transição agroecológica;
[...] estabelecer ações específicas e integradas para apoio à permanência da juventude rural e **superação das desigualdades de gênero** (ALESP, 2017b, s.p, grifos nossos).

Defendido por movimentos sociais e por deputados da Frente Parlamentar de Defesa da Produção Orgânica e Desenvolvimento da Agroecologia, caso seja promulgado, este projeto pode tornar-se mais uma ferramenta estratégica de fomento às ações das assentadas.

4.1– Os Programas Governamentais de agricultura familiar nos assentamentos em questão

Durante os mandatos dos presidentes Lula e Dilma, o reconhecimento das desigualdades de gênero, vivenciadas no meio rural, foi fator importante para a criação de Programas que favorecessem ações de cunho afirmativo e

assim, foram produzidas uma série de iniciativas que entendiam as mulheres como protagonistas no meio rural. Hora e Butto (2014), confirmam essa afirmação, ao apresentarem que, dentre os anos de 2003 e 2010 foram formulados Programas federais com o objetivo de minimizar os efeitos das desigualdades no campo e fomentar o protagonismo das trabalhadoras rurais.

A inclusão das mulheres como beneficiárias diretas (MOURÃO, 2013), o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004); o Programa de Assistência Técnica Setorial para as Mulheres (2005) e o Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais (2008) (HORA; BUTTO, 2014), estão dentre o conjunto de ações desenvolvidas no período mencionado.

As mulheres apontam que as Políticas públicas têm uma relação direta com a atuação dos técnicos do ITESP nos assentamentos, já que são eles que apresentam os novos Programas (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 2, 2016), auxiliam no processo burocrático e dão suporte à junção dos documentos necessários para sua implantação (ASSENTADA 7, 2016).

Algumas mulheres não conseguem acessar os Programas e as Políticas públicas disponíveis, específicas para elas, e tal fato acontece ou por falta de conhecimento ou por burocracia (FILIPAK, 2016). Há uma intrínseca relação entre ativismo social e acesso às Políticas públicas. Filipak (2016) comenta que, quando a mulher consegue ter uma participação em um coletivo, por exemplo, em comitês de mulheres que envolvam as comunidades delas, ou em grupos locais, elas conseguem um acesso maior às Políticas públicas. (FILIPAK, 2016), pois

[...] os movimentos de mulheres rurais [...] [são] compreendidos a partir de intervenções importantes [...] na correção de rumos da política e na garantia de efetivação de acesso das mulheres aos direitos conquistados, como também no impulsionamento de mudanças culturais e de autopercepção do lugar das trabalhadoras de áreas rurais como atores sociais e políticos. Como a história do movimento organizado de mulheres mostra, sem essa organização, que redundava em reivindicações concretas, as políticas públicas continuariam inexistentes ou nunca sairiam do papel (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 21).

Em Araras e em Jaboticabal, as militantes destacaram que a ação dos técnicos do ITESP⁵⁸ e do INCRA sempre foi fundamental para o conhecimento e acesso a algumas das Políticas. Inclusive, durante a entrevista com o técnico Amarante, em Jaboticabal, a mesma teve que ser interrompida, pois seu telefone celular tocou e do outro lado da linha era uma militante da OMAQUESP, moradora do assentamento Horto Florestal Guarany, localizado no município paulista de Pradópolis, solicitando auxílio para reunir a documentação necessária à efetivação de um contrato de PRONAF.

Quando questionadas sobre a efetividade das Políticas públicas e dos Programas exclusivos para as mulheres rurais, em todas as entrevistas, as respostas foram semelhantes ao que disse a Assentada 7 (2016): “Políticas boas foram feitas, mas ainda há muito o que se faz. Os Programas deve ter continuidade e não se interrompidos entre um governo e outro” (ASSENTADA 7, 2016). Há a necessidade, conforme destacam em suas falas, de que essas Políticas públicas sejam de Estado, e não político-partidárias (ASSENTADA 6, 2016).

Conforme expostos nas narrativas das mulheres, Programas de crédito, alimentação escolar, habitação (Figura 14), desenvolvimento de práticas orgânicas e agroecológicas são desenvolvidos na maioria dos casos, a partir dos esforços das mulheres. Conforme apresentado na figura 14, tanto o técnico do ITESP, que atua no Assentamento de Jaboticabal, quanto as mulheres entrevistadas, contam que o crédito de habitação destinado aos assentamentos paulistas foi uma conquista efetivada pelo grupo de mulheres da OMAQUESP.

⁵⁸ Segundo o técnico em assistência rural que atua no Assentamento de Jaboticabal: “O ITESP tem um grupo de gestão social, que fica na sede, em São Paulo, capacitando os profissionais e o próprio técnico no seu dia a dia, porque a nossa assistência técnica não é uma assistência técnica obrigatoriamente produtivista. O técnico do ITESP é formado e capacitado e recebe várias formações durante a sua estada dentro do órgão para ele não ser somente um técnico produtivista, ele vai no assentamento, conversa com as famílias, ele incorpora os preceitos familiares dentro da unidade de produção. O próprio assentamento não é visto apenas como um local de produção, mas é visto como um local de vida dessa família nesse local, então os técnicos estão preparados, eles recebem treinamentos e formação e estão envolvidos no entendimento e na aprendizagem sobre o que é o movimento social, qual a sua base, o que pretende, a reforma agrária em si” (AMARANTE, 2016).

Figura 14 - Mulheres da OMAQUESP em reunião, pleiteando crédito habitação (2008)



Fonte: Rede social *Facebook* da Assentada 1 (2016)

Segundo as militantes, quando elas vão em busca de recursos como esse da habitação, representado na imagem, elas objetivam conquistar benefícios para a sua família e para a comunidade, visando ao bem comum e a qualificação dos assentamentos.

Já que são elas, as mais interessadas em determinadas Políticas públicas, a partir desse momento do texto, as discussões versarão sobre a execução de Programas Governamentais, destacando o protagonismo feminino e os benefícios que eles oferecem nos assentamentos onde são desenvolvidos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS) não são direcionados, exclusivamente, às mulheres rurais, porém, pelo que pode ser observado na realidade dos assentamentos estudados e na participação de eventos, cursos e contato com pessoas envolvidas com as políticas de gênero – o interesse em desenvolvê-los é, majoritariamente, das mulheres. Dos Programas mencionados por elas, o único que destina recursos exclusivamente para as mulheres rurais, é o Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Mulher), que será discutido a seguir.

4.1.2 O PRONAF Mulher

O PRONAF Mulher, um programa específico de crédito rural para mulheres, foi apresentado pela primeira vez no Plano Safra 2003/2004, no governo Lula. Desponta como um crédito que contempla individual ou coletivamente as mulheres rurais e tem como propósito, facilitar as atividades agrícolas e não agrícolas, especialmente, desenvolvidas por elas (BUTTO, 2006). É um dos Programas Federais mais importantes, segundo as entrevistadas (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 4, 2016; ASSENTADA 5, 2016; ASSENTADA 6, 2016; ASSENTADA 8, 2016; ASSENTADA 9, 2016; ASSENTADA 15, 2016, Jaboticabal), pois possibilita que tenham renda e autonomia para a execução dos seus projetos.

A socióloga Andrea Butto (2006) complementa a afirmação anterior, ao explanar que esse Programa permite, a partir da disponibilização de recursos públicos federais, a concessão de microcrédito com taxas de juros menores que os financiamentos convencionais, com o objetivo de promover o fortalecimento da agricultura familiar brasileira (BUTTO, 2006) e as atividades executadas pelas mulheres rurais.

No ano de 2005, as assentadas de Jaboticabal foram as pioneiras no Estado a buscarem esse crédito e a conseguirem a renda proveniente do Programa. O técnico do ITESP avalia que foi por conta do engajamento que, no caso paulista, as referidas mulheres foram as primeiras contempladas com as verbas do PRONAF Mulher.

Nas entrevistas realizadas em Araras, as mulheres comentaram sobre o protagonismo e o ativismo das assentadas de Jaboticabal (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 5, 2016). Nessa primeira conquista do crédito do PRONAF Mulher em Jaboticabal, foram beneficiadas quinze assentadas, sendo elas, aquelas que não eram titulares de lotes, já que as titulares contavam com outras verbas específicas para esse perfil (VERONEZZI, 2013). A Assentada 6 (2016) considerou ainda a necessidade do Programa contemplar todas as mulheres rurais.

Nas entrevistas, elas afirmaram que em algumas reuniões das quais participaram, os gestores do Programa disseram que o crédito poderia ser usado para complementar a renda da família comprando máquinas de costura, equipamentos de panificação entre outros, ideias que elas refutaram, pois conforme uma delas narrou: “a gente é camponesa, a gente quer coisa do campo, e não máquina de costura” (ASSENTADA, 6, 2016).

De acordo com as assentadas, elas decidiram usar a quantia recebida, (valor que não passou de 1 mil reais), aplicando os recursos em atividades exclusivamente agropecuárias (ASSENTADA 6, 2016; ASSENTADA 8, 2016). Nesse caso, em Jaboticabal, o dinheiro foi utilizado por um grupo constituído de sete mulheres para plantar goiabas, em que cada mulher plantou por volta de cem mudas de variedades, tanto para a indústria quanto para a mesa, enquanto outro grupo de oito mulheres investiu o dinheiro na compra de aves e na construção de galinheiros (VERONEZZI, 2013).

As assentadas mencionaram (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 6, 2016) que outras companheiras, em outros assentamentos do Estado, tentaram acessar esse financiamento e não foram contempladas com o crédito naquele mesmo ano de 2005. Segundo elas, as reuniões entre as militantes permitiram a realização de estudos e de maior entendimento acerca dos critérios do Programa, o que fez com que o número de mulheres que conseguiram acessar o PRONAF Mulher após 2005 crescesse, “[...] mas é uma luta constante, a gente andou fazendo reunião em todo o Estado pra podê conquista o crédito, não foi fácil [...]” (ASSENTADA 6, 2016).

As entrevistadas questionam os limites de crédito que são disponibilizados pelo Programa e a não conclusão do mesmo, ao dizerem que no caso das mulheres de Jaboticabal, vieram apenas algumas parcelas, sendo que os valores não foram pagos integralmente. “O valor total que pode chega a se pago é baixo demais e ainda nem veio tudo que era pra vim” (ASSENTADA 6, 2016), critica uma das entrevistadas.

As mulheres destacaram à importância da vinda de verbas de Programas como o PRONAF Mulher, com disponibilização de créditos específicos para elas, ao contarem que, em alguns casos que conhecem da realidade de assentamentos próximos, o dinheiro concedido aos homens não

foi utilizado para a finalidade pela qual foi aprovado. Destacam também que a manutenção das despesas dos lares recai, em sua maioria, sobre elas.

“Meu marido me atrapalha nos negócios, ele se mete sem sabe. O dinheiro que eu consigo da venda da galinha e do ovo, a despesa da casa, é a mulher que paga, agora, se ele vende o milho lá na roça, a gente não vê esse dinheiro. A gente que arca com a despesa de casa, a gente compra o que precisa na casa. Quando acaba a mistura no meio do mês, por mais que eles têm dinheiro na carteira, eles não vão da mais pra gente compra as coisas. Teve caso em alguns assentamentos, de quando saiu uns créditos do PRONAF pra eles, teve homem que foi na ‘zona’⁵⁹. [Em um assentamento próximo ao nosso]⁶⁰ foi um que ficou três dia internado e daí não tinha dinheiro pra investi na terra e nada, usou o PRONAF pra besteira. Agora as mulheres, elas pegou o PRONAF Mulher e alguma delas foi para a zona ou pro bar? Nenhuma foi, elas investiram em galinheiro, hortaliça e fruta, nos lote. Cada caso é um caso, mas por isso que é importante o dinheiro vim específico pra mulher” (ASSENTADA 11, 2016).

Deere e Leon (2002) reforçam a ideia de que a renda, quando administrada e controlada pelas mulheres, tem maior probabilidade de contribuir para o bem-estar da família, enquanto que os homens podem vir a gastar o dinheiro, advindo da renda do campo (ou de Programas, como o caso exposto anteriormente), com atividades que atendam ao seu desejo pessoal, como o consumo de bebidas alcoólicas e de cigarros, por exemplo.

Por mais que existam falhas em relação ao PRONAF Mulher, as entrevistadas reforçam que este Programa é importante para elas, pois trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento rural e que propõe a valorização de seus trabalhos, apontando que melhorias devem ser planejadas pelos gestores, com o objetivo de aprimorar e potencializar os objetivos do Programa.

4.1.3 O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O PAA, ação afirmativa do governo federal, elaborado no ano de 2003, também durante o mandato de Lula, com o objetivo de contribuir para o

⁵⁹ Estabelecimentos de prostituição feminina.

⁶⁰ O nome do Assentamento foi citado pelas mulheres, porém, resolveu-se não mencionar.

abastecimento de alimentos em escolas, creches e hospitais, visando o fortalecimento da produção de agricultores familiares, criado no âmbito do Programa Fome Zero (MST, 2012), vinculado ao atual Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, teve sua execução mencionada pelas assentadas.

O Programa é entendido como forma de intervenção estratégica do Estado, no que se refere à compra da produção dos pequenos agricultores, assentados e agricultores familiares, indígenas e quilombolas, valorizando o trabalho desempenhado por esses sujeitos e permitindo que eles se desvinculem de atravessadores e efetuem a venda direta às instituições interessadas (VERONEZZI, 2013).

No Estado de São Paulo, o PAA está presente em 139 assentamentos e beneficia 2.611 famílias (INCRA, 2016). Na concepção da Assentada 6 (2016), o PAA é “[...] um projeto surpreendente, muito bom e veio pra ajuda a melhora a qualidade de vida dos assentamentos na compra da nossa produção. A questão é que o PAA paga por ano um valor pequeno [...]”.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, s.d), responsável pela execução do Programa, os valores máximos pagos anualmente aos agricultores podem chegar a R\$ 8 mil, dependendo da modalidade (compra direta com doação simultânea, compra direta e se os alimentos serão entregues por família ou por organizações como associações ou cooperativas⁶¹).

No que se refere à questão de gênero no PAA, a pesquisadora Filipak (2016) destaca que o Programa “[...] opera também no sentido de fortalecer o trabalho feminino, promovendo outros protagonismos, inclusive a própria formação das associações e cooperativas [...] elas se juntam, conversam e vão tentando formar uma associação que, para elas, é importante” (FILIPAK, 2016).

As conquistas das mulheres da OMAQUESP no que se refere ao PAA estão intimamente ligadas às lutas que elas travaram para a efetivação desse

⁶¹ “Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição [...]” (CONAB, s.d, s.p).

Programa em suas comunidades. Uma das assentadas evidencia que desde o início do Programa, em 2003,

[...] as mulheres vêm incansavelmente buscando por avanços no PAA. E a participação nele fez com que muitas fortalecesse a ideia do coletivismo, porque as que queriam participa, iam tira dúvida com as outras que já tavam e elas passaram a entrega a sua produção [...] é um trabalho contínuo pra inseri esses Programas no Assentamento (ASSENTADA 6, 2016).

Sobre a produção das assentadas no PAA, em março de 2017, as mulheres do Assentamento de Jaboticabal produziram mais de 300 kg de doce de goiaba, mamão e abóbora, confeccionados para serem entregues ao Programa daquele município, expressa a Assentada 6 (2017).

4.1.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O PNAE é um Programa de responsabilidade do governo federal que, a partir da transferência de recursos da União para Estados e Municípios, visa à aquisição de produtos para a alimentação de alunos de escolas públicas da Educação Básica.

O Programa, vinculado à Fundação Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), autarquia federal do Ministério da Educação (MEC), exige que 30% dos recursos sejam utilizados para a aquisição de produtos de comunidades tradicionais, da reforma agrária e de áreas indígenas (BRASIL, 2016), o que, segundo a Assentada 4 (2016), se torna uma outra possibilidade de obtenção de recursos para as famílias.

Filipak (2016) coloca também que em várias realidades que conhece, a liderança feminina na administração de associações e cooperativas rurais, no contato com as prefeituras e na busca por conhecer as regras dos editais de compra dos Programas, na maioria dos casos, se deve ao protagonismo das mulheres rurais.

Conforme consta na legislação vigente, cada Declaração de Aptidão (DAP),⁶² ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pode entregar ao Programa até R\$ 20 mil em produtos por ano, o que o torna, segundo as entrevistas, mais atraente que o PAA.

No que se refere à destinação da produção das assentadas para o PNAE, tomando-se como base o recorte temporal de novembro de 2016 a fevereiro de 2018, em Araras, a produção destinada ao PNAE foi essencialmente para a Prefeitura Municipal, sendo, abacate, abobrinha, abóbora, alface lisa, beterraba, brócolis, couve, couve flor, laranja, limão, mandioca, pepino, pimentão, repolho, tangerina e salsinha, os principais produtos, enquanto que em Jaboticabal, além da Prefeitura Municipal, a produção também foi destinada à Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da UNESP (FCAV), das quais, abóbora, abobrinha, banana nanica, goiaba de mesa, laranja, limão e mandioca (SÃO PAULO, 2018) foram os principais produtos.

As assentadas da OMAQUESP avaliam que os produtos destinados a esse Programa, em sua maioria, são produzidos pelas mulheres (ASSENTADA 1, 2016; ASSENTADA 6, 2016; ASSENTADA 8, 2016).

4.1.5 O Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social - PPAIS

Em 2011, o governo do Estado de São Paulo, a partir das demandas das trabalhadoras e trabalhadores do campo, criou o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social, que tem por finalidade fomentar a produção e comprar frutas, verduras e legumes produzidos pelos agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas, destinando-os à nutrição de alunos em escolas e universidades, pacientes em hospitais e detentos em penitenciárias, além de outros órgãos estaduais (SÃO PAULO, 2011).

De acordo com os dados apresentados pelo governo estadual, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) é a que recebe a maioria dos produtos provenientes do PPAIS. Conforme consta na legislação, pode participar quem:

⁶² É um “documento de identificação da agricultura familiar e pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica)” (BRASIL, 2016b).

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);
- V - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (SÃO PAULO, 2011, s.p).

As assentadas de Jaboticabal contam que estiveram em contato com alguns deputados estaduais, quando da elaboração desse Programa e que, a criação do mesmo possibilitaria a complementação da renda das famílias assentadas, tendo como destino certo a produção de suas comunidades. Uma delas relata que “[...] foi bom quando começou a funcionar o PPAIS, porque já que a gente é mais interessada em produzir o que esse Programa pede [...], é um dinheiro que vem aumentar nossos recursos” (ASSENTADA 8, 2016).

A Assentada 8 (2026) menciona que os produtos destinados ao PPAIS variam, de acordo com o que cada edital estabelece, mas que geralmente, em Jaboticabal, fornecem abobrinha, banana, berinjela, laranja, limão, mandioca e quiabo (ASSENTADA 8, 2016) e em Araras, de acordo com a Assentada 1 (2016), abacate, abobrinha, alface, beterraba, brócolis, laranja, limão, mandioca e salsinha, são os principais produtos que as assentadas destinam ao PPAIS.

Nesse Programa, o Estado pode chegar a pagar o valor máximo de R\$ 22 mil anuais por família, na compra da produção das assentadas e assentados, o que mensalmente pode chegar a um valor de R\$ 1.800.

Constatou-se que, os Programas discutidos são desenvolvidos nos assentamentos em questão, por meio de maior participação das mulheres. Conforme uma das entrevistadas menciona, os homens geralmente não se interessam, pois “[...] eles gostam de cultura que dá mais dinheiro”, (ASSENTADA 6, 2016).

O PPAIS, por conta de o rendimento financeiro anual ser maior que o PNAE e o PAA, é considerado pelas assentadas como o mais vantajoso. Há ainda o reconhecimento de que tais Programas contribuem para a diversificação da produção e fortalecimento da agricultura familiar, fomentam o desenvolvimento local e regional, além de valorizar o trabalho das mulheres, promovendo independência e autonomia para as mesmas. Nos casos dos três Programas apresentados são elas as que mostraram maior protagonismo na execução dos mesmos em suas comunidades.

Quando os lotes dos assentamentos são pequenos, como acontece em ambas as realidades, tais Programas são essenciais para o incremento da renda das famílias assentadas. Ressalta-se, novamente, que são as mulheres organizadas que potencializam a realização de Programas como esses em suas comunidades e, são elas, conforme apresentado, as mais interessadas em participar dos mesmos.

4.2- Eventos que marcam as lutas das militantes da OMAQUESP

É interessante destacar também que os movimentos sociais do campo, no Brasil, possuem várias frentes de lutas e contestações, das quais as principais estão relacionadas à exploração, subordinação e expropriação, promovendo resistências fundamentais e visando minimizar as desigualdades encontradas no espaço rural (OLIVEIRA, 1996). Nesse sentido, como já visto nas seções anteriores, a OMAQUESP vem ao encontro deste pensamento e, suas ações propõem a superação de tais questões.

Sendo assim, decidiu-se apresentar alguns acontecimentos da trajetória da OMAQUESP, objetivando valorizar os protagonismos e as conquistas dessas mulheres, sendo eles: o encontro com Lula; a criação do Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura Familiar (SINTRAF), pelas assentadas de Jaboticabal; ações relacionadas à Educação do campo e a aquisição da cozinha comunitária do Assentamento de Jaboticabal. Várias foram as ocorrências de destaque na trajetória da organização, sendo que muitas delas já foram discutidas no decorrer do texto. A apresentação de tais fatos está baseada nos discursos das mulheres entrevistadas.

O encontro com Lula, conta uma assentada (ASSENTADA 1, 2016), foi um dos primeiros marcos da OMAQUESP, já que puderam estar diante de uma importante liderança nacional e mundial (Figura 15) e que na concepção delas, poderia gerar “bons frutos”. A figura 15 mostra este momento.

Figura 15 - Encontro das assentadas da OMAQUESP com Lula, em Araras (2004)



Fonte: Arquivo pessoal da Assentada 5

A Assentada 1 (2016) revela que, nesse encontro, as mulheres da OMAQUESP, de várias regiões do Estado de São Paulo haviam depositado em uma caixa mensagens, contendo a descrição de seus sonhos enquanto assentadas.

“Meu sonho é...’, era o nome que eu dei pra essa caixa, onde nela, as pessoas colocava o sonho [...], os sonhos das mulheres. A assessora dele disse que no voo, no caminho, ele leu todos os bilhetes da caixa, daquelas mulheres rurais [...]. Tinha gente que dizia que queria elegê o Lula presidente porque queria fazê a reforma agrária, outras porque queria cria passarinho, outras uma produção adequada...tinha sonhos variados ali, e todos eles eram de mulheres!” (ASSENTADA 1, 2016).

Os sonhos das mulheres, colocados naquela caixa, serviram para que, “pelo menos, ele pudesse conhecer as nossas realidades, aquilo que a gente precisa aqui [...]”, conta a Assentada 1 (2016). Ela ainda acrescenta que, era importante o presidente conhecer o protagonismo das mulheres assentadas e quilombolas na realidade rural do interior paulista, e “[...] melhorar as Políticas para nós” (ASSENTADA 1, 2016).

As mulheres da OMAQUESP, principalmente as do Assentamento de Jaboticabal, são consideradas militantes ativas em prol das causas das trabalhadoras rurais e do desenvolvimento de suas comunidades. Uma entrevistada de Araras coloca que sempre que têm encontros pelo Estado, o ativismo das assentadas jaboticabalenses é mencionado e reconhecido pelas militantes de outras regiões (ASSENTADA 1, 2016).

Quando questionadas sobre seus protagonismos e ativismos, as assentadas de Jaboticabal contaram diversas situações e fizeram questão de destacar, dentre as ações de sucesso, o projeto da cozinha comunitária conquistada por elas (Figura 16).

Figura 16 - Cozinha comunitária conquistada pelo grupo de mulheres da OMAQUESP no Assentamento de Jaboticabal



Fonte: Trabalhos de campo, 2016.

“A gente avançou. [...] Essa cozinha foi o ITESP que deu, o material para o grupo de mulheres daqui. Ele deu para o grupo de mulheres [...] da OMAQUESP aqui, porque a gente foi atrás. Teve um trator que a gente conseguiu também, quando o governador veio aqui, foi mulher que pediu também, esse projeto foi via associação. Houve conquistas via governo federal também, e muita coisa por causa de nós” (ASSENTADA 6, 2016).

Atualmente, os utensílios da cozinha comunitária estão sendo renovados e outros materiais comprados com recursos obtidos por meio da venda dos produtos que elas produzem ali, principalmente pães, doces e compotas. Em 2017, as assentadas de Jaboticabal foram à Belo Horizonte (Minas Gerais), a convite do MST, para participar de uma Feira Nacional de Produtos da Reforma Agrária (ASSENTADA 6, 2017).

Revelaram ainda que, a conquista do trator comunitário, mencionada na citação anterior (ASSENTADA 6, 2016), deu-se via associação A Terra Rica, mas que tal ação só foi possível graças à organização e ao empenho das mulheres da OMAQUESP.

De acordo com a Assentada 6, as mulheres do Assentamento de Jaboticabal se reúnem uma vez por mês, para fins de avaliar as atividades e projetos que estão sendo desenvolvidos, pensar sobre a organização de outros, discutir relações de gênero, processamento e comercialização dos produtos. “É bom fazer essas atividades aí porque o dinheiro que a gente consegue e as discussões que a gente faz serve para empoderar as mulheres daqui” (ASSENTADA 6, 2016).

Ainda considerando o protagonismo e as práticas transformadoras das assentadas de Jaboticabal, é significativo mencionar a criação de um Sindicato, com a finalidade de agregar trabalhadores da agricultura familiar de municípios próximos ao Assentamento.

A relação da OMAQUESP com outros movimentos sociais, Sindicatos, Federações, Confederações e a CUT motivou as assentadas, da região de Jaboticabal, a criar o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), com sede no município de Barrinha (distante cerca de 30 km de Jaboticabal) no dia 3 de dezembro de 2014, sendo a entidade sindical ligada à FAF, de acordo com o que contam as entrevistadas (ASSENTADA 6, 2016; ASSENTADA 8, 2016).

A fundação do SINTRAF-Barrinha está pautada no conjunto de esforços da FAF, no sentido de “[...] fortalecer o sistema FETRAF- Brasil, como instrumento legítimo de organização política dos trabalhadores da agricultura familiar” (FAF, 2014, *s.p.*). A figura 17 mostra a assembleia de fundação do SINTRAF-Barrinha, na qual se pode notar que grande parte dos presentes na sessão é do gênero feminino, sendo a maioria dos cargos no sindicato também composta por mulheres.

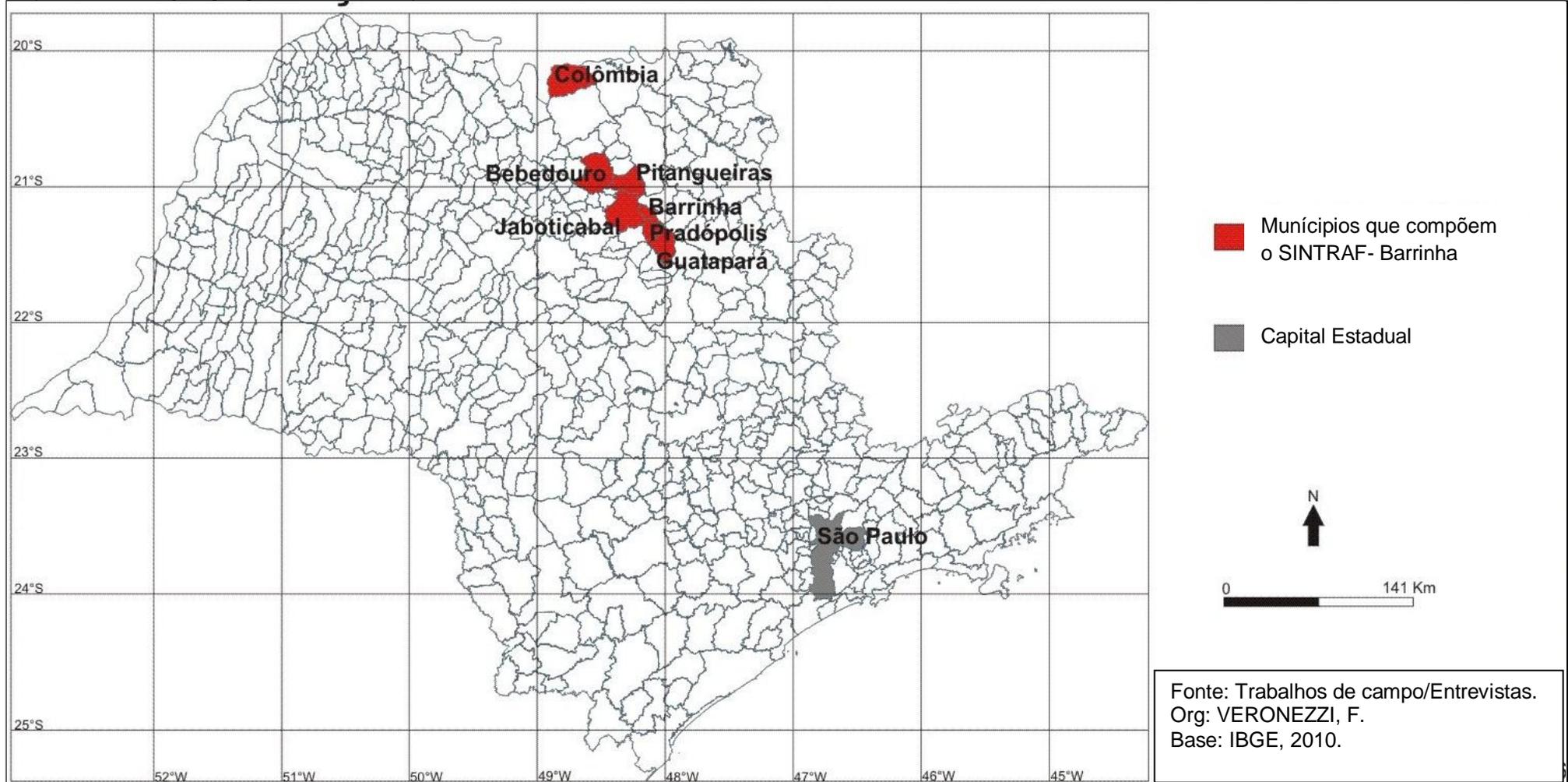
Figura 17 - Assembleia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura Familiar – Regional de Barrinha (2015)



Fonte: Rede social *Facebook* da Assentada 6 (2014)

Os municípios da região de abrangência do SINTRAF são: Barrinha, Bebedouro, Colômbia, Jaboticabal, Guatapar e Pradópolis, conforme representado no mapa 3. O SINTRAF-Barrinha visa buscar no coletivo de agricultoras e agricultores, dos municípios citados, a reunião de esforços para poder levar aos órgãos responsáveis, demandas referentes às realidades da categoria. A criao do Sindicato, na visão de uma das militantes, é fundamental, pois “[...] temos outra entidade representativa que luta por direitos dos quais a gente sabe bem que precisa”, diz a Assentada 6 (2016).

Mapa 3 - Localização geográfica dos municípios do SINTRAF-Barrinha



No quesito Educação, as assentadas de Araras e de Jaboticabal destacam que, focar nesse segmento “[...] é uma das formas de luta contra essas relações machistas que a gente vê aqui no campo e construi assentamentos melhores pra nós, nossa família e nossa região” (ASSENTADA 6, 2016). A Educação como um dos eixos de atuação da OMAQUESP é entendida como uma estratégia que visa a diminuição das desigualdades de gênero, classe social e étnicas (ASSENTADA 1, 2016).

A Assentada 1 (2016) argumenta que as ações da OMAQUESP, voltadas à Educação são essenciais para que os jovens do campo conheçam suas realidades e tenham a construção do conhecimento com base em preceitos de equidade. Em sua fala destaca que “[...] a gente busca muito, realiza projetos para que nossos jovens possam conhecer o nosso cotidiano, nossa história”.

Projetos organizados pelas mulheres da OMAQUESP, através do PRONERA e da parceria com Instituições de Ensino Superior, nesse caso a UNIMEP de Piracicaba e o INCRA, possibilitaram a alfabetização de mais de quatrocentos assentados em várias regiões do Estado de São Paulo, destaca a Assentada 6 (2016).

Na sede da Associação A Terra Rica, no Assentamento de Jaboticabal, há uma biblioteca comunitária, na qual em seu acervo, possui mais de mil livros, que servem como um estímulo ao conhecimento daquela comunidade, conforme explica a Assentada 6 (2017).

Segundo contam as entrevistadas, elas pretendem aprimorar o que já existe e realizar novas ações nesse sentido (ASSENTADA 5, 2016), para que ocorram outros exemplos como o apresentado na figura 18, na qual é possível observar o registro da colação de grau de uma das militantes da organização, no curso superior de Agronomia, com ênfase em Agroecologia da UFSCAR, em que as mulheres seguram um cartaz com o símbolo da OMAQUESP.

Figura 18 - Mulheres da OMAQUESP na formatura do curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia - PRONERA (2016)



Fonte: Rede social *Facebook* da Assentada 1

A fala da Assentada 8 (2016) reitera a importância das ações da organização na questão da Educação, já que segundo ela conta

“[...] governos fecham escolas rurais e não valorizam a cultura do pessoal do campo. Tem uma deficiência muito grande. A gente gostaria que tivesse projetos educacionais que valorizasse a cultura nossa aqui do campo pra que os jovens ficasse aqui. A gente vai propor no próximo encontro uma atuação mais intensa nesse setor” (ASSENTADA 8, 2016).

Caracterizando ainda as conquistas das assentadas da OMAQUESP, em Jaboticabal no ano de 2017, as mulheres da organização lograram outros feitos. Uma das assentadas foi reeleita para o cargo de presidenta (2017-2019) da Associação A Terra Rica, comemorou a vitória e ansiosa comentou que reforçará a busca pelo progresso do assentamento: “Voltamo pro cargo e vamo de novo ocupa a nossa associação para melhora mais nossas lutas, fazendo a associação

fica em pleno funcionamento e desenvolvimento, que traga melhorias pra nós” (ASSENTADA 6, 2017).

Ocupando a presidência da Associação, em gestões anteriores, várias foram as conquistas dessas mulheres, como cursos de extensão agrícola, parcerias com a UNESP, *campus* de Jaboticabal, desenvolvimento de projetos de cunho agroecológicos, execução e fortalecimento do PAA, PNAE e PPAIS, acesso aos créditos do PRONAF e PRONAF Mulher, dentre outros (VERONEZZI, 2013), estão entre os feitos das assentadas de Jaboticabal.

No início do ano de 2017, as assentadas de Jaboticabal, conseguiram reuniões com responsáveis pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (SAAMA), obtendo assim, o cascalhamento/revitalização da estrada rural que dá acesso aos lotes do assentamento, situação comemorada pela Assentada 6, em seu perfil na rede social *Facebook*, uma vez que, conforme apresentado no item 3.1, os problemas que envolvem as estradas rurais são considerados um entrave para o escoamento da produção das entrevistadas.

A Assentada 6 (2017) destaca que ocupando a presidência da Associação, na gestão 2017-2019, vai canalizar as ações para discussões em relação à criação de um banco municipal de alimentos, pela consolidação da produção para o PAA, PNAE e PPAIS, pela realização de novos projetos educacionais, culturais e sociais envolvendo toda a população do assentamento e outras instituições e no aprimoramento de propostas que tragam ainda mais as mulheres assentadas para reconhecer suas realidades (ASSENTADA 6, 2017).

Dos resultados das lutas de 2017, em abril do referido ano, as assentadas jaboticabalenses foram até Araraquara (75 km de distância de Jaboticabal) para participar de uma reunião na Secretaria Municipal de Agricultura daquele município, a fim de estabelecer parceria para comercializar a produção do PAA do Assentamento rural de Jaboticabal. A imagem a seguir (Figura 19), ilustra o momento em que três assentadas saem da reunião em que firmaram o convênio.

Figura 19 - Militantes da OMAQUESP, do Assentamento rural de Jaboticabal, estabelecendo convênio com a Secretaria Municipal de Agricultura de Araraquara



Fonte: Rede social *Facebook* (AMARANTE, 2016)

A Assentada 6 (2017) destaca que o convênio com a Araraquara é importante por conta da variedade de produtos que os editais daquele município contemplam: “ O que é pedido em Araraquara, por ser um município maior, é mais variado, e a gente consegue destinar a nossa produção para essa comercialização, já que as vezes no nosso município pede menos produtos”.

Ainda no que se refere ao dinamismo das mulheres da OMAQUESP, a Assentada 6 (2017) indica que para os próximos anos, novas parcerias serão estabelecidas entre universidades, grupos de pesquisadores e o movimento. Conforme informação apresentada no perfil do *Facebook* da Associação, no Assentamento de Jaboticabal, em 2017, a comunidade rural recebeu um grupo de escoceses para conhecer as ações desenvolvidas pelas mulheres da OMAQUESP e trazer perspectivas para a execução de projetos que envolvem a produção de energia renovável. Dessa maneira, a consideração da Assentada 1

(2016) vem ao encontro da situação mencionada: “A OMAQUESP tá sempre em renovação, a gente tá sempre incorporando novas pautas, sempre buscando mostra nosso poder”.

Para finalizar as discussões, apresentadas nesta seção, são apontados alguns trechos das falas das entrevistadas, que responderam à seguinte questão: **Quais os seus anseios enquanto mulher rural?** As respostas sintetizam os sonhos que as assentadas possuem, enquanto coletivo e indivíduo e mostram que, por mais que existam problemas no interior da Organização, elas desejam mudanças estruturais nos assentamentos, nas Políticas públicas e nas relações de gênero estabelecidas nas escalas locais e nacionais, nos espaços públicos e privados. Sendo assim, seguem alguns dos desejos mencionados por elas:

“Eu gostaria que viessem projetos com continuidade pra alavancar e melhorar os assentamentos. Que diminuísse a burocracia, e que discussões acontecessem antes desses projetos serem feitos. As mulheres são guerreiras, pensam na família, na casa, e tem três profissões sem remuneração. Elas querem o melhor para a família” (ASSENTADA 8, 2016).

“Projetos pra gente melhora, a gente tenta muita coisa e às vezes não dá certo. Grupos mais unidos, estrutura melhorada pra gente poder comercializa o nosso produto” (ASSENTADA 9, 2016).

“Os sonhos são muitos, eu queria que essa cozinha tivesse mais equipamento pra gente fazer doces e pão, doce de abóbora, pão de mandioca, essas coisas que a gente possa vender e se sentir mais valorizada. Daí a gente poderia trabalhar junto e entregar nossos produtos. Seria mais um canal aberto para entregar nossos produtos. A gente já fez doce aqui e vendeu na feira, boca a boca, conhecidos, alguns mercadinho e tivemos um resultado bem positivo, mas precisamos de mais parceria com outros setores. Precisamos ser ouvidas e levadas a sério. Precisamos de menos preconceito e violência contra nós” (ASSENTADA 7, 2016).

“Querida mais parceira e, ajuda técnica mais qualificada sabe, respostas mais específicas, parece que existe uma parceria com descaso. Querida algo para crescer” (ASSENTADA 11, 2016).

“Meu sonho sempre foi um só: viver do lote, exclusivamente do lote! Porque esse é o objetivo da agricultura familiar. Se você pergunta pra maioria aqui, grande parte deles não vive só com o que é produzido na terra. Uns têm aposentadoria, outros trabalham fora pra complementar a renda. Não é possível viver exclusivamente com a terra, não dá, o lote é pequeno, tem pouco olhar dos

governo. Alguém tem que trabalha fora. Meu sonho é te qualidade de vida só com o que a gente consegue aqui dentro. Eu acredito que a gente consegue” (ASSENTADA 6, 2016).

“[...] se a gente pensar que conquistamos sim algumas coisas, mas ainda há muito o que se lutar pra que a gente tenha os mesmos direitos de viver em situações semelhantes às dos homens, isso já é mais um motivo pra continua lutando. Eu fiquei sem resposta aqui pensando [...] Mas é uma pergunta bem bacana, bastante interessante. Em várias audiências com gerentes de banco, por exemplo, eles entendem que as mulheres são as que pagam a conta. A mulher rural paga mais a conta do que o homem rural, isso eles comentam e ainda falam que quando ela não paga, ela vai lá pra explica a situação, o porquê que não tá pagando, o que é que tá acontecendo: ‘não tô conseguindo paga por isso e isso’ [...] Já o homem ele foge [...] o homem [...] ele tá mais ligado na questão da revolução Verde [...]. A mulher como ela é agroecológica, é um policultivo danado, por isso também tem essa dificuldade maior porque o banco não sabe financiar pra sistema agroflorestal, uma Agroecologia e não quer também né [...] Quereria que tivesse mais investimento na agricultura familiar, que respeitasse as mulheres rurais” (ASSENTADA 1, 2016).

“Eu acho que o ponto positivo hoje é a saúde [...] eu acho que a questão da saúde da mulher deveria ser vista com mais delicadeza. Nós estamos caminhando legal, as mulheres tão conseguindo algumas conquistas como na Minha Casa Minha Vida específico para as mulheres. Estou indo pra briga direto e o problema grande é que as vezes falta tempo para a mulher rural [...] para ir mais pra luta. A gente tem muita função” (ASSENTADA 5, 2016).

Após apresentar esses desejos de algumas das assentadas é fundamental considerar que: “Há ainda, um longo caminho a percorrer. A construção da igualdade é cotidiana, acontece na relação com nossos (as) companheiros (as), nossas filhas e filhos, na família, no trabalho e na sociedade” (MONTEIRO; LEAL, 1998, p. 30).

Mulheres sofrem preconceito o tempo todo. Quando elas são negras e assentadas, os desequilíbrios tendem a se reforçar, pois se inserem em um contexto de desigualdade de gênero, de ódio de classe⁶³ e étnica, ainda mais

⁶³ Toma-se, novamente como exemplo, a consolidação do golpe contra a presidente Dilma, em 2016, como um dos mais variados casos que podem ser apresentados em relação à intolerância de gênero e ódio de classe, existentes no Brasil. Souza (2016, p. 85-86) corrobora com esse pensamento ao explicitar que, por conta das conquistas sociais e econômicas dos governos do PT, “uma fração significativa da classe média interpretou o incômodo da maior proximidade física das classes populares em espaços sociais de consumo, antes exclusivos da classe média [...]”,

quando o que está em análise é o Brasil, um país onde as discrepâncias e intransigências que envolvem essas três categorias (mulheres, negras e assentadas), são marcas profundas da sociedade.

Estudos que envolvam esses sujeitos demonstram o comprometimento das pesquisadoras e pesquisadores em incluir, em suas investigações, os relatos dos excluídos, e a partir deles, construir linhas de pensamento que revoguem os paradigmas sociais (SCOTT, 2005) presentes no espaço e no tempo.

Saffioti (2000, p. 38) considera que, “[...] uma sociedade sem ordem patriarcal de gênero, sem racismo e sem classes sociais não terá necessidade de violência, o que proporcionará expressivo conforto a homens e mulheres, a brancos e negros, enfim, a todos os seres humanos”.

Por mais que existam diferenças nos coletivos de mulheres (como foi demonstrado nesta investigação), é fundamental que se estabeleça o reconhecimento das diferenças (FARIA, 2014), para que se realizem ações que ratifiquem as lutas contra as desigualdades, a opressão, a submissão, a discriminação e a dominação, além da defesa de Políticas Públicas, Programas e Projetos de vários segmentos, que visem a mudanças estruturais e promovam justiça social.

Encerrando as discussões dessa seção, as assentadas da OMAQUESP demonstraram que, por meio da coletividade e do enfrentamento aos problemas que persistem em suas realidades, buscam contribuir para a construção de uma sociedade alicerçada na equidade e, dessa forma, o reconhecimento e a valorização de seus protagonismos são essenciais para que novas conquistas sejam efetivadas.

fomentando assim, a irracionalidade de uma parcela “[...] conservadora da classe média, que [...], ansiava por um pretexto para expressar seu ódio de classe”, antes manifestado de modo mais incisivo nos círculos familiares e em rodas de amigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando do ingresso no curso de Doutorado, o aspirante à obtenção deste grau acadêmico se auto desafiou. Durante esses anos de inquietações e estímulos pela temática da pesquisa, muitos foram os percalços vivenciados pelo mesmo, que se empenhou para buscar respostas à tese formulada e apresentada no início do texto.

Evidencia-se a necessidade de mais atenção no que se refere ao fomento e desenvolvimento de estudos, na área de Ciências Humanas, visando estimular o debate de questões pertinentes a essas áreas do conhecimento, aproveitando os resultados obtidos pelas pesquisas acadêmicas e incluí-los nas Políticas públicas e no aprimoramento de Programas Institucionais. Valorizar investigações de cunho qualitativo, que envolvam questões feministas, de gênero, de mulheres rurais, movimentos sociais, étnicas, estrutura agrária, agricultura familiar, agroecologia, soberania e segurança alimentar é reconhecer no âmbito do Estado, as demandas de sujeitos e organizações historicamente negligenciadas.

Os resultados sistematizados neste estudo possibilitaram compreender, sob uma perspectiva geográfica, fenômenos que permeiam a vida das assentadas em várias escalas e dimensões. A relevância de pesquisas que possuem essas finalidades é ratificada pelas mulheres rurais da OMAQUESP e trechos de seus depoimentos merecem ser apresentados nestas considerações finais.

“A contribuição dessa pesquisa é muito grande, eu gostaria de vê o resultado disso, pois eu gosto desse tema, e eu vo quere te um tempo pra pensa em perguntas que você fez e eu nunca parei para pensa. Quero refleti mais sobre essas perguntas, leva para o debate, para o encontro, e convida você para o encontro de mulheres [...] Você me fez uma pergunta que deveria nortear o oitavo encontro de mulheres aqui de São Paulo [...] porque é bacana pensar o papel da mulher nesse sentido da pergunta que você fez. Eu não vou consegui responde tudo isso porque exige uma análise que envolve uma série de fatores históricos, pessoais sociais. [Antes] eu não entendia porque um homem precisava saber de feminismo, mas hoje eu sei o quanto é importante os homens ser feministas” (ASSENTADA 1, 2016).

“[...] como mulher, [...] eu acho muito sério e muito legal um homem tá sentado do meu lado e fazendo tal coisa, de entende a realidade da mulher da roça. Eu acho isso muito bom porque nos atenta e engrandece saber que tem outras pessoas que estão preocupadas

e querendo se inseri dentro do contexto policultural da mulher, de tá catando e colocando num papel a nossa história. [...] quando você fala de mulher, aí você fala do marido também, porque fala do neto, das muitas problemáticas. Eu acho interessante tu tá sentado aqui comigo pra entender a nossa história e a nossa luta” (ASSENTADA 5, 2016).

O contato dessas mulheres com os feminismos e com as desigualdades de gênero se deram das mais variadas formas, desde interesses pessoais, perpassando por cursos de qualificação e palestras realizadas em sindicatos, nas associações de produtores rurais dos assentamentos, nos Encontros estaduais de mulheres e nos próprios relacionamentos interpessoais, entre as assentadas da OMAQUESP. Por mais que algumas delas ainda desconheçam definições teóricas, históricas e conceituais, a respeito das conquistas dos movimentos feministas, elas entendem que as pautas levantadas pelas suas militantes, também são temáticas da essência da OMAQUESP.

As militantes mostraram que são mulheres que buscam, a partir dos seus engajamentos e resistências, o empoderamento e a emancipação. Lutam pelo reconhecimento de seus trabalhos, pela melhora de suas vidas, de suas comunidades, construindo estratégias que contribuam para com o desenvolvimento local, regional e nacional. É no coletivo que elas são fortalecidas e que demonstram que uma luta não minimiza a outra. Em muitos casos, é o protagonismo delas que resulta no sustento da família.

As mulheres assentadas da OMAQUESP, como se observou neste estudo, são protagonistas em várias escalas geográficas; insistem e persistem mesmo nas adversidades; são conhecedoras das dinâmicas do campo. A participação e maior interesse das mesmas pela execução de projetos, programas e políticas públicas demonstram suas incessantes buscas pela transformação das comunidades em que vivem.

Pluralidade é o termo que define a Organização. A partir das suas ações, enquanto agricultoras (trabalhadoras), esposas, mães, mulheres (indivíduos) e militantes (coletivo), enfrentam cotidianamente as desigualdades e os preconceitos de gênero, de classe social e etnia, as dificuldades de viver do trabalho da agricultura familiar no Brasil, criando estratégias e mecanismos para superá-los.

Os trabalhos por elas desenvolvidos são fundamentais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social, ambiental e cultural de suas comunidades, por meio de práticas que, além de possuírem objetivos específicos de mulheres rurais, trabalharam em prol da minimização dos efeitos da cultura machista, misógina, patriarcal e conservadora que persiste na realidade do campo e caracteriza a realidade brasileira.

A OMAQUESP, enquanto um movimento social ativo tem potencializado transformações na vida das assentadas em questão. Os encontros, as discussões, as trocas de experiências os enfrentamentos cotidianos, tem promovido condições que corroboram com a emancipação das mesmas.

Questões de gênero, de classe social e etnia são elementos constitutivos da Organização e, nesse sentido, o planejamento de ações que reforcem ainda mais a construção da coletividade, devem ser incluídas em ações futuras do movimento. A OMAQUESP é um marco na história das lutas que envolvem as mulheres do campo no Estado de São Paulo e a participação das assentadas nesse coletivo, contribui essencialmente para que elas reflitam e reconheçam suas especificidades, desenvolvam estratégias que produzam novos enfrentamentos e logrem outras conquistas.

Dar voz às assentadas da OMAQUESP permitiu reconhecer e legitimar suas denúncias, representações, sonhos e aspirações. Espera-se que as reflexões, aqui apresentadas, sejam alicerce para o desenvolvimento de novas ações do movimento e que contribuam no processo de formação de sujeitos que ratifiquem e valorizem as atividades por elas desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ALESP. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Frente Parlamentar pela Segurança Alimentar, Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. 2017b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/alesp/frentes-parlamentares-detalle/?idFrente=182>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

ALESP. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Projeto de Lei n. 236, de 2017**. 2017b. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000036746>>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

ALESSI, Gil. **Adesão à greve geral contra reformas cresce e fura a bolha “Fora Temer”**. *El País*. 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/25/politica/1493142273_498795.html>. Acesso em 29 de abril de 2017.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1985.

AMARAL, Débora M. **Pedagogia da terra: olhar dos/as educandos/as em relação à primeira turma do Estado de São Paulo**. 2010. 238f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o Século XXI**. Campinas/SP: Papirus, 1994.

ANGELO, José Alberto *et al.* Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo. Ano Agrícola 2015/16. **Análise e Indicadores do Agronegócio**, v.11, n.4, abril de 2016, p.1-12.

ARARAS. Câmara Municipal. **Associação dos Agricultores é declarada de Utilidade Pública**. 2003. Disponível em: <<http://www.araras.sp.leg.br/associacao-dos-agricultores-e-declarada-de-utilidade-publica/352>>. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

ARARAS. Prefeitura Municipal. **Secretarias**. 2016. Disponível em: <<http://araras.sp.gov.br/secretarias>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

ARARAS. Câmara Municipal. **Vereadores**. 2016b. Disponível em: <<http://www.araras.sp.leg.br/categoria/vereadores/>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

ARARAS. Prefeitura Municipal. **Secretarias**. 2017. Disponível em: <<http://araras.sp.gov.br/secretarias>>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

ARENDRT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/Salamandra. São Paulo: Edusp, 1981.

BALCHIN, Cassandra. **Hacia un futuro sin fundamentalismos**. Un análisis de las estrategias de los fundamentalismos religiosos y de las respuestas feministas. Toronto: AWID- Asociación para los derechos de la Mujer y Desarrollo. 2011.

BAND, Notícias. **“Ninguém faz limpeza melhor do que a mulher”, afirma relator da terceirização**. (Versão On-line) 2017. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/100000850802/ninguem-faz-limpeza-melhor-do-que-a-mulher-diz-relator.html>>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

BENIDELLI, Talita. **“Homens trabalham mais que mulheres”**: mais uma para a lista de gafes da equipe de Temer. 2016. *El País* (Versão On-line). Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/28/politica/1469742650_528144.html>. Acesso em: 02 de abril de 2017

BDTD. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia. **Acesso e visibilidade às Teses e Dissertações brasileiras**. 2017. Disponível em: <<http://bdt.d.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 06 de novembro de 2017.

BLANCH, Marla Pallares; TULLA, Antoni; CASILLAS, Ana Vera. Entre premios y recortes: el zigzagueante proceso de empoderamiento de las mujeres rurales. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, 2014, s.p.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 1 ed, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner, 6.ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. **Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968**. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2017.

BRASIL. **Lei 7353/1985**. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2017.

BRASIL. **Lei 9.100/1995**. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei 11.340/2006**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em 10 de abril de 2016.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. Presidência da República. **Mulheres do campo e da floresta**: Diretrizes e Ações Nacionais. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Igualdade de gênero e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ambiente Virtual de Aprendizado (Apostila), 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Mais mulheres no poder**. As mulheres nas eleições de 2014. Brasília, dezembro de 2014.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - 2014-2015**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Secretaria de Políticas para as Mulheres consolida avanços**. 2015b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-completa-12-anos-de-conquistas-para-a-mulher-brasileira>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

BRASIL. **Lei 13.104/2015**. 2015c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em 10 de abril de 2016.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação escolar**. 2016. Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acesso em: 02 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento agrário. **Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)**. 2016b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2016**. 2016c. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016>>. Acesso em: 01 de novembro de 2016.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. **Mulher, casa e família**: Cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

BUARQUE, Cristina *et al.* **Perspectivas de Gênero**: Debates e questões para as ONGs. Recife: Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Nead Debates, p. 87-116.

CÂMARA FEDERAL. **Conheça os deputados**. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 11-22, 1994.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Mulher rural no discurso dos mediadores. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 45-57, novembro, 1995.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **O Fortalecimento da Agricultura familiar: o Programa Fome Zero**. s.d. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Combate à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais – Abram os olhos para seus direitos**. Brasília: Cidade Gráfica, 2008, 56.p.

CRUZ, Eloisa de Toledo. **Histórias de luta dos assentados de Sumaré: da conquista da terra ao desafio da educação do campo**. 2013. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba - SP.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. **Perseu**. História, Memória e Política, n. 11, p. 147-168, fevereiro, 2016.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais na Reforma Agrária brasileira. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, p. 175-204, janeiro/abril, 2004.

DIAS, Maria Berenice. **Aspectos jurídicos do gênero feminino**. In: STREY, Marlene Neves; MATTOS, Flora, FENTERSEIFER, Gilda; WERBA, Graziela (Orgs). Construções e perspectivas em gênero. São Leopoldo/RS: Edusinos, 2000, 226p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2012. 24^a edição.

EBC. Empresa Brasileira de Comunicação. **Saiba quem foram as ministras no período democrático no Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/05/saiba-quem-foram-ministras-do-periodo-democratico-no-brasil>>. Acesso em: 08 de abril de 2018.

FAF. Federação de Agricultura Familiar do Estado de São Paulo. **Federação FAF/CUT-SP amplia base de representação e encerra 2014 com cinco novos Sintrafs**. 2014. Disponível em: <<http://www.fafcut.org.br/index.php>>. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

FARIA, Nalu. **A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero**, Texto 11-SOF/SempreViva Organização Feminista, 2011.

FARIA, Nalu. **Feminismo em marcha para mudar o mundo**. SOF/SempreViva Organização Feminista, 2014, p.1-6.

FARIA, Nalu. **Feminismo e luta das mulheres**: uma longa jornada pela igualdade. SOF/SempreViva Organização Feminista, 2015.

FARIAS, Adelia Oliveira de; NORDER, Luiz Antonio. A organização Política de mulheres assentadas e quilombolas em São Paulo. **Revista Retrato de assentamentos**, Araraquara, p. 151-172, 2011.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; BARONE, Luís Antônio. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Revista Perspectivas**, São Paulo, p.121-147, 1997/1998.

FERRÉ, Mireia Baylina. Metodología para el estudio de las mujeres y la sociedade rural. **Estudios Geográficos**, p. 5-27, 2004.

FERRÉ, Mireia Baylina; SERRA, Isabel Salamaña. El lugar del género en Geografía Rural. **Boletín de la A.G.E**, p. 99-112, 2006.

FGV/CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **O AI-5**. s.d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 07 de abril de 2017.

GIL, Leticia U.; MARTINEZ, Veronica. **Soberanía alimentaria feminista: protagonismos vs discriminación de las mujeres del entorno agrário**, 2013. V Congreso de Economía Feminista. Universidad Pablo Oviedo, Sevilla Espanha. s.p.

GIULANI, Paola Cappellin. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 640-668.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 349- 364, 1997.

GONÇALVES, Taisa G. G. L. **Alunos com deficiência na educação de jovens e adultos em assentamentos paulistas**: experiências do PRONERA. 2014. 203 f. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.

HEREDIA, Beatriz Maria; CINTRÃO, Rosângela. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, p. 1-28, janeiro/junho, 2006.

HORA, Karla. BUTTO, Andrea. **Políticas públicas para mulheres rurais no contexto do território da cidadania**. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Conceição; HORA, Karla, NOBRE, Miriam; FARIA. Nalu (Orgs). Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília, MDA, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população brasileira e das Unidades da Federação**. 2017a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

ICLS, Instituto Cultural Lyndolpho Silva. **Símbolo da OMAQUESP**. Disponível em: <<http://iclindolphosilva.blogspot.com.br/2012/03/omaquesp-organizacao-de-mulheres.html>>. Acesso em 12 de março de 2014.

IFSP, Instituto Federal de São Paulo. **Câmpus Matão implanta Núcleo de Estudos em Agroecologia**. 2016. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/outras-noticias/42-matao/4304-campus-matao-implanta-nucleo-de-estudos-em-agroecologia.html>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Superintendência de São Paulo**. 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sp>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

ITESP. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Informações dos assentamentos paulistas**. 2016. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/>>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

JABOTICABAL. Prefeitura Municipal. **Secretarias**. 2016. Disponível em: <<http://www.jaboticabal.sp.gov.br/>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

JABOTICABAL. Câmara Municipal. **Vereadores**. 2016b. Disponível em: <http://camarajaboticabal.sp.gov.br/site_jaboticabal/index.php/vereadores>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

JABOTICABAL. Prefeitura Municipal. **Secretarias**. 2017. Disponível em: <<http://www.jaboticabal.sp.gov.br/>>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

KNAPIK, Marcia Carneiro. **Movimento popular de mulheres no Paraná: 10 anos construindo vida**. Curitiba: Gráfica Popular CEFURIA, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, maio/agosto, 2008, p. 17-23.

LÖWY, Michael. **O Golpe de Estado de 2016 no Brasil**. Carta Maior. 2016a. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-de-Estado-de-2016-no-Brasil/4/36139>>. Acesso em: 30 de Março de 2016.

LÖWY, Michael. **Brasil: el golpe de estado**. GENTILI, Paulo [Editor]. Golpe em Brasil: Genealogia de uma farsa. Buenos Aires: CLACSO; Fundación Octubre; UMET (Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo), 2016b.

LUZ, Nanci Stancki da. Violência contra a mulher: um desafio à concretização dos direitos humanos. In: LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes; CASAGRANDE, Lindmar, Salete. **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: UTFPR, 2009, p. 47-72.

MACHADO. Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, n.47, 2016, s.p.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões acerca de uma experiência participante. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.84, p. 105- 136, jul. 2006.

MARIANI, Daniel; DUCROQUET Simon; PRADO, Guilherme. **Voto Feminino: um direito que conquistou o mundo em 122 anos**. Nexo Jornal, 2016. Disponível em: <<http://www.nexojornal.com.br/video/video/Voto-feminino-um-direito-que-conquistou-o-mundo-em-122-anos>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

MARREIRO, Flavia. **Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais**. *El País* (Versão On-line). 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

MCDOWEEL, Linda. **Género, Identidad y Lugar. Um estúdio de las geografias feministas**. Madrid, Ediciones Catedra, 2000.

MELO, Ana Paula *et al.* **A presença da mulher rural na produção e na vida: Uma conquista qualitativa**. In: V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2001, Ouro Preto. Anais do V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes.

MELO, Hildete Pereira; SABBATO, Alberto de. Mulheres rurais- invisíveis e mal remuneradas. In: **Gênero, Agricultura familiar e Reforma Agrária no Mercosul** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. NEAD Debates, p. 47-87.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo História Oral e Memória. **Cadernos CERU**. São Paulo, n. 5, série 2, p. 52-60, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da História Oral: o caso Brasileiro. **Revista de História**. São Paulo, n. 155, p. 191- 204, 2006.

MICHAELIS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Versão On-line, 2016.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual da Mulher. **Histórico**. 2009. Disponível em: <<http://www.social.mg.gov.br/material/page/488-cem>>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

MONTEIRO, Angélica; LEAL, Guaraciara Barros. **Mulher da luta e dos direitos**. Brasília, Instituto Teotonio Vilela, 1998.

MONTEIRO, Ester. **Lugar de mulher também é na política**. Senado Federal. 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

MOURÃO, Patrícia. **Organizações produtivas de mulheres rurais**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2013, s.p.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Sistema cooperativista dos Assentados**, 2.ed. Cadernos de Cooperação Agrícola, CONCRAB, 1998.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Governo precisa Dobrar valor anual do PAA**, diz dirigente do MST. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/PAA-tem-que-reorganizar-estrutura-e-se-tornar-politica-governamental>>. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **“No RN, mulheres Sem Terra realizam Curso sobre Feminismo e Marxismo”**. 2017a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/02/24/no-rn-mulheres-sem-terra-realizam-curso-sobre-feminismo-e-marxismo.html>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **“Mulheres Sem Terra e indígenas se unem no Mato Grosso do Sul contra a violência”**. 2017b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/03/21/mulheres-sem-terra-e-indigenas-se-unem-no-mato-grosso-do-sul-contr-a-violencia.html>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **“Durante Feira Nacional, camponesas trazem a produção e resistência agroecológica”**. 2017c. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/05/06/durante-feira-nacional-camponesas-trazem-a-producao-e-resistencia-agroecologica.html>> Acesso em: 10 de agosto de 2017.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **“Mulheres do MST realizam encontro em Ribeirão Preto, em São Paulo”**. 2017d. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/07/04/mulheres-do-mst-realizam-encontro-em-ribeirao-preto-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **“No RS, camponesas Sem Terra debatem violência contra a mulher”**. 2017e. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/08/07/no-rs-camponesas-sem-terra-debatem-violencia-contra-a-mulher.html>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELLA, Sandra; MENASCHE, Renata (Orgs). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: Cadernos SempreViva, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das lutas no campo**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Tony. **Ricardo Barros e a culpa “das mães” pela obesidade infantil**. Carta Capital (Versão On-line). 2017. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/saude/ricardo-barros-e-a-culpa-das-maes-na-obesidade-infantil>>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

OMAQUESP., Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo. **Estatuto da Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo**. Araras/SP, 2005.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2016. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 02 de março 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Informe de la Relatora Especial sobre cuestiones de las minorías relativo a su misión al Brasil** 2016b. Disponível em: <<http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/BDL/2016/10360>>. Acesso em: 01 de set de 2017.

ONU MULHERES. Organização das Nações Unidas. **Nota pública sobre a situação política no Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/nota-publica-sobre-a-situacao-politica-do-brasil/>>. Acesso em: 03 de setembro de 2016.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Agricultura familiar: Um olhar de gênero. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELLA, Sandra; MENASCHE, Renata (Orgs). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: Cadernos SempreViva, 1998.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e Igualdade de gênero. In: BUARQUE, Cristina *et al.* **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002, p. 138-161.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC, p. 64-70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez. FAO, Fome e Mulheres rurais. **DADOS-Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 2013, p. 285-310.

PINTO, Celia Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

PINTO, Celi Regina, Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Celia Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, p. 15-23, junho, 2010.

PRÁ, Jussara Reis. Gênero e feminismo uma leitura política. In: STREY, Marlene Neves; MATTOS, Flora, FENTERSEIFER, Gilda; WERBA, Graziela (Orgs). **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo/RS: Edusinos, 2000, P. 143-155.

PT/ALESP. **Frente pela Reforma Agrária vai lutar por política agrária e de agricultura familiar no Estado**. 2007. Disponível em: <<http://www.ptalesp.org.br/noticia/print/?id=566>>. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. **A mulher e o voto**. São Paulo: ALESP, 2002. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/277_arquivo.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2018.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos feministas**. Florianópolis, p. 801-811, setembro/dezembro, 2006.

ROSADO, Maria José. As complexas relações entre religião e gênero. In: ROSADO, Maria José (Org). **Gênero, feminismo e religião: sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2015, p. 7-15.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: A mulher como força de trabalho no campo. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, 1993, p.1-13. .

ROSSINI, Rosa Ester. As Geografias da modernidade – Geografia e Gênero – Mulher, Trabalho e Família. O exemplo da área de Ribeirão Preto. **Revista do Departamento de Geografia**, 1998, p. 7-26.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero. Recuperando a memória de uma pesquisa sobre a força de trabalho na agricultura canavieira na macro área de Ribeirão Preto (SP-Brasil). **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, p. 121-133, janeiro/junho, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. **Perspectivas**, São Paulo, p. 67-75, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth. Ortogênese e Filogênese do Gênero. Ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres. **Série Estudos e Ensaios, Ciências Sociais**, FLACSO-Brasil, junho, 2000, p 1-44.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/index.php>>. Acesso em: 31 de março de 2017.

SÃO PAULO (Estado). Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social**. 2011. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/ppais/oprograma.html>>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. **Deputados Estaduais**. 2016. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/alesp/deputados-estaduais/>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Índice de Secretarias**. 2016b. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/orgaos/secretarias>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual da Condição Feminina. **Histórico**. 2017. Disponível em: <<http://www.condicaofeminina.sp.gov.br/portal.php/hist>>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. **Institucional Delegacia de Defesa da Mulher**. 2017b. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/fale/institucional/answers.aspx?t=7>>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Índice de Secretarias**. 2017c. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/orgaos/secretarias>>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. CODEAGRO-Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios. **Compras públicas: Consulta**. 2018. Disponível em: <<http://www.codeagro.agricultura.sp.gov.br/ica/compras-publicas/consulta>>. Acesso em: 08 de abril de 2018.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revistando uma trajetória. **Estudos feministas**. Florianópolis, p. 35-50, maio/agosto, 2004.

SCHUMAHER, Shuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas no Brasil**. Edições de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, p. 71-99, julho/dezembro, 1999.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos feministas**. Florianópolis, p. 11-30, janeiro/abril, 2005.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Informações dos Municípios Paulistas**. 2016. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

SENADO FEDERAL. **Veja Inteira do discurso de Dilma no Senado**. 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-inteira-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>>. Acesso em: 04 de setembro de 2016.

SENADO FEDERAL. **Senadores em Exercício – 55 Legislatura**. 2016b. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, p.31-45, 2003.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. **Revista MANA**, p.207-236, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria (Org). **Geografias Subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009, p. 26-53.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura**, UERJ, p. 39-55, janeiro/junho, 2010.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do Golpe: entenda como e porque você foi enganado**. Rio de Janeiro/RJ: LeYa, 2016.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. **Geographia**, Niterói, v.4, n.7, p. 64-68, 2002.

TATEMOTO, Rafael. **Greve de 28 de abril acontece 100 anos após primeira Greve Geral brasileira**. BRASIL DE FATO. 2017. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/2017/04/12/primeira-greve-geral-brasileira-completa-100-anos/>>. Acesso em 29 de abril de 2017.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio; VALENCIANO, Renata, C. O papel da mulher na luta pela terra. Uma questão de gênero e/ou luta de classe? **Scripta Nova**. Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, v. VI, n.119, 2002, s.p.

TRANSFORMATÓRIO. **Marcha das Margaridas**. 2011. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

TRANSFORMATÓRIO. **O que é a Marcha das Margaridas**. 2017. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139>. Acesso em: 28 de julho de 2017.

VALENCIANO, Renata C. **A Participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero**. 2006. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografia e Gênero/Geografia Feminista. O que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**. AGB, Porto Alegre, n. 23, p. 105-110, março, 1998.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Os estudos de gênero no Brasil- algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona**, novembro, 2000, s.p.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Trayectorias de género en la geografía española: Entrevista com Maria Dolors Garcia Ramon. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, p. 121-126, agosto/dezembro, 2011.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. A contribuição dos estudos de gênero para uma compreensão da Geografia do Trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, p. 106-117, agosto/dezembro, 2013.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria; LAN, Diana. Estudios de Geografía del Género em América Latina: um estado de la cuestión a partir de los casos de Brasil y Argentina. **Documents d' Anàlisi Geogràfica**. UAB- Barcelona, p. 99-118, 2007.

VERONEZZI, Fernando. **Os trabalhadores rurais e a luta pela terra na região de Jaboticabal (SP): a conquista do Assentamento rural de Córrego Rico**. 2013. 145f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.

VIA CAMPESINA. **V Asamblea de Mujeres: "Con feminismo y soberanía alimentaria cambiamos el mundo"**. 2017. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/feminismo-soberania-alimentaria-cambiamos-mundo/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

ENTREVISTAS

AMARANTE, José. 2016. É funcionário público e atua na função de técnico agrícola do ITESP, há mais de dez anos. Executa ações nos assentamentos rurais, na região de Bebedouro - SP, uma das sedes regionais da Instituição. Concedeu entrevista ao pesquisador no mês de janeiro de 2016, no prédio onde estão localizadas a Polícia Ambiental de Jaboticabal - SP e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A realização da entrevista deu-se neste local, pois é onde o carro da Fundação ITESP é retirado para as visitas aos assentamentos, de responsabilidade do servidor em questão. Ele publica em seu perfil pessoal em uma rede social, diversas informações em relação aos assentamentos onde trabalha, elementos que serviram, em alguns momentos, conforme referenciado, para a composição desta pesquisa. O entrevistado já havia contribuído com informações no ano de 2013, para a realização da pesquisa de Mestrado de VERONEZZI, Fernando. **Os trabalhadores rurais e a luta pela terra na região de Jaboticabal (SP):** a Conquista do Assentamento rural de Córrego Rico, 2013, 145f, defendida no Programa de Pós-Graduação (PGE) em Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

Assentada 1, 50 anos, solteira, militante e participante de outros movimentos sociais, sindicatos, federações e confederações. Filiada a um partido político. Entrevista concedida no Assentamento Araras IV, em Araras, 2016.

Assentada 2, 42 anos, casada, militante e participante de outros movimentos sociais. Entrevista concedida no Assentamento Araras IV, em Araras, 2016.

Assentada 3, 45 anos, casada, militante e participante de outros movimentos sociais. Entrevista concedida no Assentamento Araras IV, em Araras, 2016.

Assentada 4, 47 anos, casada, militante e participante de outros movimentos sociais. Entrevista concedida no Assentamento Araras III, em Araras, 2016.

Assentada 5, 61 anos, casada, militante e participante de outros movimentos sociais, sindicatos, federações, confederações. Entrevista concedida no Assentamento Araras III, em Araras, 2016.

Assentada 6, 46 anos, casada, militante e participante de outros movimentos sociais, sindicatos, federações, confederações. Filiada a um partido político. Entrevista concedida no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, 2016.

Assentada 6 (idem informações anteriores). Entrevista concedida no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, 2017.

Assentada 7, 52 anos, casada e militante. Entrevista concedida no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal.

Assentada 8, 49 anos, casada, militante e participante de outros movimentos sociais, sindicatos, federações, confederações. Entrevista concedida no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, 2016.

Assentada 9, 44 anos, casada e militante. Entrevista concedida no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, 2016.

Assentada 10, 38 anos, casada e militante. Entrevista concedida no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, 2016.

Assentada 11, 48 anos, casada e militante. Entrevista concedida no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, 2016.

Assentada 12, 43 anos, casada e militante. Entrevista concedida no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, 2016.

Assentada 13, 39 anos, casada e militante. Entrevista concedida no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, 2016.

Assentada 14, 42 anos, casada e militante. Entrevista concedida no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, 2016.

Assentada 15, 47 anos, casada e militante. Entrevista concedida no Assentamento Córrego Rico, em Jaboticabal, 2016.

FILIPAK, Alexandra. Professora do IFSP *campus* Matão - SP. Doutora pela UNESP *campus* Marília - SP. Entrevista concedida em Jaboticabal - SP, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Roteiro de Entrevista- Assentadas

- Como começou sua militância no meio rural?
- Por que criaram a OMAQUESP?
- Como você define a OMAQUESP?
- A OMAQUESP se baseou/espelhou em algum outro movimento, quando da sua formação? Teve alguma influência de órgãos governamentais?
- A OMAQUESP visa conscientizar a mulher a ter autonomia somente no âmbito público ou no privado também? Como se dá a relação entre as participantes do movimento, seus familiares e vizinhos nos assentamentos? É conflituosa?
- Como o movimento funciona, de que maneira ele está organizado?
- A OMAQUESP pode ser considerada um movimento feminista?
- Você se considera uma feminista? Quando teve o primeiro contato com os movimentos feministas?
- A OMAQUESP pode ser entendida como um movimento de gênero, classe e etnia?
- De onde vêm os recursos financeiros da OMAQUESP?
- É uma organização exclusivamente de mulheres?
- Quantas são as associadas à OMAQUESP?
- O que as mulheres rurais precisam fazer para se associarem à OMAQUESP?
- De que forma as militantes ficam sabendo das ações desenvolvidas pela OMAQUESP?
- Qual a periodicidade das reuniões da OMAQUESP?
- Quais os objetivos e frentes de atuação da OMAQUESP?

- Quais os projetos mais importantes desenvolvidos pela OMAQUESP?
- Existe relação da OMAQUESP com outros grupos de mulheres ou movimentos sociais? É um movimento autônomo ou está ligado a algum partido, central sindical ou igrejas?
- Com quais outras entidades a OMAQUESP tem parceria?
- As mulheres da OMAQUESP participam de manifestações ou marchas específicas? Se sim, quais?
- Quem são as principais representantes do poder público que defendem os ativismos das mulheres da OMAQUESP?
- Quais as perspectivas do movimento? O que deve ser discutido e melhorado?
- O que mudou na sua vida depois da sua entrada no movimento?
- Como você vê o papel da mulher no campo, atualmente?
- Quais Políticas públicas de gênero você considera as mais importantes?
- Há preocupação por parte das mulheres do movimento em fortalecer a Agroecologia, associativismo ou cooperativismo? De que maneira?
- Quais seus desejos/anseios enquanto mulher?
- Conte um pouco sobre como foi ou foram suas histórias antes de ser assentada, durante o acampamento. Como era a organização do acampamento? Homens e mulheres com os mesmos papéis/funções?
- Qual o papel das mulheres na conquista das terras/assentamentos?
- Você vê situações de machismo no dia a dia do assentamento? Exemplifique.
- Você acredita que há desigualdade de gênero nos assentamentos? Se sim, como se materializa, na prática?
- Como você percebe a reação dos homens dos assentamentos em relação à postura política que as mulheres da OMAQUESP assumem? Há muito preconceito?

- Nos lotes dos assentamentos existem papéis que são exclusivamente femininos e masculinos? Trabalhos que são realizados apenas por um gênero? Existe a divisão do trabalho nos lotes ou ele é compartilhado? O que é o trabalho feminino nos assentamentos?
- Sofreu ou sofre algum tipo de preconceito ou opressão familiar e/ou social por fazer parte do movimento?
- Há preconceito por serem mulheres militantes e ainda assim, negras e assentadas?
- Como é a aceitação/recebimento por parte dos homens, dos assuntos que são discutidos e deliberados pelas mulheres da OMAQUESP?
- De modo geral, as mulheres decidem onde vai ser investido o dinheiro nos lotes? As mulheres decidem o que vai ser produzido?
- Quais são as estratégias para que seus produtos tenham competitividade no mercado?
- Por que geralmente as mulheres são as que mais participam de cursos de formação promovidos nas associações dos assentamentos? Elas se interessam mais pelas Políticas públicas que os homens?
- Usa ou já usou o PRONAF Mulher?
- Qual a importância da OMAQUESP para as mulheres do assentamento?
- Quais as perspectivas para as mulheres rurais hoje, no Estado?

APÊNDICE 2

Roteiro de Entrevista - Alexandra Filipak

- Por que estudar as mulheres rurais?
- Você é uma militante feminista? Como conheceu o movimento?
- Quando você começou a estudar esta temática? De lá para cá, você acredita que teve avanços em relação às Políticas públicas de gênero no campo?
- Qual é o papel das mulheres na conquista das terras/assentamentos?
- Há conhecimento, por parte das mulheres rurais, que você estuda sobre o crédito rural que é oferecido exclusivamente para elas?
- Por que geralmente as mulheres são as que mais participam de cursos de formação e qualificação? Elas se interessam mais pelas Políticas públicas do que os homens?
- Você vê situações de machismo no dia a dia das realidades que estuda? Se sim, poderia exemplificar?
- Quais as Políticas públicas de gênero, voltadas para as mulheres rurais, você considera as mais importantes?
- Há preocupação dos governos estadual e federal em fortalecer a Agroecologia, associativismo ou cooperativismo? De que maneira?
- Como você percebe a reação dos homens dos assentamentos em relação à postura política que tomam as mulheres da OMAQUESP? Há muito preconceito?
- De modo geral, as mulheres decidem onde vai ser investido o dinheiro e o que vai ser plantado nos lotes?
- Nos lotes dos assentamentos existem papéis que são exclusivamente femininos e masculinos? Trabalhos que são realizados apenas por um gênero? Existe a divisão do trabalho ou ele é compartilhado?

- Há preocupação das mulheres, sujeitos de suas pesquisas, no que se refere à superação das desigualdades de gênero? Existe esse tipo de conversa ou diálogo entre elas? Elas conhecem as discussões de gênero e feminismos?
- Você acredita que o sucesso de alguns assentamentos, como a diversidade produtiva, a aceitação no mercado e o desenvolvimento de ações de agroecológicas, por exemplo, se dá graças ao trabalho das mulheres?
- O que/qual atividade em um assentamento rural é considerada exclusivamente feminina?
- Quais são seus desejos/anseios enquanto uma mulher que estuda Políticas públicas para mulheres rurais?
- Quais as perspectivas para a mulher rural no interior paulista? A OMAQUESP potencializa o progresso de suas militantes?

APÊNDICE 3

Roteiro de Entrevista - José Amarante (ITESP)

- Existe hoje Política pública específica para as mulheres agricultoras no Estado de São Paulo? Se sim, quais são?
- O ITESP possui pessoas especializadas/qualificadas para atuar nas questões específicas que envolvam as mulheres rurais?
- Existem cursos/eventos que apresentam Programas e Projetos voltados às mulheres rurais?
- Como você avalia hoje o papel das mulheres rurais nos assentamentos em que atua?
- Nos lotes dos assentamentos existem papéis que são, exclusivamente, femininos e masculinos? Trabalhos que são realizados apenas por um gênero? Existe a divisão do trabalho nos lotes dos assentamentos ou o trabalho é compartilhado?
- Por que as mulheres são mais interessadas no desenvolvimento de práticas agroecológicas, agricultura orgânica, participação em associações e cooperativas em assentamentos do que os homens?
- As associações e cooperativas dos assentamentos rurais têm sucesso graças ao trabalho das mulheres?
- Como o ITESP, enquanto Instituição do Estado, analisa o movimento de mulheres OMAQUESP?

APÊNDICE 4



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO E DOUTORADO



Termo de Livre Consentimento

Eu, _____, natural de _____, portador do RG: _____, cedi entrevista ao pesquisador da Universidade Estadual de Maringá, denominado Fernando Veronezzi, portador do RG: _____ e CPF: _____, no dia _____ de _____ de 2016, na localidade _____ e por meio desse termo de livre consentimento (TLC) lhe concedo o direito de utilização das informações da minha entrevista, devendo o pesquisador obedecer aos princípios de pesquisa em nível acadêmico. **Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária.** O pesquisador se compromete a esclarecer todas as dúvidas do informante a respeito da pesquisa a nível de Doutorado denominada **“GEOGRAFIA, GÊNERO E FEMINISMO: AS MILITANTES DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS E QUILOMBOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (OMQUESP)”***.

As informações dos depoimentos estarão sob sigilo ético, de modo que elas não oferecerão nenhum risco às informantes. **Destacamos ainda que os esclarecimentos serão utilizados somente para fins desta pesquisa, tratados com a mais absoluta confidencialidade**, sendo os nomes verdadeiros trocados por fictícios e as imagens ofuscadas, a fim de preservar a sua identidade.

Entrevistado

Entrevistador

Sendo _____ assim, eu, _____, estou de acordo com a participação nessa pesquisa de Doutorado.

Horário:

Tempo de duração da Entrevista:

*O título da pesquisa foi alterado após a concretização da entrevista, conforme sugestão da banca de qualificação, realizada em março de 2017.